

ATA DA REUNIÃO DE 11.11.2016

ATA N.º 21/2016

Aos onze dias do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Renato Alves dos Santos em substituição do Vereador Elísio Costa Santos Summavielle, Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Hugo Manuel Moreira Luís, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes e Maria Antonieta Mendes Lourenço. Assistiu à reunião Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças. Estiveram ausentes os Vereadores Elísio Costa Santos Summavielle e Eduardo Manuel Silva Santos Baptista, cujas faltas a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.1.** Ata; **1.2.** Protocolo de parceria com a Confederação de Comércio e Serviços de Portugal – Proposta; **1.3.** Concessão do direito de exploração dos courts de ténis, campo de mini golfe e edifício administrativo, onde se inclui a sala de desporto, sala de *squash*, balneários e secretaria, no Parque de Santa Marta – Ericeira – Ratificação de despacho de aprovação da minuta do contrato; **1.4.** Proposta de recrutamento de 8 assistentes operacionais, com recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal para preenchimento de 15 postos de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo incerto; **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: 2.1.** Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santo Isidoro – Atribuição de apoio financeiro; **2.2.** Informação financeira – “O Natal chegou à Vila” – Fixação de preços; **2.3.** Processos de Transporte Escolar não enquadráveis em Regulamento Municipal – Atribuição de transporte escolar para frequência de estabelecimentos de ensino fora do concelho de Mafra; **2.4.** Associação Portuguesa de

Cidades e de Vilas Cerâmicas – AptCC – Participação do Município; **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA.** -----

--- ABERTURA DA REUNIÃO: -----

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta e cinco minutos. -----

--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA: -----

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si e pelo Vereador Hugo Manuel Moreira Luís, no uso das competências delegadas e subdelegadas, conforme listagens em anexo (anexo I, II e III). -----

--- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

--- INTERVENÇÕES: -----

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- O Presidente deu conhecimento dos seguintes eventos realizados no Concelho: no dia 27 de outubro, no Auditório Municipal Beatriz Costa, em Mafra, a Conferência sobre Pagamento Pontual e a Cerimónia de Adesão ao Compromisso Pagamento Pontual; no dia 28 de outubro, na Loja do Cidadão, a sessão pública sobre Reabilitação Urbana; no dia 31 de outubro, na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira, a apresentação do Quality – programa de qualificação e valorização para o alojamento local; no dia 1 de novembro, a inauguração do Centro de Noite do Centro Social Paroquial N.ª Senhora da Encarnação; no dia 2 de novembro, a apresentação do programa das comemorações do tricentenário do lançamento da 1.ª pedra do Real Edifício de Mafra; no dia 4 de novembro, na Ribeira d'Ilhas, a Conferência Internacional de Turismo Outdoor; nos dias 5 e 6 de novembro, decorreu a Surf Summit, na Ericeira, que consistiu num momento de promoção e divulgação do Concelho. -----

--- De seguida, informou que, de 12 de novembro a 10 de dezembro, terá início o Ciclo de Guitarras na Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra; no dia 13 de novembro, o 1.º encontro do "Mafra Foot" da época 2016/2017, no estádio do Alcaíça Atlético Clube; no dia 16 de novembro, pelas 18h30, no Claustro Sul do Palácio Nacional de Mafra, a conferência e apresentação do livro "Resposta ao Jihadismo Radical" pelo Coronel Lemos Pires; a sessão inaugural das "Comemorações do

ATA DA REUNIÃO DE 11.11.2016

X
P

Tricentenário do lançamento da 1.ª pedra do Monumento de Mafra” no dia 17 de novembro, tendo início pelas 21h30, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, a Conferência por Sua Excelência Reverendíssima o Bispo Auxiliar de Lisboa, D. Nuno Brás da Silva Martins, e, pelas 23h00, no Terreiro D. João V, o espetáculo piromusical; no dia 18 de novembro, no átrio superior do Claustro Sul do Palácio Nacional de Mafra, o Congresso Nacional de Business Angels; no dia 19 de novembro, pelas 15h00, a apresentação de peças de escultura e joalheria evocativas do tricentenário, da autoria de Maria João Bahia, no Claustro Sul do Palácio Nacional de Mafra; no dia 24 de novembro, na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, Ericeira, os Encontros do Mar, com a presença do Senhor Secretário de Estado das Pescas. -----

--- **DA VEREADORA ANTONIETA LOURENÇO:** -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço, no uso da palavra, começou por saudar a realização da Conferência Internacional de Turismo Outdoor e da Surf Summit, na Ericeira, congratulando-se pelo envolvimento de entidades nacionais e estrangeiras, assim como pela análise das várias perspetivas de turismo que ali foram explanadas. --

--- De seguida, congratulou-se, ainda, pela instalação do *wi-fi* nos Gabinetes dos Vereadores do PS, assim como no salão nobre da Assembleia Municipal. -----

--- No que se reporta às comemorações do tricentenário do Palácio Nacional de Mafra, elogiou o convite, afirmando que estava apelativo, mas lamentou que, a nível dos agentes económicos, o programa não esteja mais divulgado. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador Sérgio Santos agradeceu, em nome do Partido Socialista, a disponibilização do auditório da Casa de Cultura da Malveira, assim como a colaboração prestada pelos trabalhadores municipais. -----

--- Pronunciando-se sobre as decisões geradoras de custo ou proveito financeiro proferidas ao abrigo das competências que foram subdelegadas, questionou a razão pela qual a Quinta de Sant’ana do Gradil usufruiu, no dia 28 de outubro de 2016, de isenção de uma licença especial de ruído, uma vez que se trata de uma empresa. -----

--- **DO VEREADOR RENATO SANTOS:** -----

--- O Vereador Renato Santos, no uso da palavra, congratulou-se pela realização da

Surf Summit, na Ericeira. Questionou se o Concelho de Mafra irá beneficiar com a construção do novo Hospital em Sintra e com o alargamento do Hospital de Cascais. ---

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente informou que as comemorações do tricentenário do lançamento da 1.ª pedra do Real Edifício de Mafra já foram divulgadas, com grande destaque, nos *mupis* de todas as freguesias, nos *outdoors* e em pendões nas entradas da vila, bem como no *site* e no Facebook. Mais informou que, neste momento, estão a ser ultimados os folhetos com o programa, os quais congregam todas as atividades realizadas durante um ano pelas entidades envolvidas, ou seja, para além da Câmara Municipal, a Direção Geral do Património Cultural/ Palácio Nacional de Mafra, Escola das Armas, Paróquia de Mafra e Tapada Nacional de Mafra. -----

--- Relativamente ao pedido de esclarecimento sobre a isenção da taxa da licença especial de ruído à Quinta de Sant'ana, deu a palavra ao Vereador Hugo Moreira Luís para prestar esclarecimentos adicionais. -----

--- **DO VEREADOR HUGO MOREIRA LUÍS:** -----

--- Tomando a palavra, o Vereador Hugo Moreira Luís esclareceu que a licença especial de ruído era relativa ao fogo de artifício, para o qual não se prevê pagamento na tabela de taxas da Câmara Municipal. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- Respondendo à questão colocada sobre o Hospital de Sintra, declarou que, apesar de existir alguma incongruência entre o que foi noticiado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra e o Senhor Ministro da Saúde, saúda qualquer iniciativa que contribua para melhoria da prestação de serviços de saúde aos cidadãos. Mais declarou que os elementos de que dispõe não lhe permitem esclarecimentos adicionais.-----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador Sérgio Santos mencionou que, anteriormente, já abordara a questão da esplanada de um restaurante na Ericeira, mas que esta semana foi surpreendido com uma esplanada com corta-ventos em frente ao Palácio Nacional de Mafra, que considerou pouco estética. Sugeriu que a sua colocação seja analisada, para mais porque tal acontece quando se comemora o tricentenário do lançamento da 1.ª pedra do monumento. Mais sugeriu que fosse criada regulamentação de modo a uniformizar as esplanadas. -----

--- Relativamente à isenção da taxa da licença especial de ruído à Quinta de Sant'ana,

ATA DA REUNIÃO DE 11.11.2016

afirmou que, da forma como a documentação é apresentada, não é possível identificar que se trata de lançamento de fogo de artifício, pelo que seria importante especificar.--

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente informou que o "Regulamento Municipal do Espaço Público e de Publicidade do Município de Mafra" integra uma secção dedicada à ocupação do espaço público com esplanadas na Zona Especial de Proteção ao Palácio/ Convento de Mafra, identificando as suas características e os seus limites. Explicou que, aquando da requalificação da envolvente do Palácio, tais especificidades foram definidas em articulação com a Direção Geral do Património Cultural. Não pretendendo discutir gostos pessoais, permitiu-se discordar da opinião expressa pelo Vereador Sérgio Santos. -----

---- **II – ORDEM DO DIA:** -----

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: ----

--- **1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS:** -----

--- **ATA:** -----

--- Presente a ata n.º 19/2016, da reunião de Câmara, realizada no dia 14 de outubro de 2016. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 19/2016, da reunião de Câmara, realizada no dia 14 de outubro de 2016. O Vereador Renato Santos não votou porque não esteve presente na aludida reunião. ---

--- **1.2. PROTOCOLO DE PARCERIA COM A CONFEDERAÇÃO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PORTUGAL – PROPOSTAS:** -----

--- Presente, em anexo, proposta subscrita pelo Presidente da Câmara Municipal, datada de 8 de novembro de 2016, devidamente instruída com a minuta do Protocolo de Parceria entre o Município de Mafra e a Confederação de Comércio e Serviços de Portugal (anexo IV). -----

--- O Presidente explicou que a proposta em apreço visa a celebração de um protocolo

de parceria, sem custos, entre o Município de Mafra e a Confederação de Comércio e Serviços de Portugal, visando a concretização de um estudo, de âmbito nacional, sobre o papel dos serviços de base territorial na atração de não residentes, ou seja, do turismo. -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço questionou se este protocolo já foi enviado ou implementado noutros municípios. Uma vez que se pretende a formulação de critérios e padrões de qualidade que sejam considerados essenciais numa estratégia baseada no objetivo "Cidade amiga do não residente", perguntou se os não residentes não são amigos. Sendo uma das obrigações a constituição de uma comissão de acompanhamento do estudo, que deverá integrar entidades e pessoas de reconhecida relevância e mérito, questionou que pessoas serão estas. Quanto aos serviços de base territorial, perguntou que tipo de iniciativas públicas e da oferta privada são consideradas, designadamente se são os existentes ou os novos. -----

--- O Presidente esclareceu que este projeto da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal se encontra na sua fase inicial, mas que fora informado que já haviam estabelecido contacto com cerca de dez municípios. Explicou que o objetivo é saber se os estabelecimentos de comércio e serviços existentes no Concelho estão adaptados para receberem os não residentes, isto é, turistas e visitantes. No que se refere à colaboração do Município na realização deste estudo, aditou que tal passará pela disponibilização de dados relevantes, nomeadamente na identificação e localização das unidades. -----

--- Atenta a proposta apresentada, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 2.º, artigo 23.º, n.º 2, alínea m) e 33.º, n.º 1, alíneas u) e ff), todos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou, por unanimidade, aprovar a celebração do Protocolo de Parceria entre o Município de Mafra e a Confederação de Comércio e Serviços de Portugal, conforme minuta em anexo, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, através do qual é estabelecida uma parceria entre os Outorgantes, visando analisar o contributo do setor dos serviços, com particular ênfase nos não deslocalizáveis, para o desenvolvimento das nossas cidades e estudar as ações consideradas adequadas para potenciar o seu papel. -----

--- **1.3. CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DOS COURTS DE TÊNIS, CAMPO DE MINI GOLFE E EDIFÍCIO ADMINISTRATIVO, ONDE SE INCLUI A**

ATA DA REUNIÃO DE 11.11.2016

SALA DE DESPORTO, SALA DE SQUASH, BALNEÁRIOS E SECRETARIA, NO PARQUE DE SANTA MARTA - ERICEIRA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DE APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO: -----

--- Presente a Informação Interno/2016/15726, elaborada na Área de Contratação, em 04 de novembro de 2016, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, com a mesma data, devidamente instruída com a minuta do contrato relativo à "Concessão do direito de exploração dos courts de ténis, campo de mini golfe e edifício administrativo, onde se inclui a sala de desporto, sala de *squash*, balneários e secretaria, no Parque de Santa Marta - Ericeira" onde se encontra ínsito o despacho datado de 8 de novembro de 2016 do Senhor Presidente de aprovação da minuta (anexo V). -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o despacho exarado, em 8 de novembro de 2016, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, que aprovou a minuta do contrato referente à "Concessão do direito de exploração dos courts de ténis, campo de mini golfe e edifício administrativo, onde se inclui a sala de desporto, sala de *squash*, balneários e secretaria, no Parque de Santa Marta - Ericeira". -----

--- 1.4. PROPOSTA DE RECRUTAMENTO DE 8 ASSISTENTES OPERACIONAIS, COM RECURSO À RESERVA DE RECRUTAMENTO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PREENCHIMENTO DE 15 POSTOS DE TRABALHO NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO INCERTO: -----

--- Presente, em anexo, a Informação RecHumanos/2016/15886, elaborada na Divisão de Recursos Humanos, em 7 de novembro de 2016, sobre a qual recaiu parecer de concordância da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças (anexo VI). -----

--- O Presidente, em complemento, mencionou que esta proposta decorre do despacho que autoriza a contratação de assistentes operacionais para apoio a crianças com necessidades educativas especiais nos jardins-de-infância pertencentes ao Município de

Mafra, pelo que se propõe o recrutamento de 8 assistentes operacionais, com recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal, para preenchimento de 15 postos de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo incerto. -----

--- O Vereador Renato Santos questionou se as pessoas a contratar terão formação específica na área da educação especial. -----

--- O Presidente esclareceu que o recrutamento é feito no âmbito do concurso geral e só depois serem recrutados é que os trabalhadores recebem formação específica. -----

--- Considerando os fundamentos plasmados na mencionada Informação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, conjugado com as alíneas f) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua versão atual, e n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 7-A/2016, de 31 de março, autorizar o recrutamento de 8 assistentes operacionais, na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, com recurso à reserva de recrutamento, do procedimento concursal publicado através do aviso n.º 14830/2015, de 18 de dezembro. -----

--- 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO. -----

--- 2.1. FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SANTO ISIDORO - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno 2016/15528, elaborada em 31 de outubro de 2016, na Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, datados, respetivamente, de 31 de outubro e 02 de novembro corrente, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, exarado a 08 de novembro de 2016, devidamente instruída com a informação de Cabimento n.º 2983 (anexo VII). ---

--- A Vereadora Aldevina Rodrigues aditou que a proposta em apreço visa atribuir um apoio financeiro, no valor de € 15.000,00, à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santo Isidoro, para aquisição de um órgão de tubos, que desempenhará um papel importante do ponto de vista da oferta cultural na freguesia. Mais aditou que o órgão orça em € 40.000,00 e que, depois de todos os esforços feitos, a referida Fábrica da Igreja Paroquial não conseguiu reunir a totalidade de dinheiro necessária. -----

ATA DA REUNIÃO DE 11.11.2016

--- O Presidente aditou que este apoio financeiro se insere na estratégia municipal de promoção da música. Acrescentou que a existência de instrumentos musicais de qualidade proporciona a diversidade e a descentralização da oferta. -----

--- Atenta a Informação prestada e respetivos anexos que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atribuir um apoio financeiro no valor de € 15.000,00 (quinze mil euros), à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santo Isidoro, para aquisição de um órgão de tubos. -----

--- **2.2. INFORMAÇÃO FINANCEIRA - "O NATAL CHEGOU À VILA" - FIXAÇÃO DE PREÇOS:** -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2016/15283, elaborada em 25 de outubro de 2016, na Divisão de Turismo, Cultura e Desporto, sobre a qual recaiu o parecer do Chefe de Divisão e o parecer de concordância da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos datados de 7 de novembro corrente, bem como o despacho de concordância da Vereadora Célia Fernandes, exarado no dia 08 de novembro de 2016 (anexo VIII). -----

--- No uso da palavra, a Vereadora Célia Batalha Fernandes aditou que, à semelhança do ano passado e para fomentar a dinâmica da economia local na quadra natalícia, está prevista a instalação de casinhas de madeira com venda de artesanato, em Mafra e desta vez também na Ericeira, e ainda um carrossel em Mafra, no âmbito do projeto "O Natal chegou à Vila". Para esse efeito, propõe-se a fixação de € 5,00 por dia, € 25,00 para uma semana e o período completo de € 75,00, no que diz respeito à utilização destas casinhas. Quanto ao carrossel, explicou que os valores propostos também são iguais ao ano transato, revertendo para as IPSS. -----

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea e) do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, fixar os preços dos espaços, a aplicar aos agentes económicos participantes no evento "O Natal Chegou à Vila", bem como os preços a pagar pela utilização do Carrossel, em conformidade com

os montantes e fundamentos constantes na referida Informação. -----

--- 2.3. PROCESSOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NÃO ENQUADRÁVEIS NO REGULAMENTO MUNICIPAL - ATRIBUIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA FREQUÊNCIA DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FORA DO CONCELHO DE MAFRA: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2016/15876, datada de 7 de novembro de 2016, elaborada pela Divisão de Educação e Juventude, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Educação e Juventude, e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, bem como o despacho de concordância da Vereadora Célia Fernandes, todos datados em 08 de novembro corrente, devidamente instruída com a Informação de Cabimento n.º 2960 (anexo IX). -----

--- A Vereadora Célia Batalha Fernandes explicou que foram rececionados dois pedidos de comparticipação de transporte escolar, os quais não são enquadráveis no Regulamento para Atribuição de Transportes Escolares do Município de Mafra, para dois alunos, estando um dos alunos a frequentar o curso vocacional de operador agrícola, na Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal – Runa, e o outro o curso vocacional de Prestação Cuidados de Saúde, Apoio à Comunidade, Mesa-Bar, na Escola Profissional Gustave Eiffel, em Lisboa, submetendo-se a comparticipação do transporte destes dois alunos, nos termos apresentados, com um encargo total de 8 meses, respetivamente de € 253,20 para um e € 420,80 para outro. -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço comentou que não entendia a razão pela qual eram apresentados dois quadros diferentes, atendendo a que os agregados familiares destes alunos tinham carência socioeconómica. -----

--- O Presidente respondeu que para a atribuição da comparticipação financeira de transporte escolar para a frequência de estabelecimentos de ensino fora do Concelho de Mafra foi feita uma análise socioeconómica de cada um dos alunos e, para eventuais esclarecimentos adicionais, os mesmos poderão ser prestados pelo respetivo técnico municipal. -----

--- Atenta a informação prestada e documentação anexa, que se dão por integralmente reproduzidas, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea gg) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a comparticipação financeira dos processos de transporte escolar. -----

ATA DA REUNIÃO DE 11.11.2016

--- 2.4. ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIDADES E DE VILAS CERÂMICAS - APTCC - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO: -----

--- Presente, em anexo, Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, em 7 de novembro de 2016, devidamente instruída com os documentos a que a mesma se refere, designadamente os estudos técnicos e respetivos estatutos da Associação Portuguesa de Cidades e de Vilas Cerâmicas – AptCC (anexo X). -----

--- A Vereadora Célia Batalha Fernandes, em aditamento, explicou que a participação do Município de Mafra na Associação Portuguesa de Cidades e de Vilas Cerâmicas visa a promoção das unidades de produção local de cerâmica numa realidade maior, unindo 14 Municípios do país, tendo como objetivo a dinamização e formação a estas unidades de exploração que, maioritariamente, são explorações de produção familiar que tendem a desaparecer do tecido económico e, com isso, uma tradição cultural que tem fortes raízes históricas no nosso Concelho e no nosso país. Mais informou que foi criado um movimento europeu de Cidades e Vilas de Cerâmica, estando disponíveis linhas de financiamento comunitário para estas unidades, por via de associações nacionais. No que se refere à Associação Portuguesa de Cidades e de Vilas Cerâmicas, sem fins lucrativos, explicou que esta estabelece, nos seus estatutos, três categorias de associados (Fundadores, Associados e Associados Honorários), sendo associados fundadores 14 Municípios, a saber: Alcobaça, Aveiro, Barcelos, Caldas da Rainha, Ílhavo, Mafra, Montemor-o-Novo, Óbidos, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Tondela, Viana do Alentejo, Viana do Castelo e Vila Nova de Poiares. Por último, acrescentou que os Municípios que integrarão esta futura associação pagarão a quantia de oitocentos euros anuais, que permite que esta associação possa funcionar, dinamizar, proceder a publicações ou criar seminários e feiras, apoiando as produções locais de cerâmica. -----

--- O Presidente, em complemento, referiu que esta deliberação terá de ser remetida à Assembleia Municipal e submetida à fiscalização prévia do Tribunal de Contas. -----

---- A Vereadora Antonieta Lourenço interveio, referindo que qualquer valorização que se faça ao nosso património, integrado no país ou a nível internacional, é uma mais-valia.-----

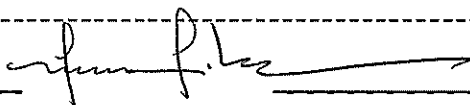
--- Atenta a Proposta apresentada e documentos anexos à mesma, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade: sem prejuízo da oportuna observância, pelos Municípios fundadores, das formalidades inerentes à constituição desta Associação de fins específicos, nos termos da lei, concordar com a participação do Município de Mafra na Associação Portuguesa de Cidades e de Vilas Cerâmicas - AptCC, nos termos do artigo 60.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual; submeter o processo à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, atento o disposto no n.º 2 do artigo 56.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º e o artigo 46.º, ambos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual. -----

--- III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA: -----

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

--- ENCERRAMENTO: -----

--- Quando eram dez horas e trinta minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Diretora de Departamento, redigi e subscrevo. -----







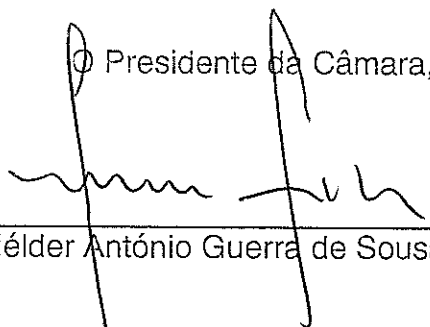
CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE COMPETÊNCIA DELEGADA


Considerando as competências que me foram delegadas pela deliberação camarária de 2013/10/18, anexo a relação respeitante aos despachos por mim proferidos no período de 20 de outubro a 2 de novembro de 2016.

Mafra, 3 de novembro de 2016.

○ Presidente da Câmara,


(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	197/2015	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/07/29	2016/10/26	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	3VS-PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA UNIPESSOAL, LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E PISCINA CARRASQUEIRA
OP	227/2014	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2016/10/06	2016/10/26	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO.	CHICO DAS CEBOLAS-COMÉRCIO DE PRODUTOS HORTÍCOLAS, LDA	LEGALIZAÇÃO DE TELHEIRO PARA ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS RUA CASAL JOÃO VAZ, N.º 1-CALVOS
OP	26/2016	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/09/30	2016/10/20	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	FERNANDO FILIPE ANTUNES DA SILVA	PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO DE GARAGEM E CONSTRUÇÃO DE ARRECADAÇÃO TRAVESSA DA AZINHAGA - CASAIS DE MONTE BOM
OP	337/2015	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/10/04	2016/10/27	C DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	FILIPA DA EIRA CIPRIANO	DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS COM DESTAQUE CARVALHAL-CHELEIROS
OP	312/2015	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/09/26	2016/10/20	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	HERMÍNIO MANUEL DA SILVA CRAVEIRO	CONSTRUÇÃO DE ADEGA E ARRUMOS ESTRADA RIBEIRA D'ILHAS - PAÇO D'ILHAS
OP	144/2016	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/10/03	2016/10/21	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ISABEL PULIDO VALENTE BASTOS MACHADO	ALTERAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E CONSTRUÇÃO DE TELHEIRO RUA DO POÇO-MONTESOUROS
OP	579/2007	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2016/10/07	2016/10/20	C DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	LUCIANO FÉLIX JACINTO	LEGALIZAÇÃO DE TELHEIRO ESTRADA MUNICIPAL 606, N.º 4 - IGREJA NOVA
OP	194/2012	ALTERAÇÕES	2016/10/06	2016/10/24	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	LUIS FILIPE GONÇALVES GARCIA E SILVA	ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR CAMINHO DO CASAL DA SERRA, N.º 25-CASAL DA SERRA
OP	641/1980	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/08/25	2016/10/27	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MANUEL JOAQUIM DOS REIS LEITÃO	AMPLIAÇÃO DE PADARIA COM DOIS FOGOS RUA 1º DE MAIO, N.ºs 11, 11A E 11B - CABEÇO DE MONTACHIQUE
OP	328/2007	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/09/29	2016/10/20	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MARIA DA ASCENSÃO BRÁS DOS SANTOS GRANGEIRO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E MUROS DE VEDAÇÃO E SUPORTE RUA DA MOAGEM, N.º 6-ARROEIRAS
OP	58/2015	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/07/29	2016/10/28	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	MARIA HELENA LOURENÇO BRANCO PEREIRA	LEGALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE TELHEIRO MALVEIRA
OP	171/2016	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2016/10/14	2016/10/25	D DEFIRO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO.	MÁRIO DOMINGOS DUARTE	LEGALIZAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ANEXO RUA DO POÇO DA SERRA, N.º 14-POÇO DA SERRA
OP	243/2016	LICENCIAMENTO (ARQ + ESP)	2016/09/07	2016/10/20	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	PATRICIA ISABEL CARTAXO TREMOÇO	CONSTRUÇÃO DE PISCINA RUA DA VINHA, N.º 3-PAZ
OP	150/2015	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/10/04	2016/10/31	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	SÉRGIO HERMINIO AUGUSTO RODRIGUES	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR POCINHOS VILLAGE, LOTE 30-ERICEIRA



PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	113/2014	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2016/09/08	2016/10/21	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	VITOR MANUEL FERREIRA GONCALVES	LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ANEXO CAMINHO DO VALE GRANDE, N.º 30-FONTE BOA DOS NABOS
OP	11/2016	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/10/21	2016/10/31	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ÂNGELO PAULO FARIA JORGE	CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR E PISCINA MALVEIRA DE CIMA

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER**

Concordo. Informo que o assunto está unido ao Orçamento para o próximo ano.

2016/11/08

O Vereador,

[Handwritten signature]
(Hugo Luís)

Concordo com o parecer informado.

2016/11/08

A Diretora de Departamento,

[Handwritten signature]
(Ana Viana)

2016/11/08

A Chefe de Divisão,

[Handwritten signature]
(Dulce Lourenço)

DESPACHO**APROVADA**

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal, na sua reunião realizada em 18/10/2013

08/11/2016

O Presidente da Câmara,

[Handwritten signature]
(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2016/16015

ASSUNTO: 16.^a Modificação aos Documentos Previsionais de 2016

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano são dois instrumentos de gestão previsionais, pelo que, dada a sua natureza, a lei prevê, nos pontos 8.3.1 e 8.3.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, a realização das modificações consideradas necessárias para que, durante a sua execução, tais instrumentos se coadunem com a realidade do Município.

Os documentos previsionais continuam a observar o princípio do equilíbrio orçamental que determina que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Verifica-se a necessidade de reforçar as dotações de rubricas que se revelam insuficientes. Pelo exposto, proponho, salvo melhor opinião, o projeto da 16.ª Modificação aos Documentos Previsionais do corrente ano.

A Alteração ao Orçamento da Despesa apresenta reforços e diminuições no valor de 757.715,00 € (setecentos e cinquenta e sete mil e setecentos e quinze euros), conforme quadro infra:

Designação	PAM/PPI	Reforços	Diminuições
Despesas com o Pessoal		183 700,00	353 700,00
Aquisição de Bens e Serviços		285 805,00	163 000,00
Material de Educação, Cultura e Recreio			5 000,00
Água		135 000,00	
Conservação de Bens			5 000,00
Locação de Outros Bens		4 305,00	
Transportes Escolares	PAM		130 000,00
Transportes		4 000,00	
Planos de Ordenamento do Território	PAM		15 000,00
Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria			3 000,00
Outros Trabalhos Especializados		29 500,00	
Recolha de RSU	PAM	34 000,00	
Outros Serviços		79 000,00	5 000,00
Transferências Correntes		15 720,00	0,00
Privadas		15 000,00	
Transferências - Apoio ao Desenvolvimento de Projetos Educativos	PAM	720,00	



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património

Designação	PAM/PPI	Reforços	Diminuições
Outras Despesas Correntes		71 340,00	39 865,00
Outras Restituições			7 000,00
Atividades de Ocupação dos Tempos Livres e Geração On	PAM		32 865,00
Animação Cultural	PAM	71 340,00	
Aquisição de Bens de Capital		187 150,00	201 150,00
Edifícios Municipais	PPI		26 125,00
Equipamento Administrativo	PPI	12 500,00	
Edifícios Escolares	PPI		30 000,00
Requalificação de Diversos Espaços Urbanos	PPI	2 500,00	
Passeios Pedonais	PPI	30 000,00	
Equipamento Básico	PPI	1 025,00	5 025,00
Reparação e Beneficiação da Rede de Esgotos	PPI		10 000,00
Redes de Abastecimento de Água	PPI		40 000,00
Requalificação e Valorização das Linhas de Água	PPI		60 000,00
Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	PPI	140 000,00	
Ampliação do Estacionamento na Vila de Mafra	PPI		30 000,00
Outros Investimentos	PPI	1 125,00	
Transferências de Capital		14 000,00	0,00
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	PPI	14 000,00	
Total		757 715,00	757 715,00

Mafra, 8 de novembro de 2016

Submeto à consideração superior,

A Técnica Superior

Cândida Jacinto

(Cândida Jacinto)

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 16	ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 12 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2016			DATA DE APROVAÇÃO 2016/11/08
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	O B S
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRIÇÃO				
01		ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA				
0102		CÂMARA MUNICIPAL				
	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
	0101	Remunerações Certas e Permanentes				
	010101	Titulares de Órgãos de Soberania e Memb. de Órgãos Autárquicos	182.720,00	21.000,00	203.720,00	
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho				
	01010401	Pessoal em Funções	258.230,00	46.000,00	304.230,00	
	010109	Pessoal em Qualquer Outra Situação	220.790,00		21.000,00	199.790,00
	010114	Subsídios de Férias e de Natal	86.600,00		5.000,00	81.600,00
	010115	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade	14.500,00		3.000,00	11.500,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
	020201	Encargos das Instalações				
	02020101	Água	593.600,00	135.000,00		728.600,00
	020220	Outros Trabalhos Especializados	724.860,00	22.500,00		747.360,00
	020225	Outros Serviços	149.000,00	6.000,00		155.000,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
	0401	Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras				
	040102	Privadas	20.000,00	15.000,00		35.000,00
	0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS				
	040701	Transferências Correntes	681.015,00	720,00		681.735,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
	0602	DIVERSAS				
	060203	Outras				
	06020301	Outras Restituições	195.910,00		7.000,00	188.910,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL				
	0701	INVESTIMENTOS				
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO				
	07011099	Outro	120.300,00	25,00		120.325,00
	070113	Investimentos Incorpóreos	15,00	1.125,00		1.140,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				
	0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS				
	080701	Instituições Sem Fins Lucrativos	491.530,00	14.000,00		505.530,00
0104		CLASSES INATIVAS				
	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
	0103	SEGURANÇA SOCIAL				
	010308	Outras Pensões	23.000,00		14.000,00	9.000,00
02		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS				
0201		DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E ASSUNTOS JURÍDICO				
	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
	0101	Remunerações Certas e Permanentes				
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho				

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 2
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 16	ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA		NÚMERO 12 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2016	DATA DE APROVAÇÃO 2016/11/08
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			O B S
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRIÇÃO		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
0202	01010401	Pessoal em Funções	306.170,00	14.000,00		320.170,00
	01	DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMÔNIO				
	0101	DESPESAS COM O PESSOAL				
	010104	Remunerações Certas e Permanentes				
0203	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho				
	01010401	Pessoal em Funções	433.310,00	30.200,00		463.510,00
	010114	Subsídios de Férias e de Natal	73.890,00	5.000,00		78.890,00
	0103	SEGURANÇA SOCIAL				
	010302	Outros Encargos com a Saúde	8.260,00	2.000,00		10.260,00
	01	DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS				
	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
	0101	Remunerações Certas e Permanentes				
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho				
	01010401	Pessoal em Funções	198.770,00	10.000,00		208.770,00
0301	01010404	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho	60.000,00		51.000,00	9.000,00
	010114	Subsídios de Férias e de Natal	33.470,00	3.000,00		36.470,00
	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS				
	010202	Horas Extraordinárias	23.980,00		18.200,00	5.780,00
	010212	Indemnizações por Cessação de Funções	20.000,00		12.000,00	8.000,00
	0103	SEGURANÇA SOCIAL				
	010303	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	2.900,00	200,00		3.100,00
	010308	Outras Pensões	14.000,00		3.600,00	10.400,00
		DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNIC. E AMBIENTE				
		DIVISÃO DE OBRAS E MANUTENÇÃO				
0301	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS				
	010202	Horas Extraordinárias	2.700,00	1.000,00		3.700,00
	0103	SEGURANÇA SOCIAL				
	010303	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	6.010,00	100,00		6.110,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
	020210	Transportes	13.560,00	4.000,00		17.560,00
	020220	Outros Trabalhos Especializados	29.000,00	2.000,00		31.000,00
	020225	Outros Serviços	227.500,00	59.000,00		286.500,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL				
	0701	INVESTIMENTOS				
	070103	EDIFÍCIOS				
	07010301	Instalações de Serviços	2.270.500,00		26.125,00	2.244.375,00
	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS				
07010499	Outros	660.200,00		30.000,00	630.200,00	
0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
	070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS				
	07030301	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	4.118.805,00	170.000,00		4.288.805,00

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 3	
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 16	NÚMERO 12 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2016		DATA DE APROVAÇÃO 2016/11/08		
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			O B S	
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS			DOTAÇÃO SEGUINTE
				INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
0302	07030399	Outros	962.590,00	2.500,00		965.090,00	
	01	DIVISÃO DE PLAN. TERRITORIAL E GESTÃO URBANÍSTICA					
	0101	DESPESAS COM O PESSOAL					
	010115	Remunerações Certas e Permanentes					
	02	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade	15.000,00		5.000,00	10.000,00	
	0202	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	020214	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	151.970,00		15.000,00	136.970,00	
	020225	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria	31.875,00		5.000,00	26.875,00	
	020225	Outros Serviços					
	0303	DIVISÃO DE AMBIENTE, ESPAÇOS URBANOS E RURAIS					
0303	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
	0103	SEGURANÇA SOCIAL					
	010303	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	1.670,00	300,00		1.970,00	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020225	Outros Serviços	8.267.230,00	34.000,00		8.301.230,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701	INVESTIMENTOS					
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO					
	07011099	Outro	54.450,00		5.025,00	49.425,00	
04	0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
	070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS					
	07030302	Sistemas de Drenagem de Águas Residuais	20.940,00		10.000,00	10.940,00	
	07030307	Captação e Distribuição de Água	336.000,00		40.000,00	296.000,00	
	07030399	Outros	82.050,00		60.000,00	22.050,00	
	0401	DEPARTAMENTO SÓCIO-ECONÓMICO					
	01	DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA E DESPORTO					
	0101	DESPESAS COM O PESSOAL					
	010104	Remunerações Certas e Permanentes					
	01010401	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
0401	01010401	Pessoal em Funções	1.336.600,00		40.000,00	1.296.600,00	
	010106	Pessoal Contratado a Termo					
	01010601	Pessoal em Funções	10,00	5.000,00		5.010,00	
	010113	Subsídio de Refeição	137.700,00		5.000,00	132.700,00	
	010114	Subsídios de Férias e de Natal	235.770,00		10.600,00	225.170,00	
	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS					
	010201	Gratificações Variáveis ou Eventuais	8.150,00	1.100,00		9.250,00	
	0103	SEGURANÇA SOCIAL					
	010303	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	4.700,00	2.100,00		6.800,00	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
0401	0201	AQUISIÇÃO DE BENS					
	020120	Material de Educação, Cultura e Recreio	16.500,00		5.000,00	11.500,00	
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020208	Locação de Outros Bens	2.000,00	4.305,00		6.305,00	

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 4
MUNICIPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NUMERO: 16	ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA			NUMERO 12 DO ANO CONTABILISTICO DE 2016 DATA DE APROVAÇÃO 2016/11/08
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
				INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
0402	020214	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria	7.100,00		3.000,00	4.100,00
	020220	Outros Trabalhos Especializados	152.740,00	5.000,00		157.740,00
	020225	Outros Serviços	325.540,00	14.000,00		339.540,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
	0602	DIVERSAS				
	060203	Outras				
	06020305	Outras				
	0602030504	Atividades	80.810,00	71.340,00		152.150,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL				
	0701	INVESTIMENTOS				
0403	070109	Equipamento Administrativo	60.760,00	12.500,00		73.260,00
		DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL E APOIO INSTITUCIONAL				
	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
	0101	Remunerações Certas e Permanentes				
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho				
	01010401	Pessoal em Funções	188.700,00	6.000,00		194.700,00
	010114	Subsídios de Férias e de Natal	31.800,00	1.400,00		33.200,00
		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE				
	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
	0101	Remunerações Certas e Permanentes				
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho				
	01010401	Pessoal em Funções	2.999.770,00		40.000,00	2.959.770,00
	010106	Pessoal Contratado a Termo				
	01010601	Pessoal em Funções	200.140,00	20.000,00		220.140,00
	01010604	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho	60.000,00		60.000,00	
	010113	Subsídio de Refeição	518.590,00		50.000,00	468.590,00
	010114	Subsídios de Férias e de Natal	550.910,00	12.800,00		563.710,00
	010115	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade	60.000,00		14.200,00	45.800,00
	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS				
	010214	Outros Abonos em Numerário ou Espécie	3.010,00	700,00		3.710,00
	0103	SEGURANÇA SOCIAL				
	010303	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	9.000,00	700,00		9.700,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
	020210	Transportes	1.529.660,00		130.000,00	1.399.660,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
	0602	DIVERSAS				
	060203	Outras				
	06020305	Outras				
	0602030502	Atividades de Tempos Livres	85.810,00		32.865,00	52.945,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL				
	0701	INVESTIMENTOS				
	070103	EDIFÍCIOS				

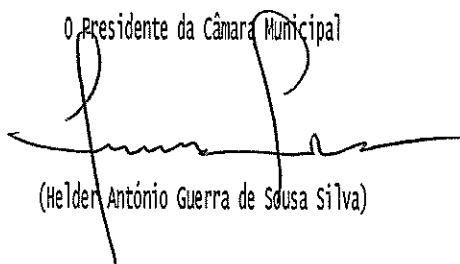
ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 5
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 16	ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA		NÚMERO 12 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2016	DATA DE APROVAÇÃO 2016/11/08
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			O B S
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRIÇÃO		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
05	07010305	Escolas	972.410,00		30.000,00	942.410,00
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO				
	07011099	Outro	122.780,00	1.000,00		123.780,00
		DIVISÃO DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL				
	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
	0101	Remunerações Certas e Permanentes				
	010103	Pessoal dos Quadros-Regime da Função Pública				
	01010301	Pessoal em Funções	20.370,00	300,00		20.670,00
	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS				
	010211	Subsídio de Turno	43.790,00		1.100,00	42.690,00
	0103	SEGURANÇA SOCIAL				
	010303	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	2.830,00	800,00		3.630,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
	020203	Conservação de Bens	30.200,00		5.000,00	25.200,00
TOTAL ...			31.987.020,00	757.715,00	757.715,00	31.987.020,00
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES				556.565,00	556.565,00	
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				201.150,00	201.150,00	

APROVADA

Em 2016/11/08

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,
na reunião realizada em 2013/10/18.

O Presidente da Câmara Municipal



(Helder António Guerra de Sousa Silva)

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS											Página : 1	
MUNICÍPIO DE MAFRA		Modificação Número: 16 ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES				NÚMERO 9		DO ANO CONTABILISTICO 2016		DATA DE APROVAÇÃO 2016/11/08				
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	ANO/NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC.	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
				INÍCIO	FIM			ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
								TOTAL	DEFINIDO					NAO DEFINIDO
2.		Funções sociais												
2.1.		Educação												
2.1.2.		Serviços auxiliares de ensino												
2.1.2.	02	Transportes Escolares	0403 020210	2014/01/01	2019/12/31		2.400.751,07	1.493.160,00	1.493.160,00		3.739.935,00		130.000,00	1.363.160,00
2.1.2.	10	Transferências-Apoio ao Desenvolvimento de Projetos Educativos	0102 040701	2014/01/01	2017/12/31		43.357,76	21.600,00	21.600,00			720,00		22.320,00
2.4.		Habituação e serviços coletivos												
2.4.2.		Ordenamento do território												
2.4.2.	01	Planos de Ordenamento do Território	0302 020214	2015/01/01	2018/12/31		24.956,70	85.370,00	85.370,00				15.000,00	70.370,00
2.4.5.		Resíduos sólidos												
2.4.5.	02	Recolha de RSU	0303 020225	2014/01/01	2020/12/31		4.920.146,93	2.010.000,00	2.010.000,00		7.941.440,00	34.000,00		2.044.000,00
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos												
2.5.1.		Cultura												
2.5.1.	07	Animação Cultural	0401 0602030504	2014/01/01	2017/12/31		33.122,66	79.320,00	79.320,00			71.340,00		150.660,00
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer												
2.5.2.	01	Atividades de Ocupação dos Tempos Livres e Geração On	0403 0602030502	2016/01/02	2017/12/31	0		85.810,00	85.810,00				32.865,00	52.945,00
TOTAL ...							7.422.335,12	3.775.260,00	3.775.260,00		11.681.375,00	106.060,00	177.865,00	3.703.455,00

APROVADA

Em 2016/11/08

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,
na reunião realizada em 2016/10/18.

O Presidente da Câmara Municipal

(Helder António Guerra de Sousa Silva)

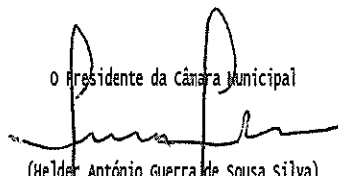
ENTIDADE			MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS											Pagina : 2	
MUNICIPIO DE MAFRA			MODIFICAÇÃO NUMERO : 16 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS		NUMERO 12 DO ANO CONTABILISTICO 2016		DATA DE APROVAÇÃO 2016/11/08								
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC ORGANICA	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
					INICIO	FIM			ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
									TOTAL	DEFINIDO					NAO DEFINIDO
TRANSPORTE								5.433.060,00	5.312.560,00	120.500,00	11.056.010,00	42.025,00	171.150,00	5.183.435,00	
2.5.3.3.3.1.3.3.1.0101	2014 87	Transferências de Capital Funções económicas Transportes e comunicações Transportes rodoviários Construção, Reparação e Beneficiação	0102	080701	2014/09/18	2017/12/31	0	17.500,00	226.000,00	226.000,00			14.000,00		240.000,00
3.3.1.3.3.1.0101	2014 59	Viadutos, Arrumamentos e Obras Complementares	0301	07030301	2014/01/01	2017/12/31	4	7.031.384,11	3.621.905,00	3.621.905,00			140.000,00		3.761.905,00
3.3.1.0102	2014 60	Ampliação do Estacionamento na Vila de Mafra	0301	07010499	2014/01/01	2017/12/31	0	217.398,40	655.200,00	655.200,00	850.000,00		30.000,00		625.200,00
3.4.3.4.2.3.4.2.02	2014	Comércio e turismo Turismo Aquisição e Reparação de Bens de Investimento													
3.4.2.0201	2014 73	Equipamento Administrativo	0401	070109	2014/01/01	2017/12/31	0		2.000,00	2.000,00			4.000,00		6.000,00
3.5.3.5.1.3.5.1.08	2014 84	Outras funções económicas Infraestruturas diversas Outros Investimentos	0102	070113	2014/09/18	2017/12/31		494,68	10,00	10,00			1.125,00		1.135,00
TOTAL ...								11.301.391,98	9.938.175,00	9.817.675,00	120.500,00	11.906.010,00	201.150,00	201.150,00	9.817.675,00

APROVADA

Em 2016/11/08

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,
na reunião realizada em 2013/10/18.

O Presidente da Câmara Municipal


(Helder António Guerra de Sousa Silva)

ENTIDADE			MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS											Página : 1	
MUNICIPIO DE NAFRA			MODIFICAÇÃO NUMERO : 16 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS		NUMERO 12 DO ANO CONTABILISTICO 2016			DATA DE APROVAÇÃO 2016/11/08							
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC ORGANICA	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
					INICIO	FIM			ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
									TOTAL	DEFINIDO					NAO DEFINIDO
TRANSPORTE															
1.		Funções gerais													
1.1.		Serviços gerais da administração pública													
1.1.1.		Administração geral													
1.1.1.1.	01	Construção, Reparação e Beneficiação													
1.1.1.1.	0101	Edifícios Municipais	0301	07010301	2014/01/01	2017/12/31	0	2.299.065,72	2.270.500,00	2.270.500,00		2.020.000,00	26.125,00	2.244.375,00	
1.1.1.1.	02	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento													
1.1.1.1.	0203	Equipamento Básico	0102	07011099	2014/01/01	2017/12/31	0	164.837,44	120.300,00	120.300,00		25,00		120.325,00	
2.		Funções sociais													
2.1.		Educação													
2.1.1.		Ensino não superior													
2.1.1.1.	01	Construção, Reparação e Beneficiação													
2.1.1.1.	0101	Edifícios Escolares	0403	07010305	2014/01/01	2017/12/31	3	138.135,09	972.410,00	972.410,00		2.752.350,00	30.000,00	942.410,00	
2.1.1.1.	02	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento													
2.1.1.1.	0202	Equipamento Básico	0403	07011099	2014/01/01	2017/12/31	0	41.927,77	122.780,00	122.780,00		1.000,00		123.780,00	
2.4.		Habituação e serviços coletivos													
2.4.2.		Ordenamento do território													
2.4.2.1.	01	Construção e Requalificação													
2.4.2.1.	0101	Requalificação de Diversos Espaços Urbanos	0301	07030399	2014/01/01	2019/12/31	3	673.168,43	871.000,00	871.000,00		1.516.550,00	2.500,00	873.500,00	
2.4.2.1.	0105	Passeios Pedonais	0301	07030301	2014/01/01	2017/12/31	3	193.970,81	617.400,00	496.900,00	120.500,00	1.081.000,00	30.000,00	526.900,00	
2.4.3.		Saneamento													
2.4.3.1.	01	Construção, Reparação e Beneficiação													
2.4.3.1.	0102	Reparação e Beneficiação da Rede de Esgotos	0303	07030302	2014/01/01	2017/12/31	0		11.940,00	11.940,00			10.000,00	1.940,00	
2.4.4.		Abastecimento de Água													
2.4.4.1.	01	Construção e Beneficiação													
2.4.4.1.	0101	Redes de Abastecimento de Água	0303	07030307	2014/01/01	2018/12/31	0	473.920,09	336.000,00	336.000,00		3.301.370,00	40.000,00	296.000,00	
2.4.6.		Proteção do meio ambiente e conservação da nature													
2.4.6.1.	01	Construção, Reparação e Beneficiação													
2.4.6.1.	0105	Requalificação e Valorização das Linhas de Água	0303	07030399	2015/01/01	2019/12/31	0		82.050,00	82.050,00		384.740,00	60.000,00	22.050,00	
2.4.6.2.	02	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento													
2.4.6.2.	0202	Equipamento Básico	0303	07011099	2014/01/01	2017/12/31	0	46.485,14	26.680,00	26.680,00			5.025,00	21.655,00	
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos													
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer													
2.5.2.1.	02	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento													
2.5.2.1.	0201	Equipamento Administrativo	0401	070109	2014/01/01	2017/12/31	0	3.104,30	2.000,00	2.000,00		8.500,00		10.500,00	
2.5.3.		Outras atividades cívicas e religiosas													
2.5.3.1.	01	Transferências													

ENTIDADE		MODIFICAÇÃO DO PLANO															PÁGINA : 2	
MUNICÍPIO DE NAFA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 16 DO ANO CONTABILISTICO 2016															DATA DE APROVAÇÃO 2016/11/08	
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÃO DEFINIDA		VARIACÃO DA DOTAÇÃO NÃO DEFINIDA	VARIACÃO PARA ANOS SEQUINTE				DOTAÇÃO SEQUINTE		
						ANO EM CURSO /FINANCIAMENTO		DOTAÇÃO TOTAL	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		2017	2018	2019	SEQUINTE	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DOTAÇÃO TOTAL
						DEFINIDO	NÃO DEFINIDO											
				TRANSPORTE	11.453.845,61	9.000.010,00	120.500,00	9.120.510,00	139.585,00	316.150,00					8.823.445,00	120.500,00	8.943.945,00	
2.5.2.	02	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento															
2.5.2.	0201	2014 I 53	Equipamento Administrativo	DTCD	0401 070109	3.104,30	2.000,00	2.000,00	8.500,00						10.500,00		10.500,00	
2.5.2.	01	2016 A 3	Atividades de Ocupação dos Tempos Livres e Geração De Outras atividades cívicas e religiosas	DS	0403 0602030502		85.810,00	85.810,00		32.865,00					52.945,00		52.945,00	
2.5.3.			Transferências															
2.5.3.	01	2014	Transferências de Capital	CM	0102 080701	17.500,00	226.000,00	226.000,00	14.000,00						240.000,00		240.000,00	
3.			Funções económicas															
3.3.			Transportes e comunicações															
3.3.1.			Transportes rodoviários															
3.3.1.	01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação															
3.3.1.	0101	2014 I 59	Viadutos, Arrumamentos e Obras Complementares	DUOMA	0301 07030301	7.031.384,11	3.621.905,00	3.621.905,00	140.000,00						3.761.905,00		3.761.905,00	
3.3.1.	0102	2014 I 60	Ampliação do Estacionamento na Vila de Nafra	DUOMA	0301 07010499	217.398,40	655.200,00	655.200,00		30.000,00					625.200,00		625.200,00	
3.4.			Comércio e turismo															
3.4.2.			Turismo															
3.4.2.	02	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento															
3.4.2.	0201	2014 I 73	Equipamento Administrativo	DTCD	0401 070109		2.000,00	2.000,00	4.000,00						6.000,00		6.000,00	
3.5.			Outras funções económicas															
3.5.1.			Infraestruturas diversas															
3.5.1.	08	2014 I 84	Outros Investimentos	GAPC	0102 070113	494,58	10,00	10,00	1.125,00						1.135,00		1.135,00	
TOTAL ...					18.723.727,10	13.592.935,00	120.500,00	13.713.435,00	307.210,00	379.015,00					13.521.130,00	120.500,00	13.641.630,00	

APROVADA

Em 2016/11/08

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,

na reunião realizada em 2016/10/18.

O Presidente da Câmara Municipal

(Heitor António Guerra de Sousa Silva)

ENTIDADE			MODIFICAÇÃO DO PLANO															PÁGINA : 1
MUNICÍPIO DE MAFRA			MODIFICAÇÃO NÚMERO : 16		DO ANO CONTABILÍSTICO 2016		DATA DE APROVAÇÃO 2016/11/08											
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÃO DEFINIDA		VARIACÃO DA DOTAÇÃO NÃO DEFINIDA	VARIACÃO PARA ANOS SEQUINTE				DOTAÇÃO SEGUINTE		
						ANO EM CURSO /FINANCIAMENTO		DOTAÇÃO TOTAL	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		2017	2018	2019	SEQUINTE	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DOTAÇÃO TOTAL
						DEFINIDO	NÃO DEFINIDO											
1.		Funções gerais																
1.1.		Serviços gerais da administração pública																
1.1.1.		Administração geral																
1.1.1.	01	2014																
1.1.1.	0101	2014 I 1	DUCHA	0301	07010301	2.299.065,72	2.270.500,00		2.270.500,00		26.125,00						2.244.375,00	2.244.375,00
1.1.1.	02	2014																
1.1.1.	0203	2014 I 5	CM	0102	07011099	164.837,44	120.300,00		120.300,00	25,00							120.325,00	120.325,00
2.		Funções sociais																
2.1.		Educação																
2.1.1.		Ensino não superior																
2.1.1.	01	2014																
2.1.1.	0101	2014 I 14	DUCHA	0403	07010305	138.135,09	972.410,00		972.410,00		30.000,00						942.410,00	942.410,00
2.1.1.	02	2014																
2.1.1.	0202	2014 I 18	DEJ	0403	07011099	41.927,77	122.780,00		122.780,00	1.000,00							123.780,00	123.780,00
2.1.2.		Serviços auxiliares de ensino																
2.1.2.	02	2014 A 9	DEJ	0403	020210	2.400.751,07	1.493.160,00		1.493.160,00		130.000,00						1.363.160,00	1.363.160,00
2.1.2.	10	2014 A 17	DEJ	0102	040701	43.357,76	21.600,00		21.600,00	720,00							22.320,00	22.320,00
2.1.2.		Desenvolvimento de Projetos Educativos																
2.4.		Habituação e serviços coletivos																
2.4.2.		Ordenamento do território																
2.4.2.	01	2014																
2.4.2.	0101	2014 I 22	DUCHA	0301	07030399	673.168,43	871.000,00		871.000,00	2.500,00							873.500,00	873.500,00
2.4.2.	0105	2014 I 26	DUCHA	0301	07030301	193.970,81	496.900,00	120.500,00	617.400,00	30.000,00							526.900,00	647.400,00
2.4.2.	01	2015 A 5	DUCHA	0302	020214	24.956,70	85.370,00		85.370,00		15.000,00						70.370,00	70.370,

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO																		PÁGINA : 2	
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 15 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2016 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 12 ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES 9 DATA DE APROVAÇÃO 2016/11/08																			
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)						DOTAÇÃO SEQUINTE						
					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE				ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE			
					TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2017	2018	2019	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2017	2018	2019	SEGUINTE
				TRANSPORTE	9.120.510,00	9.000.010,00	120.500,00	22737385,00	-176.565,00						8.943.945,00	8.823.445,00	120.500,00	11719645,00	5750675,00	3281705,00	1.985.360,00
2.5.2.	02	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento		2.000,00	2.000,00			8.500,00						10.500,00	10.500,00					
2.5.2.	0201	2014 I 53	Equipamento Administrativo	DTCD	2.000,00	2.000,00			8.500,00						10.500,00	10.500,00					
2.5.2.	01	2016 A 3	Atividades de Ocupação dos Tempos Livres e Geração de Outras atividades cívicas e religiosas	DS	85.810,00	85.810,00			-32.865,00						52.945,00	52.945,00					
2.5.3.			Transferências		226.000,00	226.000,00			14.000,00						240.000,00	240.000,00					
2.5.3.	01	2014	Transferências de Capital		226.000,00	226.000,00			14.000,00						240.000,00	240.000,00					
2.5.3.	0101	2014 I 87	Funções económicas	CM	4.279.115,00	4.279.115,00		850.000,00	115.125,00						4.394.240,00	4.394.240,00		850.000,00			
3.3.			Transportes e comunicações		4.277.105,00	4.277.105,00		850.000,00	110.000,00						4.387.105,00	4.387.105,00		850.000,00			
3.3.1.			Transportes rodoviários		4.277.105,00	4.277.105,00		850.000,00	110.000,00						4.387.105,00	4.387.105,00		850.000,00			
3.3.1.	01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação		4.277.105,00	4.277.105,00		850.000,00	110.000,00						4.387.105,00	4.387.105,00		850.000,00			
3.3.1.	0101	2014 I 59	Viadutos, Arruamentos e obras Complementares	DUOMA	3.621.905,00	3.621.905,00			140.000,00						3.761.905,00	3.761.905,00					
3.3.1.	0102	2014 I 60	Ampliação do Estacionamento na Vila de Mafra	DUOMA	655.200,00	655.200,00		850.000,00	-30.000,00						625.200,00	625.200,00		850.000,00			
3.4.			Comércio e turismo		2.000,00	2.000,00			4.000,00						6.000,00	6.000,00					
3.4.2.			Turismo		2.000,00	2.000,00			4.000,00						6.000,00	6.000,00					
3.4.2.	02	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento		2.000,00	2.000,00			4.000,00						6.000,00	6.000,00					
3.4.2.	0201	2014 I 73	Equipamento Administrativo	DTCD	2.000,00	2.000,00			4.000,00						6.000,00	6.000,00					
3.5.			Outras funções económicas		10,00	10,00			1.125,00						1.135,00	1.135,00					
3.5.1.			Infraestruturas diversas		10,00	10,00			1.125,00						1.135,00	1.135,00					
3.5.1.	08	2014 I 84	Outros Investimentos	GAPC	10,00	10,00			1.125,00						1.135,00	1.135,00					
TOTAL ...					13713435,00	13592935,00	120.500,00	23587385,00	-71.805,00						13641630,00	13521130,00	120.500,00	12569645,00	5750675,00	3281705,00	1.985.360,00

APROVADA

Em 2016/11/08

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,
na reunião realizada em 2013/10/18.

O Presidente da Câmara Municipal

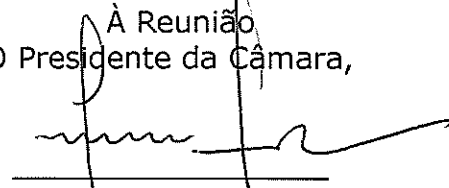
(Elder António Guerra de Sousa Silva)

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO																			PÁGINA : 1			
MUNICÍPIO DE MAFRA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 16 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2016 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 12 ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES 9																			DATA DE APROVAÇÃO 2016/11/08			
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÃO DOS ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)						DOTAÇÃO SEGUINTE										
					ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE				ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE						
					TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2017	2018	2019	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2017	2018	2019	SEGUINTE			
1.		Funções gerais			2.390.800,00	2.390.800,00		2.020.000,00	-26.100,00						2.364.700,00	2.364.700,00		2.020.000,00						
1.1.		Serviços gerais da			2.390.800,00	2.390.800,00		2.020.000,00	-26.100,00						2.364.700,00	2.364.700,00		2.020.000,00						
1.1.1.		Administração pública			2.390.800,00	2.390.800,00		2.020.000,00	-26.100,00						2.364.700,00	2.364.700,00		2.020.000,00						
1.1.1.1.	01	Administração geral			2.270.500,00	2.270.500,00		2.020.000,00	-26.125,00						2.244.375,00	2.244.375,00		2.020.000,00						
1.1.1.1.	0101	Construção, Reparação e	DUOMA	0301 07010301	2.270.500,00	2.270.500,00		2.020.000,00	-26.125,00						2.244.375,00	2.244.375,00		2.020.000,00						
1.1.1.1.	02	Beneficiário			120.300,00	120.300,00			25,00						120.325,00	120.325,00								
1.1.1.1.	0203	Edifícios Municipais	CM	0102 07011099	120.300,00	120.300,00			25,00						120.325,00	120.325,00								
2.		Funções sociais			7.043.520,00	6.923.020,00	120.500,00	20717385,00	-160.830,00						6.882.690,00	6.762.190,00	120.500,00	9.699.645,00	5750675,00	3281705,00	1.985.360,00			
2.1.		Educação			2.609.950,00	2.609.950,00		6.492.285,00	-158.280,00						2.451.670,00	2.451.670,00		3.998.995,00	1246645,00	1246645,00				
2.1.1.		Ensino não superior			1.095.190,00	1.095.190,00		2.752.350,00	-29.000,00						1.066.190,00	1.066.190,00		2.752.350,00						
2.1.1.1.	01	Construção, Reparação e			972.410,00	972.410,00		2.752.350,00	-30.000,00						942.410,00	942.410,00		2.752.350,00						
2.1.1.1.	0101	Beneficiário	DUOMA	0403 07010305	972.410,00	972.410,00		2.752.350,00	-30.000,00						942.410,00	942.410,00		2.752.350,00						
2.1.1.1.	02	Edifícios Escolares			122.780,00	122.780,00			1.000,00						123.780,00	123.780,00								
2.1.1.1.	0202	Aquisição e Reparação de Bens	DEJ	0403 07011099	122.780,00	122.780,00			1.000,00						123.780,00	123.780,00								
2.1.1.2.	02	Equipamento Básico	DEJ	0403 07011099	1.514.760,00	1.514.760,00		3.739.935,00	-129.280,00						1.385.480,00	1.385.480,00		1.246.645,00	1246645,00	1246645,00				
2.1.2.		Serviços auxiliares de ensino			1.493.160,00	1.493.160,00		3.739.935,00	-130.000,00						1.363.160,00	1.363.160,00		1.246.645,00	1246645,00					
2.1.2.1.	02	Transportes Escolares	DEJ	0403 020210					720,00															
2.1.2.2.	10	Transferências-Apoio ao	DEJ	0102 040701	21.600,00	21.600,00									22.320,00	22.320,00								
		Desenvolvimento de Projetos																						
2.4.		Educativos			4.040.440,00	3.919.940,00	120.500,00	14225100,00	-63.525,00						3.976.915,00	3.856.415,00	120.500,00	5.700.650,00	4504030,00	2035060,00	1.985.360,00			
2.4.2.		Habituação e serviços coletivos			1.573.770,00	1.453.270,00	120.500,00	2.597.550,00	17.500,00						1.591.270,00	1.470.770,00	120.500,00	2.287.550,00	290.000,00	20.000,00				
2.4.2.1.	01	Ordenamento do território			1.488.400,00	1.367.900,00	120.500,00	2.597.550,00	32.500,00						1.520.900,00	1.400.400,00	120.500,00	2.287.550,00	290.000,00	20.000,00				
2.4.2.2.	0101	Construção e Requalificação	DUOMA	0301 07030399	871.000,00	871.000,00		1.516.550,00	2.500,00						873.500,00	873.500,00		1.206.550,00	290.000,00	20.000,00				
2.4.2.3.	0105	Requalificação de Diversos																						
2.4.2.4.	01	Espaços Urbanos	DUOMA	0301 07030301	617.400,00	496.900,00	120.500,00	1.081.000,00	30.000,00						647.400,00	526.900,00	120.500,00	1.081.000,00						
2.4.2.5.	01	Passeios Pedonais	DUOMA	0302 020214	85.370,00	85.370,00			-15.000,00						70.370,00	70.370,00								
2.4.3.		Planos de Ordenamento do																						
2.4.3.1.	01	Território			11.940,00	11.940,00			-10.000,00						1.940,00	1.940,00								
2.4.3.2.	01	Saneamento			11.940,00	11.940,00			-10.000,00						1.940,00	1.940,00								
2.4.3.3.	0102	Construção, Reparação e	DAEUR	0303 07030302	11.940,00	11.940,00			-10.000,00						1.940,00	1.940,00								
2.4.3.4.	0102	Beneficiário																						
2.4.4.		Reparação e Beneficiário da																						
2.4.4.1.	01	Rede de Esgotos			336.000,00	336.000,00		3.301.370,00	-40.000,00						296.000,00	296.000,00		1.102.400,00	2198970,00					
2.4.4.2.	01	Abastecimento de Água			336.000,00	336.000,00		3.301.370,00	-40.000,00						296.000,00	296.000,00		1.102.400,00	2198970,00					
2.4.4.3.	0101	Construção e Beneficiário	DUOMA	0303 07030307	336.000,00	336.000,00		3.301.370,00	-40.000,00						296.000,00	296.000,00		1.102.400,00	2198970,00					
2.4.4.4.	0101	Redes de Abastecimento de Água			2.010.000,00	2.010.000,00		7.941.440,00	34.000,00						2.044.000,00	2.044.000,00		1.985.360,00	1985360,00	1985360,00	1.985.360,00			
2.4.5.		Resíduos sólidos			2.010.000,00	2.010.000,00		7.941.440,00	34.000,00						2.044.000,00	2.044.000,00		1.985.360,00	1985360,00	1985360,00	1.985.360,00			
2.4.5.1.	02	Recolha de RSU	DAEUR	0303 020225	2.010.000,00	2.010.000,00		7.941.440,00	34.000,00						2.044.000,00	2.044.000,00		1.985.360,00	1985360,00	1985360,00	1.985.360,00			
2.4.6.		Proteção do meio ambiente e			108.730,00	108.730,00		384.740,00	-65.025,00						43.705,00	43.705,00		325.340,00	29.700,00	29.700,00				
2.4.6.1.	01	conservação da nature			82.050,00	82.050,00		384.740,00	-60.000,00						22.050,00	22.050,00		325.340,00	29.700,00	29.700,00				
2.4.6.2.	01	Construção, Reparação e			82.050,00	82.050,00		384.740,00	-60.000,00						22.050,00	22.050,00		325.340,00	29.700,00	29.700,00				
2.4.6.3.	0105	Beneficiário	DUOMA	0303 07030399	82.050,00	82.050,00		384.740,00	-60.000,00						22.050,00	22.050,00		325.340,00	29.700,00	29.700,00				
2.4.6.4.	02	Requalificação e Valorização			26.680,00	26.680,00			-5.025,00						21.655,00	21.655,00								
2.4.6.5.	02	das Linhas de Água																						
2.4.6.6.	02	Aquisição e Reparação de Bens	DUOMA	0303 07011099	26.680,00	26.680,00			-5.025,00						21.655,00	21.655,00								
2.4.6.7.	0202	de Investimento			393.130,00	393.130,00			60.975,00						454.105,00	454.105,00								
2.5.		Serviços culturais,																						
2.5.1.		recreativos e religiosos																						
2.5.1.1.		Cultura			79.320,00	79.320,00			71.340,00						150.660,00	150.660,00								
2.5.1.2.	07	Animação Cultural	DTCD	0401 0602030504	79.320,00	79.320,00			71.340,00						150.660,00	150.660,00								
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer			87.810,00	87.810,00			-24.365,00						63.445,00	63.445,00								



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
Licenciamentos Diversos

Tomei conhecimento.
À Reunião
O Presidente da Câmara,


8/11/2016

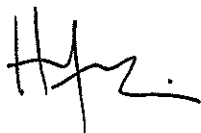
INFORMAÇÃO

Ao abrigo dos despachos n.ºs 49/2013-PCM de 21.10.2013 e 79/2013-PCM de 02/12/2013, informo das decisões geradoras de custo ou proveito financeiro por mim proferidas, nos dias 28 de outubro e 4 de novembro de 2016, ao abrigo das competências que me foram subdelegadas, cujo resumo é o seguinte:

Licença de recinto improvisado	1
Licença especial de ruído	5
Licença de recinto de diversão provisória	1

Mafra, 4 de novembro de 2016

O Vereador,



(Hugo Moreira Luís)

RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIA SUBDELEGADA

SR. VEREADOR HUGO MOREIRA LUIS

28/10/2016	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	QUINTA DE SANT'ANA DO GRADIL	ISENTO	DEFERIDO
04/11/2016	LICENÇA DE RECINTO DE DIVERSÃO PROVISÓRIA	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MALVEIRA	ISENTO	DEFERIDO
04/11/2016	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MALVEIRA	ISENTO	DEFERIDO
04/11/2016	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	SPORTING CLUBE DO LIVRAMENTO	ISENTO	DEFERIDO
04/11/2016	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	SPORTING CLUBE DO LIVRAMENTO	ISENTO	DEFERIDO
04/11/2016	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	PAULO AMÉRICO FERNANDES	138,54 €	DEFERIDO
04/11/2016	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	PAULO AMÉRICO FERNANDES	138,54 €	DEFERIDO



03



PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE MAFRA E A CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PORTUGAL

PROPOSTA

Considerando que:

1. Os serviços são, cada vez mais, uma componente determinante da valorização dos territórios e, em especial, do ordenamento urbano, contribuindo por um lado, para a criação de emprego e, por outro, para elevar os níveis de qualidade dos cidadãos (residentes e não residentes);
2. Importa desmistificar a ideia de que os serviços quando associados a um determinado território, ficam confinados ao mercado doméstico – sendo apelidados de não transacionáveis – quando, na verdade, podem constituir um fator essencial na perspetiva de atração de não residentes, e consequentemente, de captação de investimentos ou de rendimentos vindos de fora do país, contribuindo, deste modo, para melhorar o nosso saldo financeiro com o exterior;
3. As atividades com uma maior componente imaterial embora tendo vindo a merecer das políticas públicas – nomeadamente a nível local – uma atenção reforçada registam, ainda, défices de satisfação de alguns conjuntos de utilizadores e possuem um claro potencial de expansão, seja no plano das iniciativas públicas, seja no domínio da oferta privada, e que o seu desenvolvimento deve ser suportado por uma visão integrada e merecer garantias de qualidade no serviço prestado;
4. A Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), associação de direito privado sem fins lucrativos, NIPC nº 500 948 089, partilha o interesse na concretização de um estudo que, tendo um âmbito nacional, analise o papel dos serviços de base territorial na atração de não residentes, importando, em especial:
 - a) Fazer um levantamento da realidade do país neste domínio, referenciando casos de sucesso ou de boas práticas, as carências existentes e as áreas com maior potencial de crescimento;



- b) Enunciar políticas que favorecem a oferta de novos serviços e eliminem fatores de constrangimento detetados;
 - c) Formular critérios e padrões de qualidade que sejam considerados essenciais numa estratégia baseada no objetivo "*Cidade amiga do não residente*".
5. O Município de Mafra dispõe de atribuições e competências para a promoção do desenvolvimento, para apoiar atividades de interesse para o município e para promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, ao abrigo do disposto na alínea m), do n.º 2 do artigo 23.º e nas alíneas u) e ff), do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual,

PROPONHO, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea m), do n.º 2 do artigo 23.º e das alíneas u) e ff), do n.º 1 do artigo 33.º, todas do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **que a Câmara Municipal delibere aprovar a celebração de um protocolo entre o Município de Mafra e a Confederação de Comércio e Serviços de Portugal, de acordo com a minuta em anexo à presente Proposta, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, através do qual é estabelecida uma parceria entre os Outorgantes, visando analisar o contributo do setor dos serviços, com particular ênfase nos não deslocalizáveis, para o desenvolvimento das nossas cidades e estudar as ações consideradas adequadas para potenciar o seu papel.**

Paços do Município de Mafra, 8 de novembro de 2016.

O Presidente da Câmara Municipal,

(Hélder de Sousa Silva)



PROTOCOLO DE PARCERIA

Entre:

1 - A **Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP)**, associação de direito privado sem fins lucrativos, NIPC nº 500 948 089, com sede na Av. Dom Vasco da Gama n.º 29, em Lisboa, representada por João Manuel Lança Vieira Lopes, na qualidade de Presidente da Direção, portador do CC n.º 00016576, válido até 02/09/2017 e por Vasco Linhares de Lima Álvares de Mello, na qualidade de Vice-Presidente da Direção, portador do Bilhete de Identidade n.º 8173831, válido até 11/02/2017, adiante apenas designada por CCP ou por Primeira Outorgante.

E

2 – O **Município de Mafra**, NIPC nº 502 177 080, com sede na Praça do Município, 2644-001, Mafra, representado por Hélder António Guerra de Sousa Silva, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, portador do CC nº 069739463, válido até 20/10/2018, adiante apenas designado por MM ou por Segundo Outorgante.

CONSIDERANDO:

1. Que os serviços são, cada vez mais, uma componente determinante da valorização dos territórios e, em especial, do ordenamento urbano, contribuindo por um lado, para a criação de emprego e, por outro, para elevar os níveis de qualidade dos cidadãos (residentes e não residentes);
2. Que importa desmistificar a ideia de que os serviços quando associados a um determinado território, ficam confinados ao mercado doméstico – sendo apelidados de não transacionáveis – quando, na verdade, podem constituir um fator essencial na perspetiva de atração de não residentes, e consequentemente, de captação de investimentos ou de rendimentos vindos de fora do país, contribuindo, deste modo, para melhorar o nosso saldo financeiro com o exterior;
3. Que as atividades com uma maior componente imaterial embora tendo vindo a merecer das políticas públicas – nomeadamente a nível local – uma atenção reforçada registam, ainda, défices de satisfação de alguns conjuntos de utilizadores e possuem um claro potencial de expansão, seja no plano das iniciativas públicas, seja no domínio da oferta privada, e que o seu

Cofinanciado por:





desenvolvimento deve ser suportado por uma visão integrada e merecer garantias de qualidade no serviço prestado;

4. Que o Município de Mafra dispõe de atribuições e competências para a promoção do desenvolvimento, para apoiar atividades de interesse para o município e para promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, ao abrigo do disposto na alínea m), do n.º 2 do artigo 23.º e nas alíneas u) e ff), do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual,

Os signatários do presente Protocolo revelam o interesse na concretização de um estudo que, tendo um âmbito nacional, analise **o papel dos serviços de base territorial na atração de não residentes**, propondo-se, em especial:

- a) Fazer um levantamento da realidade do país neste domínio, referenciando casos de sucesso ou de boas práticas, as carências existentes e as áreas com maior potencial de crescimento;
- b) Enunciar políticas que favorecem a oferta de novos serviços e eliminem fatores de constrangimento detetados;
- c) Formular critérios e padrões de qualidade que sejam considerados essenciais numa estratégia baseada no objetivo *“Cidade amiga do não residente”*.

E, neste contexto, livremente e de boa-fé, acordam e comprometem-se com os pontos do clausulado seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(OBJETO)

Pelo presente Protocolo, ambos os Outorgantes estabelecem uma parceria visando analisar o contributo do setor dos serviços, com particular ênfase nos não deslocalizáveis, para o desenvolvimento das nossas cidades e estudar as ações consideradas adequadas para potenciar o seu papel.

CLÁUSULA SEGUNDA

Cofinanciado por:



**(OBRIGAÇÕES DA CCP)**

A CCP compromete-se a:

1. Promover através da plataforma “*Fórum dos Serviços*” a realização de um estudo sobre o papel dos serviços de base territorial na atração de não residentes que será objeto de um caderno de encargos que deverá obter a aprovação do Segundo Outorgante.
2. Constituir uma Comissão de Acompanhamento do referido estudo que deverá integrar entidades e pessoas de reconhecida relevância e mérito no tema e da qual a Segunda Outorgante fará parte e a quem compete, nomeadamente, validar o produto final realizado.
3. Proceder à divulgação do estudo realizado, nomeadamente através de uma sessão de apresentação pública do mesmo e de outros meios que atendam às iniciativas promovidas pela Segunda Outorgante, no sentido de potenciar uma discussão tão ampla quanto possível do referido estudo.
4. Estabelecer com os parceiros, entre os quais se inclui o Segundo Outorgante, o diálogo e a reflexão necessários, tendo em vista criar condições para a implementação das ações que resultem do estudo efetuado.

CLÁUSULA TERCEIRA**(OBRIGAÇÕES DO MM)**

O MM compromete-se a:

1. Disponibilizar à Primeira Outorgante a informação de que disponha e que seja considerada pertinente para a realização do estudo, seja ao nível de serviços públicos existentes, seja no que concerne às iniciativas de âmbito privado ou empresarial existentes no concelho.
2. Indicar, através do Presidente da Câmara Municipal de Mafra, o (s) representante (s) da Câmara que faça (m) a ligação com a Primeira Outorgante,

Cofinanciado por:



em especial assegurando o cumprimento do compromisso estabelecido no número anterior.

3. Participar na Comissão de Acompanhamento e contribuir para que o MM se reveja nas recomendações e propostas do estudo.
4. Participar na divulgação do estudo, promovendo as iniciativas que considere adequadas para uma discussão tão ampla quanto possível do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA

(VIGÊNCIA)

1. O presente protocolo vigora a partir da data da sua celebração, mantendo-se em vigor até que o estudo esteja concluído e seja amplamente divulgado, prevendo-se que tal venha a ocorrer até ao final do 3.º trimestre de 2017.
2. Se na sequência do estudo forem delineadas ações que justifiquem a continuação da presente parceria, poderá o Protocolo ser renovado, com a reformulação do seu conteúdo, mediante acordo escrito celebrado entre os Outorgantes

CLÁUSULA QUINTA

(ACEITAÇÃO)

Ambos os Outorgantes aceitam e declaram compreender perfeitamente todo o conteúdo das cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA

(CASOS OMISSOS)

Os casos omissos decorrentes da aplicação do presente Protocolo de Parceria serão resolvidos por acordo escrito entre os Outorgantes.

Cofinanciado por:





24

X

Assinado em Lisboa, a --- (dia) de ----- (mês) de 2016.

A PRIMEIRA OUTORGANTE,

O SEGUNDO OUTORGANTE,

João Vieira Lopes

Hélder António Guerra de Sousa Silva

Vasco de Mello

Cofinanciado por:





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos

PARECER

DESPACHO

...../...../.....

O(A) Vereador(a),

*Causos com a prosek
Reforma qv.*

4.11.2016

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Reforma qv.

...../...../.....

O(A) Chefe de Divisão

A reunião

8.11.16

O Presidente da Câmara,

[Signature]
(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2016/15726

ASSUNTO: Concessão do direito de exploração dos courts de ténis, campo de mini golfe e edifício administrativo, onde se inclui a sala de desporto, sala de squash, balneários e secretaria, no Parque de Santa Marta – Ericeira

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos nos casos em que a celebração do contrato implique a sua redução a escrito, a respetiva minuta e aprovada pelo argão competente para a decisão de contratar depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário.

Considerando que o Exmo. Senhor Presidente da Câmara, em 31 de outubro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3, do artigo 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovou a minuta da relativo à concessão identificada em epígrafe.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos

Considerando que tal despacho fica sujeito a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

Propõe-se o agendamento, para deliberação do Órgão Executivo, da ratificação do Despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, através do qual foi aprovada a minuta do contrato relativo à "Concessão do direito de exploração dos courts de ténis, campo de mini golfe e edifício administrativo, onde se inclui a sala de desporto, sala de squash, balneários e secretaria, no Parque de Santa Marta – Ericeira".

A consideração superior.

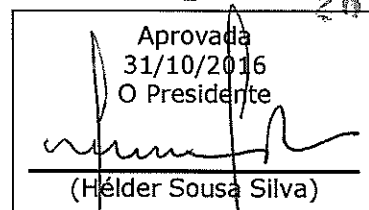
Mafra, 04 de novembro de 2016

A Assistente Técnica

(Isabel Miranda)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA



CONTRATO N.º ____/2016

**"CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DOS COURTS DE TÊNIS,
CAMPO DE MINI GOLFE E EDIFÍCIO ADMINISTRATIVO, ONDE SE INCLUI
A SALA DE DESPORTO, SALA DE SQUASH, BALNEÁRIOS E SECRETARIA,
NO PARQUE DE SANTA MARTA - ERICEIRA"**

--- Aos ____ dias do mês de ____ do ano dois mil e dezasseis, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de nove de janeiro de dois mil e catorze, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE**: MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa coletiva número 502177080, representada no presente ato pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia de Mafra, Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Como **SEGUNDO CONTRAENTE**: CONSÓRCIO ERICEIRA CLUB, constituído pelas empresas Espalha Ideias – Atividades de Tempos Livres, Lda., e Envolvier – Associação, com sede no Centro Empresarial ANJE, Rua António Luís Gomes, n.º

CONTRATO N.º ____/2016

"CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DOS COURTS DE TÊNIS, CAMPO DE MINI GOLFE E EDIFÍCIO ADMINISTRATIVO, ONDE SE INCLUI A SALA DE DESPORTO, SALA DE SQUASH, BALNEÁRIOS E SECRETARIA, NO PARQUE DE SANTA MARTA - ERICEIRA"

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

14, 1495-120 Algés, representado, de acordo com a cláusula 1.^a do contrato de constituição do consórcio, pela empresa Espalha Ideias - Atividades de Tempos Livres, Lda., pessoa coletiva número 505323184, a que corresponde o número de registo na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, sendo representada no presente ato pelo gerente e procurador Raúl Miguel Matos Correia, portador do cartão de cidadão número 10276641 0ZY5, válido até 22.06.2019, contribuinte número 204967945, qualidade e poderes que verifiquei pela certidão emitida pela referida Conservatória, pela procuração emitida em três de junho de dois mil e dezasseis e certificada pelo advogado João Miguel Figueiredo, portador da cédula profissional n.º 50962L, e pelo contrato de constituição do Consórcio.

CLÁUSULA 1.^a – O presente contrato tem por objeto a **“CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DOS COURTS DE TÊNIS, CAMPO DE MINI GOLFE E EDIFÍCIO ADMINISTRATIVO, ONDE SE INCLUI A SALA DE DESPORTO, SALA DE SQUASH, BALNEÁRIOS E SECRETARIA, NO PARQUE DE SANTA MARTA - ERICEIRA”** pelo segundo contraente na sequência do concurso público efetuado nos termos do n.º 1 do artigo 31.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

CLÁUSULA 2.^a – a) O prazo de concessão e exploração é de três anos, contados a partir da data da outorga do contrato, eventualmente renovável até ao limite de doze anos; **b)** A renovação ocorrerá por períodos de três anos, se nenhuma das partes se manifestar até sessenta dias antes do termo de cada período contratual; **c)** O primeiro outorgante reserva-se o direito de não proceder à renovação do contrato sem qualquer obrigação compensatória para o concessionário.

CLÁUSULA 3.^a – a) A adjudicação foi feita pelo valor anual de **€6.900,00** (seis mil e novecentos euros), que de acordo com o plano de pagamentos apresentado pelo concessionário, será pago em prestações mensais da seguinte forma: Meses de **novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março, €276,00** (duzentos e setenta e seis euros); mês de **abril €345,00** (trezentos e quarenta e

CONTRATO N.º __/2016

“CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DOS COURTS DE TÊNIS, CAMPO DE MINI GOLFE E EDIFÍCIO ADMINISTRATIVO, ONDE SE INCLUI A SALA DE DESPORTO, SALA DE SQUASH, BALNEÁRIOS E SECRETARIA, NO PARQUE DE SANTA MARTA - ERICEIRA”



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

cinco euros); meses de **maio, junho, julho e agosto €1.035,00** (mil e trinta e cinco euros); mês de **setembro €690,00** (seiscentos e noventa euros) e mês de **outubro €345,00** (trezentos e quarenta e cinco euros) montantes a que acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor; **b)** No dia da assinatura do contrato o segundo contraente procederá ao pagamento do valor correspondente à prestação do mês em curso através do recibo n.º ____; **c)** O pagamento do valor mensal será efetuado até ao dia oito de cada mês; **d)** Se a data limite para pagamento coincidir com dia de descanso semanal ou feriado, o respetivo pagamento terá que ser efetuado até ao dia útil imediatamente posterior àquela data; **e)** Na falta de pagamento dentro dos prazos indicados, por facto imputável ao segundo contraente, o primeiro contraente tem direito de exigir, para além dos valores em atraso, os respetivos juros de mora na percentagem que estiver, à data, em vigor na legislação portuguesa, assim como uma indemnização igual a 50% do que for devido; **f)** A prestação mensal será atualizada em janeiro de cada ano, por aplicação dos aumentos e/ou diminuições verificados, de acordo com a última taxa anual de inflação publicada pelo INE, com base no índice de preços no consumidor nacional sem habitação.

CLÁUSULA 4.ª – a) Nos termos do ponto 19.º do programa de concurso e para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente prestou uma caução, efetuando um depósito na Tesouraria desta Câmara Municipal através da guia n.º 2411, no dia vinte um de outubro de dois mil e dezasseis, no valor de €414,00 (quatrocentos e catorze euros), correspondente a dois por cento do montante total do contrato, com exclusão do IVA, apresentando o correspondente documento comprovativo; **b)** O primeiro contraente poderá considerar perdida a seu favor, a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de incumprimento das obrigações legais ou contratuais do concessionário.

CLÁUSULA 5.ª - a) O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato, foi autorizada por deliberação do Executivo Municipal, em reunião

CONTRATO N.º ____/2016

“CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DOS COURTS DE TÊNIS, CAMPO DE MINI GOLFE E EDIFÍCIO ADMINISTRATIVO, ONDE SE INCLUI A SALA DE DESPORTO, SALA DE SQUASH, BALNEÁRIOS E SECRETARIA, NO PARQUE DE SANTA MARTA - ERICEIRA”



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

realizada em dois de setembro de dois mil e dezasseis; **b)** O direito de exploração foi adjudicado por despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara, datado de onze de outubro de dois mil e dezasseis, ratificado em reunião do Executivo Municipal, realizada em catorze de outubro de dois mil e dezasseis; **c)** A minuta relativa ao mesmo foi aprovada pelo Senhor Presidente em _____.

CLÁUSULA 6.^a - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 7.^a - Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 8.^a - Em tudo o omissa regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito de vinte e nove de janeiro, na sua redação atual.

CLÁUSULA 9.^a - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato serão submetidos ao Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

- a) Declarações comprovativas da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, emitidas em catorze e dezoito de julho de dois mil e dezasseis, pelo Serviço Segurança Social Direta;
- b) Certidões comprovativas da regularização da situação tributária perante o Estado Português, emitidas em doze de agosto e doze de outubro de dois mil e dezasseis, pelo Serviço de Finanças de Oeiras-2;

CONTRATO N.º ____/2016

"CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DOS COURTS DE TÊNIS, CAMPO DE MINI GOLFE E EDIFÍCIO ADMINISTRATIVO, ONDE SE INCLUI A SALA DE DESPORTO, SALA DE SQUASH, BALNEÁRIOS E SECRETARIA, NO PARQUE DE SANTA MARTA - ERICEIRA"

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

- c) Certificados do registo criminal dos gerentes Sílvia Esteves Wunderly Gomes e Raúl Miguel Matos Correia, datados de dezanove de agosto de dois mil e dezasseis, emitido pelo Ministério da Justiça, Direção Geral da Administração da Justiça;
- d) Certidão Permanente da empresa Espalha Ideias - Atividades de Tempos Livres, Lda., subscrita em doze de novembro de dois mil e quinze e válida até doze de novembro de dois mil e dezasseis;
- e) Cópia certificada do ato constitutivo e estatutos da Envolvier – Associação;
- f) Contrato de constituição do Consórcio;
- g) Procuração.

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____

O Oficial Público, _____

CONTA:

Foi paga a guia n.º _____ de _____

CONTRIBUINTE FISCAL	505323184		
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
TA04	Tabela de Taxas – art.º 1.º n.º 1.11 (€1,83 por cada página de contrato)		
420104			
	TOTAL		

CONTRATO N.º ____/2016

“CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DOS COURTS DE TÊNIS, CAMPO DE MINI GOLFE E EDIFÍCIO ADMINISTRATIVO, ONDE SE INCLUI A SALA DE DESPORTO, SALA DE SQUASH, BALNEÁRIOS E SECRETARIA, NO PARQUE DE SANTA MARTA - ERICEIRA”



29 14

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Recursos Humanos

PARECER

Concordo e subscrevo a presente informação.

Proponho o envio à reunião de Câmara.

7/11/2016

O(A) Diretor(a) de Departamento,

(Ana Viana)

DESPACHO

Concordo

À Reunião Câmara

8/11/2016

O Presidente da Câmara,

(Helder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2016/15886

ASSUNTO: Proposta de Recrutamento de 8 assistentes operacionais, com recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal para preenchimento de 15 postos de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo incerto.

Através de registo edoc Entrada/2016/34039, vem a Divisão de Educação e Juventude, solicitar o recrutamento de 8 assistentes operacionais, na modalidade de contrato de trabalho a termo incerto, conforme alínea f) do n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal publicado através do aviso n.º 14830/2015, de 18 de Dezembro, para substituição de trabalhadores ausentes por doença prolongada.

I – Enquadramento Legal

Estabelece a Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), nos artigos 56º e seguintes, que ao contrato de trabalho em funções públicas pode ser aposto termo resolutivo, certo ou incerto, desde que seja em situações fundamentadamente justificadas.

Conjugados as alíneas f) do n.º 1 e 3 do artigo 57º, pode ser celebrado contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, nas situações de execução de tarefa ocasional ou serviço determinado precisamente definido e não duradouro; A constituição do vínculo de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, obedece a um procedimento concursal.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Recursos Humanos

Nos termos da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (que aprova o Orçamento de Estado 2016), doravante designado de LOE, artigo 32º n.º 1 *"As autarquias locais e demais entidades da administração local podem proceder ao recrutamento de trabalhadores, nos termos e de acordo com as regras previstas na legislação aplicável, incluindo a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis n.os 82-D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, e 132/2015, de 4 de setembro, e pela presente lei, no que diz respeito às regras de equilíbrio orçamental, cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais."*

Estabelece o Decreto-lei n.º 209/2009, de 3.09, no seu artigo 9º *" Deliberado pelo órgão executivo respectivo, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e para efeitos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do presente decreto-lei, promover o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de todos ou de alguns postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados, é publicitado o respectivo procedimento concursal através de publicação na 2.ª série do Diário da República."*

II – Factos

De acordo com a informação dos serviços (email em anexo), o recrutamento decorre do despacho de 24/10/2016, de Sua Excelência a Secretária de Estado Adjunta e da Educação, a autorizar a contratação do(s) Assistente(s) Operacional (is) para apoio a crianças com necessidades educativas especiais nos jardins de infância pertencentes ao Município de Mafra, a serem anexados ao Contrato de Execução, para o ano escolar 2016/2017.

Em dezembro de 2015, foi publicado, através do aviso n.º 14830/2015, de 18 de dezembro, um procedimento concursal para recrutamento de 15 assistente operacionais com vista à constituição de vínculos de emprego público a termo incerto, constituindo-se reserva de recrutamento, valida por 18 meses.

GA

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Recursos Humanos****III – Conclusão**

Face aos preceitos enunciados e no que concerne ao recrutamento através, da Reserva de Recrutamento, com vista à constituição de vínculos de emprego público a termo incerto, importará, previamente, aferir sobre o preenchimento dos requisitos supramencionados:

- Obtida informação da Divisão de Gestão Financeira e Património a Câmara Municipal de Mafra, não se encontra em qualquer das situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 58º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- Aquando da elaboração do orçamento para 2016, foi dotada a rubrica da Divisão de Educação e Juventude, com verbas destinadas a este fim;
- Não existem na autarquia, trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, em número suficiente, que possam ocupar estes postos de trabalho;
- Verifica-se o cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de Novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro;
- De acordo com a informação dos serviços, este recrutamento visa cumprir com as cláusulas do contrato de execução de transferência de competências, entre o Ministério da Educação e a Câmara Municipal de Mafra, no âmbito da gestão do pessoal não docente;

Face ao exposto, submete-se à consideração o envio para aprovação pelo órgão executivo, o recrutamento de 8 assistentes operacionais, solicitados, pela Divisão de Educação e Juventude, para apoio a crianças com necessidades educativas especiais nos jardins-de-infância pertencentes ao Município de Mafra.

Este é s.m.o, o meu entendimento.

Mafra, 7 de novembro de 2016

A Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Milene Leitão Vieira

Milene Vieira

De: Cristina Dias
Enviado: 26 de outubro de 2016 10:48
Para: MailEdoc
Assunto: FW: APOIO A CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS (NEE) NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR - ANO ESCOLAR 2016/2017

De: DGEstE - Sistema de Informação [mailto:dgeste.informa@dgeste.mec.pt]

Enviada: quarta-feira, 26 de Outubro de 2016 8:10

Para: Geral

Assunto: APOIO A CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS (NEE) NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR - ANO ESCOLAR 2016/2017

PARA:

Câmara Municipal MAFRA
geral@cm-mafra.pt

DE

DGEstE - Secretariado

ASSUNTO **APOIO A CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS
(NEE) NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR - ANO ESCOLAR 2016/2017**

Exmo.(^a) Senhor Presidente da Câmara Municipal MAFRA

Relativamente ao assunto em epígrafe, informa-se V. Exa. que, por despacho de 24/10/2016, de Sua Excelência a Secretária de Estado Adjunta e da Educação, foi autorizada a contratação do(s) Assistente(s) Operacional (is) para apoio a crianças com necessidades educativas especiais nos jardins de infância pertencentes a esse município, a serem anexados ao Contrato de Execução, para o ano escolar 2016/2017, nomeadamente:

Nome do Agrupamento	Nome da EB/JI ou JI	AO
Agrupamento de Escolas Ericeira	Escola Básica da Ericeira, Mafra	1
Agrupamento de Escolas Mafra	Escola Básica Dr. Sanches de Brito, Mafra	1
Agrupamento de Escolas Mafra	Escola Básica de São Miguel de Alcainça, Alcainça, Mafra	1

Agrupamento de Escolas Mafra	Jardim de Infância do Quintal, Mafra	1
Agrupamento de Escolas Mafra	Escola Básica das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros, Igreja Nova, Mafra	1
Agrupamento de Escolas Professor Armando Lucena	Escola Básica da Malveira, Mafra	1
Agrupamento de Escolas Professor Armando Lucena	Escola Básica Artur Patrocínio, Azueira, Mafra	1
Agrupamento de Escolas Venda do Pinheiro	Jardim de Infância do Milharado, Mafra	1

Mais se informa que os mesmos só deverão ser contratados, caso essa autarquia se encontre abaixo do rácio previsto na Portaria nº 1049-A/2008, de 16 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 29/2015, de 12 de fevereiro.

Com os melhores cumprimentos,

Maria Manuela Faria
Subdiretora-Geral dos Estabelecimentos Escolares

OBS.-Este email foi enviado de um endereço da DGEstE que não aceita respostas. Para troca de informação com a DGEstE utilize os contatos disponíveis no site <http://www.dgeste.mec.pt>

Página da DGEstE no facebook : <https://www.facebook.com/dgeste>



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património

De acordo com o artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação, o limite da dívida total para o ano de 2016 (1,5* média da corrente cobrada líquida dos últimos três anos) é de 69.724.825€.

Face ao exposto no quadro infra, verifica-se que a margem de endividamento do Município de Mafra a 7 de novembro de 2016 é de 54.756.328€.

(Valores em Euros)

Dívida Total do Município (1)	Dívida Total das Entidades Participadas (2)*	Dívida Total (1)+(2)
14 951 490	17 007	14 968 497

* Os dados da Dívida Total das Entidades Participadas dizem respeito ao período de 30/09/2016

Limite Endividamento (1,5*Média da Receita Corrente Líquida dos últimos 3 anos)	69 724 825
Margem Endividamento a 07/11/2016	54 756 328

Mafra, 7 de novembro de 2016

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património

(Dulce Lourenço)



2-1.

34

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Ação Social e Apoio Institucional****PARECER**

Concordo. Resolvido que o assunto que merece a reunião de corrente.

08./11./2016 Alceme [assinatura]

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.

02./11./2016

O(A) Diretor(a) de Departamento,

[assinatura]

Concordo com o proposto.

31./10./2016

O(A) Chefe de Divisão

[assinatura]

DESPACHO

A reunião

08./11./16

O Presidente da Câmara,

[assinatura]

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2016/15528

ASSUNTO: Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santo Isidoro – Atribuição de Apoio Financeiro

A Igreja dedicada a Santo Isidoro, datada da primeira metade do século XVI, foi alvo de uma profunda reforma na década de setenta do século XVII, tendo recebido obras de assinalável qualidade como o retábulo-mor ou os quadros em azulejo dos quatro evangelistas datados de 1671.

Esta igreja afirma-se como um valioso exemplar da arquitetura religiosa da Freguesia de Santo Isidoro e do próprio Município, tendo sido declarado Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 37 728, DG, 1ª Série, n.º 4 de 5 de janeiro de 1950.

Ao longo de quase cinco séculos a igreja tem sido permanentemente utilizada, tendo-se tornado igreja paroquial da Freguesia de Santo Isidoro.

Esta igreja não possui um órgão que permita acompanhar o coro durante as celebrações eucarísticas.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

A aquisição de um órgão de tubos revela-se pertinente não só como apoio às celebrações litúrgicas mas também como promotor de cultura, permitindo a promoção de concertos e outro tipo de eventos.

Apesar dos esforços realizados na angariação de fundos para a concretização deste projeto, vêem-se confrontados com dificuldade na obtenção dos recursos financeiros necessários, tendo solicitado o apoio da Câmara Municipal.

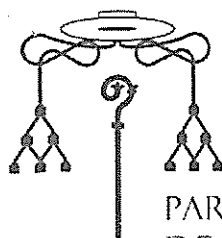
Nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, cabe à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos. Compete-lhe ainda apoiar atividades de natureza social, cultural, educacional, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município;

Propõe-se, na sequência do pedido formalizado pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santo Isidoro, a atribuição de uma verba no valor de 15 000€ (quinze mil euros) com vista à aquisição de um órgão de tubos.

Mafra, 31 de outubro de 2016

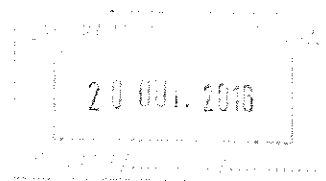
A Coordenadora do Gabinete de Apoio Institucional


(Paula Santos)



PARÓQUIA
DE SANTO ISIDORO

35



Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mafra

Helder Sousa Silva

Assunto: Pedido de colaboração para aquisição de um órgão de tubos para a Paróquia de Santo Isidoro.

A igreja paroquial não possui um órgão, realidade que se tem manifestado como uma exigência para ajudar a suportar o coro nos momentos litúrgicos da missa e a valorizar as celebrações festivas. Julgamos também que ao adquirimos este instrumento podemos chegar a outros na nossa comunidade por via de uma pastoral que passa pela cultura. Deste modo poderemos promover concertos e outro tipo de encontros num espaço único que é a igreja e que tantas vezes pelas vicissitudes da história e do tempo muitos se afastam.

Neste sentido a comunidade paroquial de Santo Isidoro vem por este meio pedir a colaboração para a aquisição de um órgão de tubos destinado à igreja paroquial que está orçamentado no valor de 40.000€ mais IVA. Trata-se de um órgão holandês da empresa KLOP ORGANS AND HARPSICHORDS, cujo contacto foi feito pelo Engenheiro Rui Paiva em sintonia com o Rev. Padre Teodoro, vigário de Mafra e comigo Pe. Carlos Pinto.



Para atingirmos este valor contamos já com 10.000€ da comunidade paroquial. O valor referente ao IVA não é contabilizado uma vez que pela concordata a Igreja não está sujeita ao mesmo.

Paróquia de Santo Isidoro, 18 de Outubro de 2016

Com toda a consideração e estima,

A handwritten signature in black ink, reading "Pe. Carlos A.A. Pinto". The signature is written in a cursive, flowing style.

O Pároco, Pe. Carlos Alexandre Alves Pinto

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO N.º 2983
ORÇAMENTO

Orçamento para o ano de 2016

C. O. Cap. 0102		CÂMARA MUNICIPAL
C. F.	2.5.3. 0101	Outras atividades cívicas e religiosas Transferências de Capital
C. E.	080701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS Instituições Sem Fins Lucrativos
1	Orçamento Inicial	10.030,00
2	Reforços / Anulações	495.500,00
3= 1 + -2	Orçamento Corrigido	505.530,00
4	Despesas Pagas	485.000,00
5	Encargos Assumidos (a)	4.000,00
6 = 3 - 4 - 5	Saldo Disponível	16.530,00
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	15.000,00
8 = 6 - 7	Saldo Residual	1.530,00

2016/11/09 (c)

CABIMENTO PRÉVIO PARA: "COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FABRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SANTO ISIDORO PARA APOIO NA AQUISIÇÃO DE UM ÓRGÃO DE TUBOS".

DULCE MARIA DUARTE LOURENÇO
2016.11.09 12:31:58 Z

(d)

(e)

(f)

- (a) - Independentemente da gerência em que o foram, desde que o seu pagamento seja devido neste ano
 (b) - Despesa a cabimentar
 (c) - Data
 (d) - Identificação funcional
 (e) - Assinatura
 (f) - Nome

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Turismo, Cultura e Desporto****PARECER**

Concordo.
A considero do ex.º Senhor
Presidente.
08/11/2016

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que
o assunto seja objecto
de deliberação pelo
órgão executivo. Pelo
07/11/2016

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a proposta apresentada.
Para despacho superior.
07/11/2016

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião.

8/11/16

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2016/15283**ASSUNTO:** Informação financeira - "O Natal chegou à Vila" - Fixação de preços

Na 4.ª edição de "O Natal chegou à Vila", que irá decorrer de 1 a 23 de dezembro, pretende-se dar prosseguimento a uma dinâmica sentida como necessidade natural nos eventos que têm continuidade, dando, igualmente, resposta às solicitações dos participantes, os quais apelam a entretenimentos que chamem mais público e que o fixem por mais tempo.

Com o forte impacto que o carrocel obteve no ano anterior, a Câmara Municipal de Mafra propõe-se continuar a promover este tipo de estrutura, que forneça animação de recinto.

Atendendo aos custos inerentes à realização deste evento, submete-se à consideração superior, o preço de participação para ocupação de *stands*, bem como o valor das voltas no carrocel, de acordo com a seguinte tabela:



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Turismo, Cultura e Desporto

Stands de madeira para comércio	Valor a pagar
Um dia	5,00€
Uma semana	25,00€
Período completo	75,00€
Carrocel	Valor a pagar
1 (uma) volta	1,00€
Pacotes:	
3 voltas	2,00€
7 voltas	5,00€
10 voltas	7,00€

Tendo em consideração o disposto na al. e) do n.º 1 do artigo 33 do Anexo à Lei n.º 75/2013, compete à Câmara Municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais.

Mafra, 25 de outubro de 2016.

A técnica superior,

Anabela Baginha

Anabela Baginha

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Educação e Juventude****PARECER**

Concordo à consideração do Ex.
Senhor Presidente.

08.11.2016

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que
o assunto seja objecto
de deliberação pelo órgão
executivo.

08.11.2016

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a Infamação.
Para decisão superior.

08.11.2016

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

8.11.16

O Presidente da Câmara,

(Helder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2016/15876

ASSUNTO: Processos de Transporte Escolar não enquadráveis em Regulamento Municipal - Atribuição de transporte escolar para frequência de estabelecimentos de ensino fora do concelho de Mafra

Foram rececionados dois pedidos de comparticipação de transporte escolar, os quais não são enquadráveis no *Regulamento para Atribuição de Transportes Escolares do Município de Mafra*, pelo que se informa:

- Daniel Alexandre Alves Esteves, residente na localidade de São Sebastião, União de freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário, frequenta o 9.º ano do Curso Vocacional de Operador Agrícola, na Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal - Runa. O valor mensal do passe deste aluno é de 79,15€, sendo o mesmo comparticipado em 60% desse valor por parte do IMTT, através do título de transporte 4_18@escola.tp, em virtude de ser beneficiário do Escalão A da Ação Social Escolar, ficando assim ao encargo desta família o valor de 31,65€.
- Gonçalo David Fonseca Pedroso, de 16 anos de idade, residente em Alcaínça, a frequentar o 9.º ano do Curso Vocacional de Prestação Cuidados Saúde, Apoio à Comunidade, Mesa-Bar, na Escola Profissional Gustave Eiffel, Lisboa. Foi realizado atendimento social ao agregado familiar deste aluno, tendo sido comprovada a sua carência socioeconómica, nos termos do artigo 6.º, número 1, alínea e), do *Regulamento para Atribuição de Apoios Sociais do Município de Mafra*. O valor



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

mensal do passe deste aluno, é de 105,20€, sendo o mesmo participado em 25% desse valor por parte do IMTT, através do título de transporte 4 18(S+), (apoio destinado aos agregados familiares que, comprovadamente, auferem rendimentos reduzidos) ficando assim ao encargo desta família o valor de 78,90€. No ano letivo anterior, este aluno foi participado em 50% do valor total do passe.

Neste enquadramento, analisados os pedidos de transporte supra referidos, verifica-se que os mesmos não são enquadráveis no Regulamento Municipal, no âmbito dos Transportes Escolares. Não obstante, atendendo a que não existe oferta educativa / formativa no Concelho de Mafra, para os cursos que os alunos frequentam;

Considerando por fim, que a frequência desses cursos vocacionais se revelam como um meio primordial na inclusão dos mesmos no sistema educativo, combatendo desta forma o abandono escolar;

Submete-se à consideração superior a participação do transporte destes dois alunos, nos termos seguintes:

Aluno	Curso	Ano	Local de Embarque	Valor total do passe	Apoio do IMTT (60%)	Apoio da Autarquia (40%)	
						Encargo mensal	Encargo Total (8 meses)
Daniel Alexandre Alves Esteves	Curso Vocacional de Operador Agrícola	9.º	São Sebastião	79,15 €	47,50 €	31,65€	253,20 €

Aluno	Curso	Ano	Local de Embarque	Valor total do passe	Apoio do IMTT (25%)	Apoio da Autarquia (50%)		Encargo mensal da família (25%)
						Encargo mensal	Encargo Total (8 meses)	
Gonçalo David Fonseca Pedroso	Curso Vocacional Prestação Cuidados Saúde, Apoio à Comunidade, Mesa-Bar	9.º	Alcainça	105,20 €	26,30 €	52,60 €	420,80 €	26,30 €

Considerando os motivos atrás indicados e atendendo a que estes pedidos de transporte não se enquadram no estabelecido no artigo 1.º do *Regulamento para Atribuição de Transportes Escolares do Município de Mafra*, torna-se necessário que os mesmos sejam objeto de deliberação da Câmara Municipal, nos termos do artigo 7.º do referido Regulamento.

À consideração superior.

Mafra, 7 de novembro de 2016

(Fátima Franco Silva)

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO N.º 2960
ORÇAMENTO

39

Orçamento para o ano de 2016

C. O. Cap. 0403		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE
C. F.	2.1.2. 02	Serviços auxiliares de ensino
C. E.	020210	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS Transportes
1	Orçamento Inicial	1.729.660,00
2	Reforços / Anulações	-200.000,00
3= 1 + -2	Orçamento Corrigido	1.529.660,00
4	Despesas Pagas	902.841,98
5	Encargos Assumidos (a)	451.277,45
6 = 3 - 4 - 5	Saldo Disponível	175.540,57
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	674,00
8 = 6 - 7	Saldo Residual	174.866,57

2016/11/07 (c)
TRANSPORTES ESCOLARES ANO LECTIVO 2016/2017 - COMPARTICIPAÇÃO NO PASSE ESCOLAR DOS
ALUNOS: DANIEL ALEXANDRE ALVES ESTEVES E GONÇALO DAVID FONSECA PEDROSO (INFORMAÇÃO
2016/15876)

(d)

VIRGÍNIA MARIA DA SILVA RIBEIRO

(e)

(f)

- (a) - Independentemente da gerência em que o foram, desde que o seu pagamento seja devido neste ano
- (b) - Despesa a cabimentar
- (c) - Data
- (d) - Identificação funcional
- (e) - Assinatura
- (f) - Nome



40

24

X

PROPOSTA

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIDADES E DE VILAS CERÂMICAS – AptCC – PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO

Considerando que:

- A.** A produção cerâmica está fortemente enraizada na história e cultura portuguesas e, até aos dias de hoje, tem desempenhado um papel preponderante na economia nacional; Esta atividade secular em Portugal tem-se refletido numa produção diversificada e distinta, de características singulares de região para região, que conferem uma imensa riqueza patrimonial, reconhecida ao nível mundial;
- B.** No caso do concelho de Mafra, a sua identidade não pode ser dissociada da indústria oleira, que, pela sua implantação e proeminência, impõe, ainda hoje, a sua presença como uma das marcas que maior distinção lhe conferem; A existência da indústria oleira em Mafra remonta a tempos imemoriais, estendendo-se até aos nossos dias e, no panorama nacional, Mafra é um dos centros oleiros de remonta;
- C.** Face à expressividade e ao peso que a atividade cerâmica tem tido na economia nacional e a forte tradição histórica e cultural em Portugal e pela importância que assume para o concelho, Mafra não poderia ficar alheia à criação da Associação Portuguesa de Cidades e de Vilas Cerâmicas – AptCC; Esta participação reveste-se de especial importância para a salvaguarda, valorização e a divulgação da atividade cerâmica no concelho, nas suas demais vertentes de olaria tradicional e figurado de barro;
- D.** A criação da AptCC tem por princípios subjacentes o empenho dos seus membros na defesa, valorização e divulgação do seu património cultural e histórico cerâmico, que reside na atividade cerâmica, nas

suas demais dimensão e vertentes; É uma associação que se rege, nos termos da lei geral, tendo por fim a realização de interesse específicos, comuns aos membros que a integram, sem fins lucrativos e independente de qualquer outra associação; Igualmente, a AptCC visa manter relações de cooperação e colaboração com outras associações nacionais e estrangeiras que tenham objetivos semelhantes; Possibilitar, ainda, a sua integração no Agrupamento Europeu de Cooperação às Cidades da Cerâmica (AeuCC);

- E.** Como é sabido, as Autarquias existem para promover e salvaguardar os interesses próprios das respetivas populações, o que vale por dizer que prosseguem o interesse público, entendido como o interesse de uma comunidade, ligado à satisfação das necessidades coletivas desta;
- F.** Tais atribuições decorrem do disposto nos artigos 2.º e 23.º, n.º 1, ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, mais se concretizando, nas alíneas e) e m) do n.º 2 do referido artigo 23.º que os Municípios dispõem, respetivamente, de atribuições nos domínios do património, cultura e ciência e da promoção do desenvolvimento;
- G.** Na prossecução de tais atribuições, compete aos Municípios, designadamente, deliberar sobre a constituição e participação em associações que prosseguem fins de relevante interesse público local, nos termos conjugados dos artigos 53.º, 56.º e 60.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual;
- H.** Nos termos estipulados no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, foram realizados os necessários estudos técnicos, anexos à presente proposta, a saber, o plano do projeto, na ótica do investimento, da exploração e do financiamento, demonstrando a respetiva viabilidade e sustentabilidade económica e financeira, os quais se dão aqui por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais;
- I.** O acima referido não prejudica a aplicação do regime decorrente no n.º 2 do artigo 56.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, conjugado com a linha c) do n.º 1 do artigo 5.º e o artigo 46.º, ambos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de



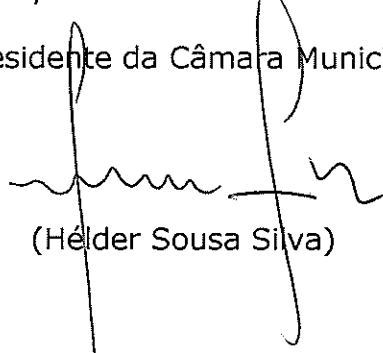
Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual, referente ao visto do Tribunal de Contas;

PROPONHO que a Câmara Municipal delibere:

- a) Atentos os documentos anexos à presente Proposta, designadamente os estudos técnicos e respetivos estatutos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, e sem prejuízo da oportuna observância, pelos Municípios fundadores, das formalidades inerentes à constituição desta Associação de fins específicos, nos termos da lei, concordar com a participação do Município de Mafra na Associação Portuguesa de Cidades e de Vilas Cerâmicas – AptCC, nos termos do artigo 60.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual;
- b) Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a participação do Município de Mafra na Associação Portuguesa de Cidades e de Vilas Cerâmicas – AptCC, nos termos da alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual;
- c) Submeter o processo à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, atento o disposto no n.º 2 do artigo 56.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, conjugado com a linha c) do n.º 1 do artigo 5.º e o artigo 46.º, ambos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.

Paços do Município de Mafra, 07 de novembro de 2016.

O Presidente da Câmara Municipal,



(Hélder Sousa Silva)



Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica (AptCC)

ESTATUTOS

CAPÍTULO I PARTE GERAL

Artigo 1º Constituição

A *Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica*, adiante designada por AptCC, é uma associação sem fins lucrativos constituída por Municípios e outras entidades e reger-se-á pelos presentes estatutos e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º Composição

1. São associados fundadores:
 - a) Os Municípios de Alcobaça, Aveiro, Barcelos, Caldas da Rainha, Ílhavo, Mafra, Montemor-o-Novo, Óbidos, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Tondela, Viana do Alentejo, Viana do Castelo e Vila Nova de Poiares.
2. Poderão aderir à Associação e adquirir a qualidade de associados não fundadores ou honorários, outros município e entidades, que possuam interesse na valorização patrimonial e promoção da atividade cerâmica portuguesa nas suas mais diversas manifestações e vertentes.

Artigo 3º Denominação

A Associação adota a designação de *Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica*.

Artigo 4º Sede

1. A Associação tem âmbito nacional e sede no Centro de Artes, em Caldas da Rainha.
2. A Associação poderá criar delegações, secções ou quaisquer formas de representação em diferentes localidades situadas nas áreas dos municípios associados mediante deliberação da Assembleia Geral, sob proposta da Direção.

Artigo 5º

Objeto

1. A *Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica* é uma associação que se rege, nos termos da lei geral, tendo por fim a realização de interesse específicos, comuns aos membros que a integram, sem fins lucrativos e independente de qualquer outra associação.
2. A *Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica* manterá relações de cooperação e colaboração com outras associações nacionais e estrangeiras que tenham objetivos semelhantes.
3. Sem prejuízo da atribuição de outros objetivos posteriores, a *Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica*, prossegue os seguintes fins:
 - a) A defesa, a valorização e a divulgação do património cultural e histórico cerâmico;
 - b) O intercâmbio de experiências entre os associados, nomeadamente ao nível da conservação do património;
 - c) O estabelecimento de parcerias entre cidades e vilas com vínculos tradicionais à cerâmica seja do tipo produtivo, cultural ou de outro âmbito;
 - d) A promoção da criação artística e a difusão da cerâmica tradicional e contemporânea;
 - e) A planificação e o desenvolvimento de uma política de divulgação e de comercialização da oferta cerâmica nos diversos centros de produção em território nacional;
 - f) O incentivo de relações de cooperação e intercâmbios entre municípios associados que partilhem de realidades próximas, bem como com outras entidades particularmente relacionadas com a produção e a comercialização da cerâmica;
 - g) O incremento de programas de formação dentro da atividade cerâmica, tanto de carácter produtivo como cultural, garantindo a continuidade do sector nas áreas municipais aderentes à AptCC;
 - h) Impulsionar e facilitar, desde as instituições e administrações locais às europeias, nos mais diversos níveis, as iniciativas que se mostrem pertinentes para o desenvolvimento da competitividade da atividade cerâmica;
 - i) Promover a consciencialização de empresários e das comunidades locais para a importância histórica e patrimonial da cerâmica, seja na vertente artesanal como industrial;
 - j) Evidenciar o potencial da sustentabilidade económica e social das cidades e vilas associadas a partir da cerâmica, que passa pela manutenção da tradição aliada à inovação;
 - k) Tomar em conta qualquer outra finalidade, que se enquadre na natureza intrínseca e nos interesses das cidades e vilas associadas, desde que acordado pela Assembleia da AptCC.
4. Para assegurar a realização do seu objeto a *Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica* poderá, nos termos da legislação aplicável:
 - a) Estabelecer estruturas organizacionais;

- b) Facilitar o intercâmbio de informação e experiências sobre temas relacionados com as cidades e as vilas de cerâmica;
 - c) Criar uma rede de cidades e vilas de cerâmica com relevância para a sua promoção cultural, histórica, patrimonial, económica e turística dos Municípios associados;
 - d) Constituir um serviço de assessoria e assistência técnica para os seus associados;
 - e) Organizar e participar em reuniões, seminários e congressos, mostras e outros eventos;
 - f) Promover publicações em matérias próprias da sua competência;
 - g) Promover a pesquisa e comercialização de produtos turísticos e culturais relacionados com a *Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica*;
 - h) Impulsionar a investigação científica própria, e mediante a participação de outras entidades e organismos;
 - i) Promover a criação de produtos e soluções inovadoras, nomeadamente de cariz tecnológico, que contribuam para o desenvolvimento do conceito das Cidades e Vilas de Cerâmica, enquanto eventual destino turístico de excelência.
5. No âmbito dos objetivos a prosseguir, enunciados nos números anteriores, a Associação poderá candidatar-se a fundos comunitários, a programas de financiamento extra comunitários, bem como a iniciativas mecenáticas, de forma a financiar projetos desenvolvidos no âmbito da sua missão.

Artigo 6º

Duração

A Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica é constituída por tempo indeterminado.

Artigo 7º

Categorias de associados

1. A *Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica* estabelece três categorias de associados, conforme o nº 2º do Artº 2: Municípios Fundadores (MF), Municípios Associados (MA) e Associados Honorários (AH).

- a) Municípios Fundadores: Fazem parte desta entidade todos os municípios membros da administração local, signatários, presentes na fundação da Associação, em cujos territórios a cerâmica assuma um relevo especial, tanto como atividade produtiva, cultural ou comercial.
- b) Municípios Associados: Todos os municípios aderentes posteriormente à constituição da Associação, em cujo território, a cerâmica seja igualmente, uma atividade expressiva.
- c) Associados Honorários: entidades públicas, privadas ou individuais, de reconhecido mérito, académico e/ou profissional, pelo seu contributo prestado ao desenvolvimento e à valorização da atividade cerâmica. Os Associados Honorários estão isentos do pagamento de quotas e assiste-lhes o direito de participação nas atividades e eventos públicos promovidos pela Associação, serem convidados para tomar parte em assembleias gerais, com direito a intervenção, embora sem voto. Em nenhum caso poderão ser eleitos como membros dos órgãos sociais.

Artigo 8º

Condições de admissão dos Associados

1. A admissão dos Associados como MA depende do pedido do interessado, formulado por escrito, do qual conste uma declaração de aceitação, sem reservas, dos estatutos ou de convite endereçado pela Associação.
2. A admissão de AH poderá ocorrer por proposta dos respetivos municípios.
3. O pedido de adesão deverá ser enviado ao Presidente da Associação que remete ao Conselho Consultivo para emissão de parecer, que aferirá da pertinência do pedido de admissão.
4. Colhido o parecer do Conselho Consultivo, o pedido de admissão será remetido pela Direção à Assembleia Geral que deliberará, sendo para o efeito necessária a presença de dois terços dos membros que compõem a assembleia.
5. É condição de admissão de novos associados a aceitação plena, por parte dos mesmos, dos compromissos e obrigações estabelecidos pela Associação.
6. Podem integrar a Associação os municípios, que cumpram os requisitos mínimos referidos no n.º anterior, bem como promovam uma ou mais das seguintes condições:
 - a) A existência de argumento histórico;
 - b) A sustentabilidade da *Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica*;
 - c) A capacidade técnica e organizativa da Associação;
 - d) A excelência do trabalho de pesquisa, investimento e notória vontade institucional;
 - e) Fomentar a criação de museus, centros de interpretação ou outras estruturas análogas dedicadas ao aprofundamento do conhecimento, da conservação e da difusão do património cerâmico no seu espectro mais amplo: bens móveis e imóveis, olarias, figurado popular, etc.

Artigo 9º

Direitos dos Associados

1. Constituem direitos dos MF's:
 - a) Participar nos trabalhos da *Associação Portuguesa das Cidades e Vilas de Cerâmica* nomeadamente, nas Unidades de Trabalho e nas Equipas de Projeto que venham a ser criadas;
 - b) Ter acesso aos arquivos, registos e documentos da *Associação Portuguesa das Cidades e Vilas de Cerâmica*;
 - c) Ter conhecimento da execução dos orçamentos propostos pela *Associação Portuguesa das Cidades e Vilas de Cerâmica*;
 - d) Solicitar à Direção a convocação e celebração da Assembleia Geral quando violados os seus direitos, sem prejuízo da impugnação das decisões e deliberações que possa vir a ser formulada de acordo com a lei vigente;
 - e) Auferir dos benefícios da atividade da *Associação Portuguesa das Cidades e Vilas de Cerâmica*;
 - f) Apresentar propostas ou sugestões que considerem úteis ou necessárias à realização dos objetivos estatutários;

- g) Exercer todos os poderes e faculdades previstos na lei e nos estatutos da *Associação Portuguesa das Cidades e Vilas de Cerâmica*;
 - h) Direito de veto, nas matérias respeitantes à criação, gestão e alteração da marca.
2. Constituem direitos dos MA's os indicados nas alíneas a) a g) do número anterior.
 3. Constituem direitos dos AH's, os indicados nas alíneas a), b), d) e f) do nº 1.

Artigo 10º

Deveres dos Associados

1. Constituem deveres dos Associados cumprir e fazer cumprir os estatutos e deliberações dos órgãos sociais;
2. Constituem, ainda, deveres dos MF's e MA's:
 - a) Cumprir o mandato que lhe haja sido conferido por eleição ou designação;
 - b) Participar nas despesas da Associação, mediante pagamento de uma quota anual, atualizada em termos a definir no Regulamento Interno;
 - c) Participar as despesas ordinárias e contribuições extraordinárias que vierem a ser aprovadas pela Assembleia Geral.

Artigo 11º

Perda da qualidade de Associado

1. Perde a condição de Associado:
 - a) Aquele que não cumpre os estatutos e deliberações dos órgãos sociais;
 - b) Aquele que solicite a sua demissão, por requerimento apresentado à Direção;
 - c) Aquele que tendo dívida à Associação e que, notificado para proceder à sua regularização, o não faça no prazo máximo de três meses contado a partir da data da referida notificação.
2. A perda da qualidade de Associado só será eficaz, após tomada de conhecimento pela Assembleia Geral, mantendo-se, até ao seu integral cumprimento, qualquer obrigação que tenha contraído com a Associação.

CAPÍTULO II

ÓRGÃOS E FUNCIONAMENTO

Artigo 12º

Órgãos

1. São órgãos da Associação:
 - a) A Assembleia Geral;
 - b) A Direção;
 - c) O Conselho Fiscal;
 - d) O Conselho Consultivo.

Artigo 13º

Eleições

1. A Mesa da Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral através de votação de listas que deverão ser apresentadas, ao respetivo Presidente da Mesa da Assembleia, por qualquer dos Órgãos Sociais ou por um grupo de sócios no pleno gozo dos seus direitos associativos, na Assembleia Geral convocada para o efeito.
2. Os membros Órgãos Sociais eleitos serão empossados pelo presidente da Assembleia Geral cessante até 15 dias depois do ato eleitoral.
3. Os membros dos Órgãos Sociais são eleitos por dois anos.

Artigo 14º

Competência

1. Para a prossecução do objeto da Associação, os órgãos exercem a competência que lhes for conferida por lei e pelos estatutos.
2. Salvo disposição legal ou estatutária em contrário, os poderes municipais referentes à organização e gestão dos trabalhos incluídos no objeto da Associação consideram-se delegados nos respetivos membros representantes.
3. As deliberações dos órgãos eleitos da Associação vinculam os municípios e as entidades que a integram, não carecendo de ratificação dos órgãos respetivos, desde que os mesmos se tenham pronunciado em momento anterior à assunção da competência.

Artigo 15º

Composição da Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral é o órgão soberano da Associação e é integrada por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.
2. Os trabalhos da Assembleia são dirigidos por uma mesa constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos por período coincidente com o mandato autárquico.

Artigo 16º

Reuniões da Assembleia Geral

1. As reuniões da Assembleia podem ser ordinárias e extraordinárias.
2. A Assembleia reúne ordinariamente, duas vezes por ano.
3. A Assembleia reúne com carácter extraordinário, a requerimento de um terço dos associados.
4. A convocação será feita com os 15 dias de antecedência.

5. Em casos de excecional urgência, devidamente fundamentada, a convocatória poderá ser feita com a antecedência de 48 horas.
6. A convocatória da Assembleia, seja ordinária ou extraordinária, far-se-á por escrito, devendo mencionar o local, dia e hora da mesma.
7. A convocatória será acompanhada da ordem de trabalhos, devendo incluir qualquer tema que tenha sido solicitado por um terço dos associados.
8. A Assembleia poderá decorrer na área territorial de qualquer dos associados, se assim for decidido pela Direção.
9. As deliberações são aprovadas por maioria simples, exceto nos casos em que os presentes estatutos disponham de forma diferente.
10. A Assembleia reúne à hora marcada se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto ou, 30 minutos depois, em segunda convocatória, com qualquer número de presenças.

Artigo 17º

Competências da Assembleia Geral

1. Compete à Assembleia Geral, nomeadamente:
 - a) Aprovar e modificar os estatutos;
 - b) Estabelecer a estrutura organizativa;
 - c) Eleger os membros para os Órgãos Sociais;
 - d) Aprovar o plano de ação;
 - e) Aprovar orçamentos e contas em geral;
 - f) Aprovar regulamentos;
 - g) Aprovar, sobre proposta da Direção, o valor de quota ordinária;
 - h) Aprovar, sobre proposta da Direção, o valor de contribuição extraordinária;
 - i) Ratificar a perda da qualidade de Associado;
 - j) Aprovar regulamento interno explicitador dos critérios de análise para a admissão de novos associados;
 - k) Dissolver a Associação.

Artigo 18º

Competência da Mesa da Assembleia Geral

1. Compete ao Presidente da mesa, entre outras incumbências que lhe sejam cometidas pela lei, estatutos ou deliberações da Assembleia Geral, dirigir os trabalhos, rubricar os livros e atas, e dar posse aos titulares de órgãos eleitos.
2. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos;
3. Compete ao Secretário, preparar o expediente e dar-lhe seguimento, secretariar as reuniões, lavrar e subscrever as respetivas atas, que serão também assinadas pelo Presidente e pelo Vice-Presidente.

Artigo 19º

Composição e funcionamento da Direção

1. A Direção é o órgão executivo da Associação.
2. A Direção é constituída por 5 membros eleitos, um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal.
3. Dois membros da Direção terão de pertencer obrigatoriamente aos municípios associados Fundadores.
4. A Direção reunirá ordinariamente, com periodicidade mensal, ou extraordinariamente, por iniciativa do presidente ou de um terço dos membros que a compõem.
5. A Associação vincula-se pela assinatura de dois membros da Direção, sendo uma delas, obrigatoriamente, a do Presidente.
6. A Direção é eleita por dois anos, em período coincidente com o mandato autárquico.
7. A Direção poderá reunir na área territorial de qualquer dos associados, se assim decidir.

Artigo 20º

Competência da Direção

1. Compete à Direção:
 - a) Elaborar o plano estratégico (a 4 anos) da *Associação Portuguesa das Cidades e Vilas de Cerâmica*;
 - b) Definir as metas anuais, os objetivos e as ações a realizar;
 - c) Elaborar o relatório e contas do exercício;
 - d) Elaborar o plano de ação e orçamento;
 - e) Acompanhar o desempenho das Unidades de Trabalho e das Equipas de Projeto;
 - f) Gerir os recursos da Associação;
 - g) Nomear mandatários, procuradores e/ou representantes da Associação;
 - h) Arrecadar receitas e proceder aos pagamentos;
 - i) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e regulamentos;
 - j) Exercer o poder disciplinar sobre os associados;
 - k) Exercer as demais funções que, não sendo exclusivas de outros órgãos se mostrem necessárias e adequadas à realização do objeto da Associação;
 - l) A nomeação e a exoneração do Diretor Executivo;
 - m) Propor à Assembleia Geral, a aprovação da quota ordinária anual;
 - n) Propor à Assembleia Geral, a aprovação das contribuições extraordinárias.

Artigo 21º

Competência do Presidente da Direção

Compete especificamente ao Presidente da Direção:

- a) Convocar as reuniões de Direção;
- b) Representar a Associação em juízo e fora dele;
- c) Praticar atos que sendo da competência da Direção, se justifiquem quando circunstâncias excecionais o exijam, ficando porém, tais atos sujeitos à subsequente ratificação pela Direção;
- d) Receber em nome da Associação qualquer tipo de subsídio ou apoio;

- e) Requerer ao presidente da mesa da Assembleia Geral a convocação da assembleia;
- f) Exercer as demais funções que, não sendo da competência exclusiva da Direção ou de qualquer outro órgão, se mostrem necessárias e adequadas à realização do objeto da Associação.

Artigo 22º

Composição do Conselho Fiscal

1. O Conselho Fiscal será composto por três elementos eleitos, sendo o primeiro da lista, designado por Presidente o segundo por Vice-Presidente e o ultimo por Vogal;
2. O Conselho Fiscal reúne ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que tal se justificar;
3. As reuniões são convocadas pelo Presidente ou, no caso de falta ou impedimento, pelo Vice-Presidente.

Artigo 23º

Competência do Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar os atos dos órgãos e serviços da Associação nos domínios financeiros e patrimonial;
- b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício bem como sobre o plano de ação e orçamento para o ano seguinte,
- c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que os outros órgãos associativos submetam à sua apreciação;

Artigo 24º

Diretor Executivo

São funções do Diretor Executivo, designadamente:

- a) Gerir os recursos humanos afetos à Associação;
- b) Implementar o Plano Estratégico da *Associação Portuguesa das Cidades e Vilas de Cerâmica*;
- c) Prosseguir as metas e os objetivos anuais da Associação;
- d) Garantir a execução do plano de ação e orçamento da Associação;
- e) Garantir ainda as funções que lhe são atribuídas pela lei, pelos presentes estatutos ou regulamentos da Associação, sob orientação do Presidente da Direção;
- f) Coadjuvar todos os eleitos e não eleitos da Associação, sob orientação do Presidente da Direção;
- g) Executar as deliberações da Assembleia Geral sob orientação do Presidente da Direção;
- h) Guardar e manter a documentação atualizada, bem como os arquivos e registos da Associação.

Artigo 25º

Conselho Consultivo

1. O Conselho Consultivo, designado pela Assembleia Geral, sob proposta da Direção, será composto por pessoas singulares e coletivas com reconhecido mérito, académico e/ou profissional, em áreas ou temáticas que sejam relevantes para a missão da *Associação Portuguesa das Cidades e Vilas de Cerâmica*;
2. O Conselho Consultivo terá, entre outras, as seguintes funções:
 - a) Dar parecer prévio, não vinculativo, sobre os pedidos de admissão de novos associados.
 - b) Contribuir para a elaboração e revisão do Plano Estratégico da *Associação Portuguesa das Cidades e Vilas de Cerâmica*.
 - c) Pronunciar-se sobre o desempenho da Associação, nomeadamente em termos das metas e dos objetivos a prosseguir;
 - d) Propor ações concretas que possam promover a missão da Associação;
3. O Conselho Consultivo não tem um número mínimo, nem máximo de membros, nem obrigatoriedade de reunir presencialmente.

CAPÍTULO III

REGIME ECONÓMICO

Artigo 26º

Receitas

1. Constituem receitas da Associação:
 - a) Quotas ordinárias dos associados;
 - b) Contribuições extraordinárias;
 - c) Os montantes de cofinanciamentos que lhe sejam atribuídos por via de candidaturas.
2. As quotas ordinárias têm carácter anual e serão determinadas tendo em conta o valor fixado na Assembleia Geral.
3. O pagamento das quotas deverá realizar-se, sem exceção, nos primeiros três meses de cada ano, sendo que o seu não pagamento poderá ser causa de apreciação e motivo da expulsão.
4. O exercício económico da Associação será anual tendo lugar o seu encerramento a 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 27º

Requisitos das Deliberações

1. As deliberações dos órgãos da Associação são tomadas à pluralidade dos votos, estando presente a maioria legal dos seus membros, exceto nos casos em que os estatutos exijam outro quórum.
2. Os Presidentes da Assembleia Geral e da Direção têm voto de qualidade, no caso de empate, e uma vez realizada segunda votação.
3. Sempre que se realizem eleições ou estejam em causa pessoas, a votação terá de ser feita por escrutínio secreto.
4. As deliberações dos órgãos da Associação estão sujeitas a regras de publicitação, pelos meios que se entenderem adequados.

5. As deliberações e decisões dos órgãos da Associação são contenciosamente impugnáveis, nos termos da lei geral.

Artigo 28º

Duração dos Mandatos

1. A duração dos mandatos dos órgãos eleitos será de dois anos, em período coincidente com o mandato autárquico.
2. O Presidente e o Vice-Presidente cessarão funções pelos seguintes motivos:
 - a) Por demissão comunicada por escrito ao Presidente da mesa;
 - b) Por perda do direito da integração na Associação da entidade que representa;
 - c) Por destituição, mediante deliberação da Assembleia Geral, tomada por maioria absoluta dos seus membros, em sessão extraordinária e convocada para o efeito;
 - d) Por cessação do mandato.
3. Os cargos dos órgãos eleitos serão de carácter protocolar e não remunerados.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 29º

Alteração dos Estatutos

1. Qualquer alteração aos estatutos deverá ser aprovada em Assembleia Geral, em sessão extraordinária convocada para o efeito.
2. Para que a Assembleia possa deliberar é necessário que, em primeira convocatória se verifique a presença de dois terços dos associados e, em segunda convocatória, a presença de maioria absoluta.

Artigo 30º

Dissolução da Associação

1. A deliberação de dissolução da Associação deverá ser tomada em sessão extraordinária da Assembleia Geral convocada para o efeito e votada por maioria de dois terços dos membros.
2. Uma vez dissolvida a Associação, a Assembleia Geral constitui-se em comissão liquidatária que procederá à respetiva liquidação, para tanto, repartindo o património pelos sócios em percentagem à quantia das respetivas quotas, depois de deduzidos os recursos para o cumprimento das obrigações pertinentes.



Estudo de Viabilidade Económico-financeiro

Índice

I - Justificação da proposta	3
1. Enquadramento histórico	3
a) Alcobaça	4
b) Aveiro	6
c) Barcelos	8
d) Caldas da Rainha	11
e) Ílhavo	12
f) Mafra	16
g) Montemor-O-Novo	20
h) Óbidos	24
i) Redondo	25
j) Reguengos de Monsaraz	28
k) Tondela	31
l) Viana do Alentejo	33
m) Viana do Castelo	38
n) Vila Nova de Poiares	41
2. AptCC – Criação de uma entidade de âmbito nacional	43
3. Entidades congéneres europeias	46
4. Impactos / Resultados alcançados	48
II - Caracterização do território de intervenção abrangido pela AptCC	48
5. Missão.....	50
6. Visão	50
7. Valores	50
8. Atividades a desenvolver	50
9. Impacto	51
III – Pressupostos	52
10. Regras e procedimentos	52
11. Proveitos / Rendimentos	52
12. Investimento	52
13. Reserva de Tesouraria	53
14. Atividade da AptCC	53
15. Equipa técnica	53
16. Rendimentos	54
17. Gastos	55
18. Fornecimentos e Serviços Externos	56
19. Vendas e Prestação de Serviços	58
IV - Resultados provisionais.....	59
V - Análise Económica e Conclusões	60

I - Justificação da proposta

49

I. Enquadramento histórico

A produção cerâmica está fortemente enraizada na história e cultura portuguesas e, até aos dias de hoje, tem desempenhado um papel preponderante na economia nacional. Esta atividade secular em Portugal tem-se refletido numa produção diversificada e distinta, de características singulares de região para região, que conferem uma imensa riqueza patrimonial, reconhecida ao nível mundial.

Com efeito, Portugal tem dado seja à cerâmica de feição artística, seja de feição artesanal um grande contributo; a qualidade e a beleza das suas loiças, quer dos barros utilitários às mais finas porcelanas, a azulejaria e outras produções de âmbito artístico, industrial e até as mais recentes incursões no design moderno, têm sido reconhecidas internacionalmente por especialistas na matéria e pelo mercado consumidor.

A cerâmica reflete a sociedade de onde emerge; é evidência do sentido estético aliado às necessidades do quotidiano, às quais acrescem outros fatores tais como o conhecimento e as técnicas ancestrais, a abundância de matérias-primas e a capacidade de inovação. A cerâmica portuguesa é uma referência cultural para a história das artes e dos ofícios em espaço europeu, tendo-se tornado um importante símbolo identitário e poderoso recurso económico a desenvolver.

Se os barros portugueses no séc. XVI já iam a mesas reais, no final do século XIX e início do Século XX, a cerâmica portuguesa ocupava uma posição de destaque nos principais acontecimentos globais da época, que eram as Exposições Universais, entre as demais congéneres europeias.

Portugal possui, desde os primórdios, uma forte tradição oleira. É a partir do século XV e XVI que a produção oleira, utilizando as matérias-primas locais, se foi disseminando, uma vez que era a forma mais eficiente de produzir recipientes para a confeção, o armazenamento de alimentos ou outros fins utilitários. Sob a égide dos Descobrimentos, a faiança surgiu no nosso país no século XVI, embora o aparecimento da porcelana tenha ocorrido muito mais tarde.

No percurso enunciado, será ainda de mencionar o azulejo, enquanto espécie cerâmica, que chegou à Península Ibérica pela mão dos árabes, em Portugal, era já conhecido enquanto revestimento artístico no séc. XVI. No período barroco atingiu o seu expoente máximo de mestria e expansão, quer pela representação de temas religiosos e profanos, quer pela riqueza ornamental dos seus enquadramentos. Nos meados do século XIX o azulejo acabou por passar para o exterior, ao ser usado no revestimento cerâmico de fachadas. A partir do século XX deu-se uma profunda renovação na arte do azulejo, caracterizada pelo surgimento de estilos, técnicas e experiências que modificaram profundamente as linguagens expressivas. O azulejo é uma das referências da arte portuguesa a nível internacional no campo da cerâmica, estando inclusive em curso um projeto para o seu reconhecimento como património imaterial da Humanidade pela UNESCO.

A porcelana viria a seguir, na primeira metade do século XIX com a instauração da primeira manufatura.

No atual panorama da cerâmica portuguesa, se tivesse havido no último século uma verdadeira preocupação com a preservação patrimonial e com a memória histórica da produção tradicional dos artefactos utilitários, a indústria ter-se-ia estendido por uma área mais extensiva, dada a abundância da matéria-prima ao longo de todo o território.

Mesmo assim, será fácil, reunir com um trabalho aturado de contacto e de mobilização, inúmeras vilas e cidades com forte tradição cerâmica, que ainda dispõem de um rico património ou mesmo de produção artesanal ou contemporânea utilizando o barro como base.

Os 14 municípios fundadores da proposta *AptCC*, Alcobaça, Aveiro, Barcelos, Caldas da Rainha, Ílhavo, Mafra, Montemor-o-Novo, Óbidos, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Tondela, Viana do Alentejo, Viana do Castelo e Vila Nova de Poiares, têm na maioria dos casos, uma forte ancestralidade e tradição cerâmica, que remonta ao período em que as loiças tinham uma função sobremaneira utilitária.

Seguem por ordem alfabética os vários locais em Portugal que se destacaram na produção cerâmica, integrados nos municípios já referidos antes:

a) Alcobaça

A história de Alcobaça é indissociável da presença durante cerca de setecentos anos da Ordem de Cister, que por doação de Afonso Henriques, edifica na confluência dos rios Alcoa e Baça, em local de rara beleza, um dos maiores mosteiros cistercienses do mundo.

Mas a presença do homem nestas paragens ultrapassa naturalmente a presença cristã, diluindo-se na memória vaga dos tempos pré-históricos. Diverso material lítico faz recuar a cronologia da permanência humana ao paleolítico.

A origem de Alcobaça remonta provavelmente à época romana. O nome da antiga povoação “Helcobatie” surge desta ocupação, embora “Al-cobaxa”, como mais tarde foi chamada, deve-se à posterior influência dos árabes. Atualmente a fama de Alcobaça deve-se sobretudo ao seu magnífico Mosteiro. A Abadia de Alcobaça é classificada como Património Mundial pela UNESCO e como Maravilha de Portugal.

Fundada em 1153, por doação de D. Afonso Henriques, a Bernardo de Claraval, a atual abadia só começou a ser construída em 1178. É a maior e primeira grande obra do gótico primitivo português, depois substancialmente alargada e enriquecida com as sucessivas doações reais.

No transepto da Igreja encontram-se duas das mais belas obras da arquitetura tumular do séc. XIV: os túmulos de D. Pedro I e D. Inês de Castro.

Anexas à Igreja estão as instalações da abadia: o fabuloso Claustro de D. Dinis, séc. XIV, e em redor dele, a Sala do Capítulo, a Sala dos Monges, o Refeitório e o Lavatório, a Sala dos Reis (tem estátuas de barro e todos os reis portugueses até D. José) e a Cozinha do séc. XVIII (atravessada por um braço do rio Alcoa). No pico superior do Claustro acrescentado no reinado de D. Manuel I, situa-se o dormitório dos monges. No exterior, com acesso pela porta do sul do transepto, pode

ver-se a Capela Barroca de Nossa Senhora do Desterro, séc. XVII. Notável é o Relicário e o Altar da Morte de São Bernardo dos finais do séc. XVII, em terracota.

Para além do valor arquitetónico e artístico da construção, o Mosteiro tem também importância cultural – em 1269 os monges deram a primeiras aulas monásticas em Portugal: lá se escreveram grande parte dos códices medievais portugueses e foi produzido o maior estudo histórico sobre Portugal (Monarquia Lusitana, séc. XVII) dirigido por Frei António Brandão.

À data do abandono do mosteiro pelos monges – 13 de Outubro de 1833 – a vila não era mais do que um pequeno aglomerado de casas e reduzido número de habitantes.

Hoje Alcobaça é uma cidade em expansão, de olhos postos no futuro sem, no entanto, esquecer as suas tradições. Merece visita, além do Mosteiro, a zona histórica da cidade onde se encontram os Arcos de Cister, os vários chalets românticos, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a Igreja da Misericórdia e as ruínas do Castelo.

Perdem-se na História os vestígios da prática da cerâmica na região de Alcobaça, o que estará relacionado com as grandes jazidas de barro existentes na região, bem como pela presença dos monges cistercienses que marcaram também a arte de trabalhar o barro.

A loiça que ao longo dos tempos se vulgarizou de Norte a Sul do país como *Loiça de Alcobaça* facilmente se identifica através dos seus tons de amarelo, verde, violeta e encarnado sobre um fundo predominante azul. A *Loiça de Alcobaça* – desde a fruteira à jarra, do prato ornamental até ao bengaleiro – teve boa aceitação, entrando nas mais diversas casas, quer pela Europa quer pela América.

O azul foi a cor predominante da loiça regional de Alcobaça – ainda hoje produzida por algumas fábricas, embora já sem as tonalidades características dos fornos de caruma durante décadas utilizados, já que nos anos cinquenta e sessenta, foram substituídos por outros (elétricos e de nafta).

A origem conhecida da cerâmica artística em Alcobaça ocorre algum tempo depois do encerramento da Real Fábrica do Juncal, situada no concelho de Porto de Mós, mas nas imediações próximas daquele concelho e especialmente do Mosteiro. A Fábrica do Juncal foi fundada em 1770 por José Rodrigues da Silva e Sousa, pintor, projeto ao qual foi atribuído o título de Real em Setembro de 1784, através da “proteção” que lhe foi concedida pelo Marquês de Pombal e recebido o apoio da Fábrica do Rato, de Lisboa, fundada na mesma época e com quem trocou operários.

No catálogo “Cem anos de louça em Alcobaça”, publicado em 2008, dois historiadores locais, referem o facto já citado da função da primeira fábrica de Louça em Alcobaça em 1875, por José Reis dos Santos, vindo de Coimbra e seguindo o estilo característico daquela região - pintada à mão e estampilhada. Usa, entre outros barros, o branco da localidade, após a morte do fundador, em 1900, Manuel Ferreira da Bernarda Júnior, precursor de uma dinastia dedicada à atividade, assume a fábrica, seguindo a mesma linha de produção.

Em 1927, Silvino da Bernarda, que aprendera nas oficinas de seu pai, funda a “Olaria de Alcobaça, Lda.” com António Vieira Natividade e Joaquim Vieira Natividade. A partir daí, dá-se uma total

renovação no que se produzia até então em Alcobaça, inspirando-se a nova empresa na cerâmica portuguesa dos séculos XVII, XVIII e XIX – desde os pássaros e aranhões presentes na faiança seiscentista até aos “morrões” de pincelada larga, ao gosto da louça “ratinho” de Coimbra, em peças de uso doméstico e decorativo, tal como no período anterior.

Depois inicia-se uma epopeia da produção cerâmica em Alcobaça, seguindo o ramo da família da Bernarda, ou muitos outros industriais, a maioria saídos das fileiras operárias destas empresas. Ou seja, durante grande parte do século XX conviveram naquela região as empresas “Raul da Bernarda”, “Estatuária Artística de Alcobaça, Lda.”, a “Pereira & Lopes, Lda.”, a “Vestal”, a “Elias & Paiva, Lda.”, a “Pombo & Almeida Ribeiro”, a “Pedros, Lda.”, e muitas outras a partir da década de 70, com a abertura do mercado europeu e americano às exportações portuguesas.

Nos anos 60 (1967) e com uma tentativa bem-sucedida de furar a Lei do Condicionamento Industrial de ditadura, um conjunto de empresários da faiança consegue constituir a SPAL, para a produção de porcelana, depois de um atribulado processo de reativação de um alvará duma empresa existente no Bombarral.

Na década de 80 é constituída por um descendente da família Bernarda, uma das empresas que foi mais inovadora em termos de design e inovação nos materiais – as Cerâmicas São Bernardo – que se projetou no mercado internacional com novos produtos e captou designers internacionais de referência.

Presentemente, a cerâmica é uma atividade económica que tem conseguido modernizar-se, sempre na tentativa de ultrapassar as dificuldades, aliando a tradição na produção à qualidade e à inovação no *design*, passando pelas novas tecnologias aplicadas à indústria e aos mercados globais. Existem mais de 100 empresas na região de Alcobaça que desenvolvem atividade neste setor que são líderes nacionais em design e inovação, bem como na vanguarda do lançamento de novas tendências em cerâmica decorativa.

Em Alcobaça produzem-se produtos diferenciadores e de valor acrescentado, com um volume de negócio que ultrapassa os 73 milhões de euros. O Valor Acrescentado Bruto (VAB) do setor no distrito de Leiria é de mais de 231 milhões de euros, correspondendo 14,5% à produção no concelho de Alcobaça.

Em 2015, as exportações das cerâmicas representaram 11,5% do total de bens exportados no concelho de Alcobaça, estando presentes em mercados dos 5 continentes.

b) Aveiro

A presença humana em Aveiro remonta, pelo menos, à Pré-História, evidente na mamoa de Mamodeiro, bem como na ocupação do Calcolítico, patente na Agra do Crasto. Contudo, o seu grande desenvolvimento surgiria no período histórico, ligado a atividades económicas como a produção de sal e o comércio naval. Valioso como bem de troca, o sal, provavelmente, já explorado em época romana, está comprovado documentalmente a partir de 959, no testamento da Condessa Mumadona Dias ao Mosteiro de Guimarães.

No início do século XV, a edificação de um pano de muralhas em torno do núcleo urbano espelha o prestígio e crescimento de Aveiro. Posteriormente instalar-se-iam as instituições religiosas e assistenciais que, durante séculos, dariam fulgor à urbe ajudando-a a ultrapassar os momentos menos bons vividos, nos séculos XVII e XVIII, com o progressivo assoreamento da Barra.

Será a abertura artificial desta, concretizada em 1808, que devolverá o dinamismo a Aveiro, marcando o início de uma nova época. A preponderância de imóveis dos séculos XIX e XX no espaço urbano reflete bem essa fase, evidente na adoção da corrente Arte Nova e Arte Deco, bem como de um Modernismo impulsionado pelo Estado Novo.

Hoje o desafio está no campus universitário, na inovação e empreendedorismo de Aveiro Cidade-Região, capital de uma Comunidade Intermunicipal de cerca de meio milhão de habitantes com um tecido empresarial onde a investigação se materializa e contribui para a criação de novas unidades, bem como para a instalação de multinacionais dedicadas a setores de ponta.

O Porto de Aveiro é também um outro polo de desenvolvimento, revelando uma crescente importância em volume de negócios e no fluxo de embarcações que recebe. A sua posição estratégica faz dele uma porta de entrada e saída da Europa.

A preponderância da indústria cerâmica na Região não é, apenas, um reflexo dos avanços tecnológicos, resultando antes de uma longa tradição produtiva favorecida pela constituição geológica da região. A sua relevância está presente no registo arqueológico como o demonstram os achados nos sítios da *Agra do Crasto* [pré-história recente], *Lugar da Torre* e *Marinha Baixa* [Romano] que revelam a presença de unidades produtivas de cerâmica, e em particular os fornos cerâmicos de Eixo [tardo-romano/medieval] dedicados à produção de cerâmica de construção [*tegula*, *imbrex* e tijolos].

A preponderância da cerâmica justifica a existência de um *Bairro das olarias*, nos finais da Idade Média. Já os achados arqueológicos na Igreja de Santo António colocam Aveiro, no século XVI, como um centro produtor de formas de açúcar e de anforetas. Esta produção destinava-se ao comércio transatlântico. No que respeita às formas de açúcar, Aveiro a par com o Barreiro, próximo de Lisboa, detinham, por decreto régio, o exclusivo da produção em Portugal, o que lhes conferia um lugar cimeiro na indústria cerâmica nacional.

A utilização da cerâmica como material construtivo estende-se à utilização de peças de refugo e de fragmentos como elementos constitutivos de paramentos e muros. Também as formas de açúcar, pela sua forma cónica, resistência e leveza eram utilizadas em paredes e coberturas. A ausência de material pétreo e os custos elevados que a sua aquisição implicava justificam esta opção de reutilização e reciclagem dos materiais existentes e, entre eles, a cerâmica detém um lugar privilegiado.

Aveiro também se destaca pelo uso do azulejo, encontrando-se na cidade azulejos de diversos séculos, desde o século XVI. Já ao nível da produção azulejar local, esta ter-se-á iniciado em 1882, quando é fundada a *Fábrica da Fonte Nova*. Outras se seguiram: em 1905, por exemplo, a *Fábrica dos Santos Mártires* (a partir de 1922 designada por *Aleluia*). Após a Primeira Guerra constituíram-se outras unidades: a Empresa de Louças de Aveiro (1919) e a Empresa Olarias

Aveirense (1922). Também de destacar a empresa fundada Jerónimo Pereira Campos, em 1896, para produzir tijolo e telha de tipo Marselha. As suas antigas instalações albergam hoje o Centro de Congressos de Aveiro e são, elas próprias, um monumento à produção cerâmica, conservando como identidade duas chaminés e um dos fornos cujo interior revela ainda uma particularidade: vestígios de vidrado a sal, uma das técnicas utilizadas para vidrar grés.

A importância da cerâmica e o seu sentido de identidade prolonga-se pelo espaço urbano, onde, para além das fachadas que exibem coloridos padrões de azulejo, surgem manifestações artísticas sob a forma de painéis e monumentos cerâmicos.

A antiguidade de Aveiro como região cerâmica é reconhecida, restando ainda vestígios da produção do século XVI e a proliferação de factos em barro vermelho dos séculos subsequentes provam o grande desenvolvimento da olaria na região. A manufatura de louça, da telha e do azulejo era em tão ampla escala, que havia um bairro exclusivamente ocupado pelas olarias, denominado como tal.

Inúmeras empresas funcionaram na capital de distrito tais como a Fábrica do Côjo, Fábrica da Fonte Nova (1882), Fábrica de Louça Vermelha de António Pereira Silvestre e Fábrica de Louça Preta de Delfim de Almeida. No século XX foram ali constituídas algumas empresas, de onde se destaca a Aleluia, cuja origem remonta a 1905 e que produzia louça doméstica e decorativa, e foi pioneira em Portugal no fabrico de azulejo industrial. Também se destacou na pintura de azulejo à mão, cuja marca é reconhecida nacional e internacionalmente.

Em conclusão, Aveiro constitui um autêntico núcleo de referência nacional e internacional com:

- dimensão económica, geradora de empresas de referência;
- dimensão de I&D através da sua Universidade;
- dimensão cultural, pelo diálogo, convívio e confronto de tendências contemporâneas, nomeadamente através da Bienal Internacional de Cerâmica Artística de Aveiro.

De facto, continua a ser local de destaque na produção cerâmica assistindo-se à continuidade de unidades fabris como a *Aleluia*, lado a lado com novas fábrica que exploram técnicas de fabrico inovadoras e novas utilizações para a cerâmica. A Universidade de Aveiro dispõe de um departamento que dá ênfase a esta realidade: o *Departamento de Engenharia de Materiais e Cerâmica*. A par com esta realidade persiste a tradição oleira, incluindo a dos barros negros de Aradas. A *Associação de Artesão da região de Aveiro – A Barrica*, sediada na cidade, continua a apoiar os artesãos e a valorizar e dar visibilidade ao seu trabalho.

Ao nível cultural, a presença da cerâmica nas manifestações de arte pública [painéis azulejares e monumentos] e no património industrial evidenciam o sentido de pertença e o seu papel na *memória* da comunidade. Paralelamente, a aposta na realização da Bienal Internacional de Cerâmica Artística de Aveiro, desde 1989, evidencia o reconhecimento dado à cerâmica, da mesma forma que perspetiva a sua valorização e afirmação como setor industrial e fator cultural diferenciador.

c) Barcelos

Barcelos é uma cidade portuguesa localizada no distrito de Braga, subdividida em 61 (sessenta e uma) freguesias. Afirmar-se como um dos concelhos mais empregadores na indústria da transformação. Enquanto polo de excelência têxtil absorve quase metade da população ativa, embora o calçado, a agricultura, a cerâmica e o turismo também tenham a sua importância.

A cidade é conhecida por ser a capital do artesanato português. A dinâmica do seu povo está refletida na grandeza do artesanato, sendo o Galo de Barcelos, considerado um símbolo nacional, a grande referência. Além do artesanato também merece destaque o património arquitetónico, como por exemplo a Igreja Matriz (séc. XIII) e a Torre de Menagem (séc. XV).

O concelho de Barcelos é um território com uma identidade cultural e etnológica muito forte decorrente da variedade de artes e ofícios, dos quais se destaca, pela sua importância, a olaria. Esta tradição conta já com longos anos de história, podendo-se recuar a produção até à época Romana. A qualidade da matéria-prima existente na região foi também um fator importante, garantindo uma produção de excelente qualidade. Efetivamente, a arte de trabalhar o barro ganhou tal relevância ao longo dos séculos que se tornou indissociável da história, passada e presente, desta região e das suas gentes.

As *Louças de Barcelos*, como vulgarmente são conhecidas, são um atributo de identidade que ao longo dos séculos difundiram e disseminaram o nome deste concelho e promoveram a empregabilidade e sustento de centenas de famílias que tinha nas artes do barro o seu sustento. Por esse país fora, nas feiras semanais, nas feiras anuais, nas romarias, etc., o nome de Barcelos era difundido por esta gente simples que calcorreava as praças das cidades a vender as louças, que transportavam a pé ou em carro de bois, conferindo-lhe uma notoriedade que se prolongou no tempo como uma marca de identidade de uma comunidade, de um território e de uma cidade, ao ponto de o nome Barcelos, não mais se poder dissociar deste contexto socioeconómico.

O *Figurado*, produção subsidiária da olaria, era a designação adotada para as peças de estatuária de expressão popular, produzidas na região de tradição oleira do atual concelho de Barcelos, onde se podiam encontrar desde as pequenas peças modeladas integralmente à mão, até às peças produzidas em pequenos moldes ou com técnicas mistas usadas nesta produção.

O que agora cabimentamos como “arte” outrora era a forma do povo sobreviver, por isso, arte mais que ato criativo para os artesãos barcelenses e seus antepassados é um ato cultural que passou de geração em geração como Herança e identidade. E assim nasceu uma produção que, pretendendo ser brinquedo, se revelou símbolo identitário de uma região, fruto da capacidade única dos seus barristas de recriar o real, criando um imaginário. Tal é a importância que estes bonecos ganham que em meados do século XX, esta produção ganha relevância com a obra de mestres barristas como Rosa Ramalho, Rosa Côta, Mistério, Maria Sineta, Ana Baraça e tantos outros que fizeram do Figurado de Barcelos uma das mais importantes produções da arte popular portuguesa enaltecendo o legado de artistas como Rosalina Pereira, Manuel Valada, Francisco Branco, João Côto e António Côto e tantos outros que fizeram da olaria e das artes do barro, a sua forma de sobreviver.

O *Figurado*, além de uma forma de expressar ao mundo o modo de pensar, sentir, viver e evoluir de uma comunidade, evidência ainda, a forma como os artesãos de cada época representam o quotidiano do seu tempo. Foi a partir desta produção que se criou o mais conhecido símbolo de Portugal e do concelho de Barcelos – O galo, também ele embaixador do concelho e revelador de uma identidade histórica de um centro urbano desde tempo imemoriais ligado à peregrinação a Compostela.

O *Figurado* e a *Olaria*, em virtude deste contexto etno-social específico, são *Produções Certificadas e Protegidas* pelo sistema de certificação existente em Portugal. O processo de *Certificação da Olaria e Figurado de Barcelos* foi iniciado pela Câmara Municipal de Barcelos em 2004 com o objetivo de estudar, valorizar e proteger estas produções concelhias, que marcaram o contexto histórico, social e económico local e regional.

É no concelho de Barcelos que atualmente, se situam olarias artesanais que continuam a produzir barros utilitários, bem como figurado com fins decorativos ou destinados aos seus colecionadores. Na área concelhia continua a produzir-se louça preta, em chacota e vidrada, bem como faiança e porcelana. Mas, retrocedendo à Idade Média, a produção cerâmica estendia-se ao longo da margem direita do rio Cávado, um território que hoje abrange os atuais concelhos de Barcelos, Vila Verde e Braga, correspondendo ao extinto concelho de Prado. Segundo fontes escritas, no séc. XVIII, no Prado já se produziria faiança. Com a reforma administrativa de 1855 o concelho do Prado foi extinto, e as principais freguesias onde se produzia cerâmica passaram para Barcelos. A produção era escoada, sobretudo, em feiras e romarias, realizadas por diversas regiões no Norte do país.

Segundo o Inquérito Industrial de 1890, em Barcelos estavam em laboração 101 oficinas, designadas como pequenas indústrias, ocupando mestres, operários e aprendizes, a maioria em funcionamento o ano inteiro; as restantes, a tempo parcial.

Na primeira metade do século XX o centro cerâmico de Barcelos contava com um significativo número de oficinas, sendo considerado como o maior centro produtor de cerâmica popular nacional, abastecendo, no que diz respeito às louças vidradas, todos os mercados próximos dos distritos de Viana, Braga, Porto, Aveiro e Vila Real. A esta tradição junta-se o figurado.

O concelho de Barcelos é atualmente ao nível do Norte de Portugal um dos territórios com mais artesãos, distribuídos por diversas produções artesanais como a olaria, o figurado, a cerâmica tradicional, entre outras.

Em termos brutos, são muitas dezenas de artesãos em exercício distribuídos pelas diversas produções artesanais concelhias, com preponderância natural para a olaria e o figurado, que fazem do território afeto ao concelho um verdadeiro Museu Vivo da Arte Popular Portuguesa e um fator de identidade de Barcelos e de Portugal no Mundo.

Atualmente, depois de sensivelmente 20 anos de crise profunda, a cerâmica encontra-se, em fase de expansão, nomeadamente no que concerne à cerâmica decorativa que tem como destino os mercados do Norte e Centro da Europa. Existem também sinais muito positivos de retoma na cerâmica tradicional, com o aumento da procura. Em termos gerais, consideramos que o quadro é

positivo para a cerâmica regional devido ao aumento da exportação e à criação de novos segmentos de mercado em Portugal.

d) Caldas da Rainha

Caldas da Rainha é uma Cidade Termal, fundada nos finais do século XV pela Rainha D. Leonor, mulher do Rei D. João II, centro de uma Região e sede de um concelho depositário de um valioso património histórico-cultural. As suas termas de águas sulfurosas são reputadas desde os tempos remotos, pois já os romanos as utilizavam como testemunham documentos arqueológicos.

O concelho de Caldas da Rainha deve a sua história e nome à rainha D. Leonor, que viajava da vila de Óbidos para a Batalha quando viu, um grupo de gente humilde que se banhava em água enlameada e quente. Mandou parar a carruagem e quis saber o que significava aquilo. Eram tratamentos, disseram-lhe. Aquelas águas eram milagrosas: acalmavam dores, saravam feridas. Contavam-se até os casos de paráliticos que voltavam a andar como que por milagre. A Rainha, que então padecia de uma úlcera no peito que não havia maneira de fechar, quis fazer a experiência e viu que tudo o que lhe tinham dito era verdade: viu-se curada em poucos dias. Face a este acontecimento, a Rainha mandou erguer naquele lugar um edifício com fins terapêuticos – o Hospital Termal.

A riqueza do seu património arquitetónico, a beleza das praias e a gastronomia e doçaria típica são alguns dos seus chamarizes. A cerâmica típica das Caldas, que conheceu o seu auge artístico e comercial com os trabalhos de Rafael Bordalo Pinheiro, é caracterizada pela temática de cariz popular onde sobressai o *Zé Povinho*. Destacam-se ainda os conjuntos inspirados em folhas de repolho e a "outra" loiça típica, inspirada em motivos fálicos.

Na gastronomia, por influência da cultura conventual, as trouxas, as lampreias de ovos e as famosas cavacas são referências da riqueza, da singularidade e identidade cultural da cidade.

Os primeiros vestígios de produção cerâmica em Caldas da Rainha remontam ao séc. XV, embora essa atividade fosse feita em pequenas unidades industriais de carácter familiar.

Por seu turno, será plausível que da construção do Hospital Termal e para o Convento da Madre de Deus tenha emergido a necessidade de abastecimento de diversos vasilhames e recipientes vidrados, com notoriedade para os de vidro verde.

A atividade cerâmica na região teve, historicamente, um desenvolvimento extraordinário e sua expansão a partir dos solos ricos em argila, tendo sido iniciada a primeira fase da cerâmica caldense na década de 1820, com a produção de Maria dos Cacos, caracterizada pela monocromia verde-cobre ou castanho-manganês de peças de tipo utilitário (funcionalista) de gosto popular. Um segundo momento é marcado, em meados do século, pela renovação introduzida por Manuel Cipriano Gomes Maфра, mais tarde conduzida ao seu ápice pelo talentoso caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro e discípulos seus, como por exemplo Francisco Elías, e outros contemporâneos tais como José Alves Cunha, José Francisco de Sousa, Francisco Gomes de Avelar, entre outros.

As peças produzidas a partir de então caracterizam-se pela profusão de modelos formais, assim como por uma diversificada abordagem de temas decorativos. Os principais tipos da chamada "louça das Caldas" são a louça utilitária, constituída por louça de cozinha, apresentada em duas abordagens distintas: a contemporânea, com linhas e design simples, para uso diário e a naturalista, representando folhas de couve, de alfaces, peixes, fruta, enchidos, entre outros objetos que aliam o decorativo ao utilitário.

A louça caricatural originariamente apresentava profissões (padres, pescadores, agricultores) estereotipadas de maneira sarcástica e depreciativa. Atualmente as figuras representam políticos ou celebridades, embora a mais popular tradicionalmente seja, sem dúvida, a do *Zé Povinho*. Este personagem, criado por Rafael Bordalo Pinheiro para "A Lanterna Mágica", afirmou-se desde a sua criação como estereótipo, sendo utilizado como símbolo de Portugal e do povo português.

Evidente que a partir do século XIX nas Caldas da Rainha há uma profusão imensa de informação e de testemunhos materiais, que vão desde ceramistas como Maria dos Cacos, a Manuel Mafra, Eduardo Mafra Elias, Francisco Gomes de Avelar, José Alves Cunha, Francisco Elias, Avelino Soares Belo, Visconde de Sacavém (José), até Rafael Bordalo Pinheiro a partir de 1884 e seu filho Manuel Gustavo já no início do século XX.

Nesse período, as cerâmicas caldenses vão chegando um pouco a toda a parte, apreciadas dentro e fora do País. Foram fatores determinantes para o prestígio desta cerâmica particular o desenvolvimento do termalismo das Caldas, a sua presença em exposições internacionais da época, bem como sua apreciação pela corte portuguesa.

Seguiu-se ainda outro período áureo na segunda metade do século XX com a criação da SECLA e o conjunto de ceramistas que se juntaram no Estúdio com o mesmo nome: Ali pontuaram Hansi Stael, Thomaz de Mello (Tom), José Aurélio, António Quadros, Júlio Pomar, Alice Jorge, Ferreira da Silva, José Santa-Bárbara, Jorge Vieira, Maria Antónia Paramos, Miria Toivola Câmara Leme, Ian Hird e Herculano Elias., para além dos proprietários da fábrica e igualmente criadores, Pinto Ribeiro e Ponte e Sousa.

No panorama industrial atual de Caldas da Rainha destacam-se atualmente as Faianças Artísticas Bordallo Pinheiro, a Molde e a Braz Gil Studio.

O panorama artístico conta com alguns ceramistas que a título individual vão desenvolvendo a sua obra, mantendo a tradição cerâmica da cidade, tais como Ana Sobral, Bolota, Vítor Reis, Carlos Enxuto, Mário Reis, Carlos Oliveira, Paula Violante, bem como tantos outros que iniciaram recentemente esta produção, uns mais ligados ao tradicional, outros mais arrojados e inovadores, tendo sempre como base a arte de trabalhar o barro.

e) Ílhavo

Com cerca de nove séculos e meio de vida documentada, Ílhavo é apontada como sendo descendente de navegadores da Antiguidade, que entraram pela foz do Vouga e estabeleceram-se nas suas margens, sendo os próprios ilhavenses, igualmente invocados como os fundadores de numerosas povoações marítimas.

A primeira referência escrita à “villa iliauo”, que consta do cartulário do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, designado por Livro Preto da Sé de Coimbra, remonta ao século XI, mais concretamente entre 1037 e 1065, sendo a sua doação mencionada aquando da tomada definitiva de Coimbra, em plena Reconquista Cristã.

Durante o século XVII, em 1693, as Câmaras da Vila da Ermida (antigo Concelho entretanto integrado no atual Município de Ílhavo) e da Vila de Ílhavo pediram a El Rei D. Pedro II a mercê de estabelecerem uma Feira na Vista Alegre que, nos nossos dias, é conhecida como a Feira dos Treze. A Ermida encontra-se ligada à história da família do bispo D. Manuel de Moura Manuel, que haveria de mandar construir, na vizinha Vista Alegre, e em finais do século XVII, a Capela de Nossa Senhora da Penha de França (e onde se encontra sepultado) e que tinha uma grande quinta – prazo, conhecida como Quinta da Ermida.

A Capela da Vista Alegre, monumento nacional, é um edifício imponente, que apresenta na fachada principal uma imagem em pedra ricamente trabalhada da Nossa Senhora da Penha de França, a padroeira da Vista Alegre. No interior destacam-se os azulejos setecentistas, recentemente identificados como sendo da autoria de Gabriel del Barco, mas também os retábulos em mármore e talha dourada e as abóbadas decoradas com frescos representando uma das maiores árvores de Jessé conhecidas. No vão da Capela-Mor ergue-se o imponente túmulo episcopal do Bispo, magnífico trabalho em pedra de ançã, da autoria do artista Claude Laprade, e um dos maiores pontos de interesse artístico desta capela.

A porcelana está intrinsecamente ligada a Ílhavo. Teriam sido os portugueses que primeiro viram a porcelana no Oriente e que primeiro a transportaram para a Europa, embora Portugal tenha sido um dos derradeiros países europeus a produzir loiças dessa matéria, pelo desconhecimento da existência de caulino no território nacional. Em pleno séc. XVIII são descobertos jazigos abrindo, mais tarde, as portas para a produção de porcelana.

Em 1812, José Ferreira Pinto Basto, que viria a ser o fundador da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, adquire a Quinta do Paço da Ermida e, em 1816, adquire também, em hasta pública a Capela da Vista Alegre e terrenos envolventes. Cerca de 1824, José Ferreira Pinto Basto apresentou um requerimento, para a instalação de uma grande fábrica de loiça, porcelana, vidraria e processos químicos. Trata-se do primeiro documento histórico com que se inicia o processo financeiro, tecnológico e social para a instalação em Portugal de uma fábrica de porcelana.

Nesse pedido, o futuro industrial da porcelana já contemplava a exportação de parte da sua produção, bem como fazia alusão ao elevado investimento justificando o seu pedido de concessão de isenção dos direitos sobre os materiais necessários à sua laboração semelhança de outras fábricas nacionais.

E assim aconteceu. A história da empresa divide-se em oito períodos dos primórdios até a, demarcando o primeiro entre 1824 e 1834, uma fase experimental, utilizando as matérias-primas existentes. Só a partir de 1835 se requinta a produção da porcelana com a descoberta de verdadeiros jazigos de caulino e a que se junta a preocupação da decoração, com a fundação da

escola de pintura, o 2º período da Vista Alegre e que vai até 1852. Isto acontece em simultâneo com a vinda para a fábrica de Victor Rousseau, artista e técnico de imenso valor vindo de Londres, onde se refugiara, depois de fugir de França pelos seus ideais liberais. E a partir daqui, de 1853 pode-se considerar o 3º período do início da epopeia da Vista Alegre, conotado com a valorização da pintura e pela delicadeza da porcelana, momento em que nasce o carácter da Vista Alegre.

A instalação da unidade fabril leva à construção do bairro operário da Vista Alegre, o primeiro do género a surgir em Portugal, que acompanhará, sempre, a evolução histórica da Fábrica, ao longo dos seus quase duzentos anos, imbuído do espírito empreendedor do seu fundador, considerado um homem esclarecido do seu tempo. O bairro nasce da necessidade de albergar uma população sem passado comum (funcionando como fator de atração e fixação de mão de obra especializada) e o carácter inovador da sua fundação revela-se na sua estrutura, na capacidade de antecipação de necessidades e nas preocupações sociais.

Nos anos que se seguiram à instalação da fábrica foram construídas, em torno do Largo da Capela, além das instalações fabris e armazéns associados, casas para operários, um Colégio, com internato (1826), o Teatro (1826, reconstruído em 1851 e reabilitado por diversas vezes após esta data), o Palácio (residência do administrador da Fábrica), a Creche, o Refeitório (ainda em funcionamento), a Garagem, o Dormitório – para acolhimento a operários de fora, solteiros e guardas, a Messe – para albergar engenheiros e outros técnicos (entretanto demolida), a Abegoaria, a Barbearia, o campos de futebol (que não corresponde à localização do atualmente existente), a sede do Sporting Clube da Vista Alegre, o campo de ténis (onde se encontra o atual picadeiro), entre outros.

A criação de espaços ajardinados e de largos é importante para a interpretação desta cidade industrial, onde se encontram pinheiros, álamos e belas sombras (*phytolacca dioica*) mas também fontes – a do Carrapichel e a dos Amores (1923, em comemoração do Centenário da Fábrica - 1924) e até o Arco, na bela Estrada das Oliveiras, que assinala a entrada do lugar.

Para a sobrevivência da Fábrica é necessário que a Vista Alegre forme artistas. Todo o espaço é, por isso organizado em torno da cultura. Para além da música, desenho e pintura, essenciais para a formação pessoal, é cultivada a beleza do local que pretende ser inspirador. A Fábrica estendia a sua magia ao mundo exterior. Isto reflete-se através da forte presença de vegetação que pretende criar cenários encantadores, da arquitetura e da paisagem própria do local.

É em finais do século XIX e inícios do século XX, que as influências da maritimidade ilhavense, a que se soma principalmente, a emigração e retorno do continente americano e também o fervilhar de influências culturais no polo artístico da Vista Alegre, resultam num centro histórico multicultural, vibrante de influências decorativas e estéticas arquitetónicas. A aplicação do azulejo como material de revestimento de fachadas de edifícios generalizou-se no último quartel do século XIX e inícios do século XX, que também é caracterizada por um aumento no número de fábricas deste material de construção na região. Painéis representando cenas quotidianas,

etnográficas e repetições de padrões coloridos espalham-se pelo centro histórico e conferem novo brilho às cidades, como é o exemplo da Casa Gafanhoeira, na Gafanha da Nazaré.

A Arte Nova foi um estilo decorativo amplamente difundido e que originou alguns dos mais belos exemplares de edifícios nacionais. A Vila Africana, imóvel de interesse público, o edifício Vila Vieira, e a Casa dos Cestos, monumento de interesse público, que aguarda reabilitação, são exemplares com decoração Arte Nova que incluem aplicações cerâmicas nas fachadas. Mas muitos outros edifícios há, espalhados pela cidade, que refletem tanto a herança Arte Nova como o Modernismo, em especial na rua Arcebispo Pereira Bilhano, mas também ao longo da antiga estrada nacional 109.

Em 1992, nasce também a Oficina da Formiga, uma UPA – Unidade Produtiva Artesanal centrada na reprodução destas peças, fruto da influência de mestres e técnicos, da experimentação artesanal, da experiência na direção industrial e também como formador no sector cerâmico, dando continuidade à reprodução dos motivos e cores ainda registadas na memória, mas que há muito desapareceram dos ambientes familiares. As peças da Oficina da Formiga são reproduções fiéis dos formatos e motivos de louça utilitária, fabricadas na segunda metade do Séc. XIX e primeira metade do Séc. XX provenientes de diversas unidades industriais nacionais que já encerraram. Os motivos são baseados nos elementos naturais e tradicionais, peixes, aves, flores e folclore, rebuscados em casas particulares, antiquários, feiras de velharias, livros e museus. As formas são, principalmente, os pratos, travessas, jarras e bacias. Os processos de conformação, pintura e vidragem são manuais, com as mesmas técnicas usadas desde o século XIX. Atualmente, a Oficina da Formiga, mantendo a sua produção artesanal, exporta para vários continentes, sendo particularmente apreciadas as suas peças no Japão e nos Estados Unidos da América.

Também a segunda metade e finais do século XX viram a criação e consolidação de algumas unidades industriais cerâmicas no Município de Ílhavo, atuando especialmente nos domínios dos azulejos de faiança vidrada e nos revestimentos e pavimentos prensados, através de unidades industriais, nomeadamente, Cinca, Aleluia Cerâmicas (Grupo Grespanaria), Margres (Apolo Cerâmicas) e José Velha.

Com o alvará do século XXI surge um investimento de quase 20 milhões de euros, pela mão do Grupo Vista Alegre, com a construção da Ria Stone, uma fábrica de produção dedicada à marca sueca IKEA, com três linhas de produtos de louça de mesa, tendo o grés como objeto de trabalho e capacidade para produção anual de cerca de 30 milhões de peças, de diferentes formas, tamanhos e cores. Esta unidade de produção, emprega processos e métodos tecnológicos pioneiros ao nível de equipamento fabril, e que resultaram também em menor emissão de gases para a atmosfera; dotada de um alto grau de automação, o que permite índices de qualidade e competitividade ímpares no sector, mostra elevada eficiência energética, resultando principalmente do processo de “Monocozedura” e da utilização de equipamentos de última geração, uma conjugação de tecnologias que permite uma poupança superior a 30% no consumo energético. O projeto industrial incorpora mais de 90% cento de matéria-prima nacional, contribuindo para um impacto significativo na balança comercial, demonstrando desta forma o

seu interesse estratégico nacional. A produção desta fábrica destina-se em cerca de 85% a 90% à exportação.

E a história segue até aos tempos de hoje, entrecortada por período de maior ou menor êxito, com várias transformações na estrutura acionista, até à mais recente no final da 1ª década de século XXI, com a aquisição do grupo Vista Alegre pela Visabeira, que nos últimos anos lançou uma grande operação de renovação, com forte aposta na internacionalização e no turismo industrial, um projeto turístico inovador, integrado e de elevada qualidade, que se desenvolve em três eixos distintos: na construção de um hotel (inaugurado no ano de 2015), na recuperação da capela setecentista de Nossa Senhora da Penha de França - Padroeira da Vista Alegre, e na requalificação e ampliação do Museu da Vista Alegre (inaugurado em Junho 2016 e ocupando o espaço dos fornos que existia na fábrica original), que, no seu conjunto, garantirão o reconhecimento do património da Vista Alegre enquanto ícone da indústria da cerâmica e manifestação cultural, artística e humana.

A requalificação e ampliação do Museu da Vista Alegre, que alberga a produção histórica da Fábrica Vista Alegre, apresenta um projeto de valorização cultural que ascende a 2,5 milhões de euros. Resultante de uma parceria institucional entre a Câmara Municipal de Ílhavo e a Vista Alegre Atlantis, este projeto desenvolvido sob a coordenação do Museu Nacional de Arte Antiga ambiciona o reconhecimento do valor universal do património da Vista Alegre, testemunho da cultura industrial cerâmica, assumindo como alicerces fundamentais a salvaguarda do património, material e imaterial, da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, e a promoção da sua acessibilidade, intelectual e física, junto dos públicos.

O CASCI - Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo é uma IPSS dedicada ao acolhimento de crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem e outras dificuldades cognitivas e motoras. Com sede na antiga Colónia Agrícola, hoje lugar de Nossa Senhora dos Campos, tem várias oficinas ocupacionais de entre as quais se destaca a cerâmica.

Existem ainda no concelho diversos ateliers de antigos pintores da fábrica Vista Alegre que continuam a produzir e a pintar peças de cerâmica, pintores azulejo tradicionais e alguns jovens que recentemente mostraram interesse nesta temática e que se começam a revelar neste mercado.

f) Mafra

Vestígios arqueológicos sugerem que o povoado hoje denominado por *Mafra* foi habitado pelo menos desde o Neolítico. A origem do termo Mafra continua envolta em mistério, sabendo-se apenas que a sua toponímia evoluiu ao longo de séculos.

O núcleo inicial da vila está situada numa colina, cercada por dois vales onde correm as ribeiras conhecidas por Rio Gordo e Rio dos Couros. Certo também é que Mafra foi uma vila fortificada, podendo ainda hoje encontrar-se, um pouco da muralha que a cercava. Os limites do castelo, tudo leva a crer, assentam sobre um povoado neolítico, sucessivamente reocupado até à Idade do Ferro.

Em 1147, Mafra foi conquistada aos Mouros por D. Afonso Henriques, e em 1189 a vila foi doada por D. Sancho I ao Bispo de Silves, D. Nicolau, que no mesmo ano lhe conferiu Carta de Foro. Em 1513 D. Manuel I concede Foral Novo a Mafra, o que subentende a relativa importância da vila, mas que viria a diminuir drasticamente. O numeramento geral da população ordenado por D. João III, datado de 18 de Setembro de 1527, apurou 191 vizinhos, dos quais apenas quatro viviam em casais no termo da vila. Quando, em 1717, o Rei D. João V lançou a primeira pedra para a construção do Palácio, Mafra resumia-se a uns casarais, aglomerados a centenas de metros do Monumento, mas cuja construção trouxe fluxos de trabalhadores que aí viriam fixar-se.

Corria o ano de 1807 quando as tropas napoleónicas entraram em Mafra e montaram quartel-general no Palácio, onde parte do exército francês ficou aquartelado. A invasão duraria cerca de nove meses e em 1808 o exército inglês irrompia em Mafra, saudado com grande alegria pela população e ao som dos carrilhões. O principal instrumento que conduziria à retirada do exército francês de Portugal, em Outubro de 1810, foram as conhecidas Linhas de Torres Vedras, sistema defensivo constituído por 4 linhas onde se edificaram 152 fortes entre 1809 e 1812. O atual concelho de Mafra é cruzado pela 2.^a Linha com 41 redutos.

Na educação o concelho de Mafra, durante o século XIX, foi uma referência nacional e europeia. Fundada em 12 de dezembro de 1855, pelo Rei D. Pedro V, a Escola Real de Mafra, que se distinguiu dentro e fora de Portugal por diversos aspetos, nomeadamente por ser uma instituição pública e gratuita, aberta a todos os estratos sociais, primando pela excelência da qualidade de ensino, alicerçada na abrangência das disciplinas dos vários níveis de instrução e na formação académica e pedagógica dos professores.

Ao longo do século XIX a povoação começou a crescer em direção ao Monumento, embora o seu aspeto de vila rural só tenha sido perdido em meados do século XX. Não obstante, ainda hoje, o concelho mantém muito da ruralidade que o caracterizou, bem como algumas indústrias artesanais, com especial destaque para a olaria tradicional, com unidades de produção situadas em Montessouros, À-da-Perra, Salgados, Sobreiro e Achada (os núcleos principais), Casal Novo e Casa Nova.

A partir do ano de 2000, o concelho tem-se desenvolvido e crescido de modo notável. Isto deve-se principalmente ao melhoramento das infraestruturas rodoviárias, em particular da A8 e a construção da A21, bem como à construção de novas áreas residenciais, uma exemplar rede escolar, diversas instalações culturais e desportivas, entre outras razões.

Graças à sua proximidade a Lisboa, o concelho de Mafra é um polo demográfico atrativo, não sendo de estranhar o aumento da população e dos movimentos pendulares. A realização de eventos desportivos de alto nível, a Reserva Mundial de Surf da Ericeira, uma vasta orla costeira com praias de Bandeira Azul, a Tapada Nacional de Mafra, uma paisagem diversificada e um rico património natural e cultural trazem prestígio, e definem Mafra como um dos concelhos emergentes da Área Metropolitana de Lisboa.

A identidade da região mafrense não pode ser dissociada da indústria oleira, que, pela sua implantação e proeminência, impõe, ainda hoje, a sua presença como uma das marcas que maior distinção conferem ao concelho.

A existência da indústria oleira em Mafra remonta a tempos imemoriais, sendo evidente em achados arqueológicos encontrados em campanhas de escavações, que mostram que a olaria era já uma atividade doméstica patente no quotidiano das populações do Neolítico.

Em documentos históricos, a presença do oleiro e o ofício já são reconhecidos tanto na primeira carta de foral de Mafra de 1189, como no foral de Mafra de 1513, em que o rei D. Manuel I concedia aos oleiros da vila o privilégio da isenção do pagamento da dízima, fator que nessa época teria contribuído para o fomento da atividade.

A construção do Palácio de Mafra, uma das obras mais exuberantes de todo o Barroco, terá trazido até à vila milhares de trabalhadores e artesãos, vindos de outras partes do país e do estrangeiro, entre os quais se encontravam oleiros. No seguimento da edificação do Palácio, é de referir a implantação da Escola de Escultura de Mafra e a eminente obra de Machado de Castro, que hipoteticamente poderá ter influenciado as representações dos barristas populares.

Todavia, foi, efetivamente, nos últimos dois séculos que ela assumiu enorme proeminência. Ao longo desse período, a olaria mafrense tem feito sentir a presença das suas reputadas loiças para além das fronteiras concelhias, estabelecendo importantes ligações comerciais com outras regiões. Na última centúria, estas suas loiças já tinham vasta distribuição geográfica, sendo levadas de porta em porta ou vendidas nos mercados e feiras das regiões estremenha e ribatejana por vendedeiras que as transportavam em burros e, mais tarde, no advento da motorização, por comerciantes de loiças ou ainda pelas famílias dos oleiros. A título ilustrativo, foi das olarias mafrenses que saíram as famosas bilhas de Caneças vendidas na capital com água daquela localidade.

O florescimento da olaria mafrense pode ser lido à luz das mudanças conjunturais que se deram com a Revolução Industrial, em que se sentiu um acentuado crescimento populacional, em especial urbano, e o surgimento do operariado. No comércio operava-se um incremento com as novas vias de comunicação e meios de transporte e os circuitos locais passam a ter alcance mais vasto. A agricultura foi-se tornando, cada vez mais, uma agricultura de mercado.

A produção oleira da região era muito diversificada e de vocação utilitária e os seus pontos de laboração estavam espalhados um pouco por todo o concelho, perto de barreiras. As peças eram produzidas em grandes quantidades, de modelos e dimensões diversas, colmatando as necessidades das várias populações abastecidas por esta indústria, inclusive da capital.

É de salientar que esta produção não era uniforme dentro da indústria mafrense; nem todas as olarias produziam as mesmas peças, assim como as mesmas peças podiam apresentar ligeiras diferenças de forma e acabamento, o cunho da individualidade e da destreza que cada mestre imprimia à sua criação.

O advento da modernidade e o impacto que se fez sentir em virtude da globalização foram processos que desencadearam transformações profundas e irreversíveis na indústria oleira

mafrense, à semelhança de outros centros oleiros do país, alterações que se repercutiram a todos os níveis, a saber, tipos de produção, processos e tecnologias subjacentes, relações de trabalho, sistemas e circuitos de comercialização.

Só assim, perante esta conjuntura, que se começou a fazer sentir no segundo quartel do séc. XX, foi possível a esta indústria assegurar a sua sobrevivência até aos nossos dias, continuando a afirmar-se como uma atividade artesanal de grande expressividade local, um dos cunhos de identidade concelhia. Embora sob ameaça eminente, a olaria mafrense, mediante a adoção de estratégias diversificadas, de diferentes contornos consoante estas últimas épocas, foi-se ajustando aos tempos que tem vindo a enfrentar, e tem vindo a mudar de feição consoante as tendências de mercado.

Atualmente, grande parte da produção é decorativa (se bem que algumas olarias continuem a produzir loiça utilitária, consoante as encomendas), uma boa parte dedicada a espaços exteriores ou produzida de forma a acomodar as exigências da sua presente clientela. Do mesmo modo as produções desta indústria local têm vindo a alcançar mercados cada vez mais distantes, nomeadamente internacionais.

Existem olarias que executam predominantemente peças de grande porte, como potes, ânforas e talhas; outras produzem peças decorativas tal como chaminés decorativas. Outras empregam materiais específicos, como os acabamentos em cerâmica à base de barro branco e outras pastas cerâmicas. Não obstante, há ainda as olarias que continuam a produzir quase exclusivamente loiça utilitária por encomenda, satisfazendo sobretudo a procura de clientela da restauração ou de comissões de festas, em que o artefacto utilitário estabelece uma ligação com uma ruralidade ainda próxima, mas já passada, e o presente. Parte desta produção tem sido também vocacionada para abastecer a indústria artesanal de loiça pintada à mão, não só mafrense, pois há o caso de uma oficina que produz loiças em chacota para as Cerâmicas de Porches.

Nessa linha, tem-se igualmente, vindo a assistir uma outra tendência expressiva desta indústria, que se centra na revitalização de certas formas antigas, que nos tempos modernos perderam a sua função inicial, mas que passaram a revestir-se de uma outra funcionalidade decorativa e simbólica. São peças produzidas como artefactos decorativos, mas remissivos da produção oleira de há mais de cinquenta 50 anos atrás, algumas reproduzidas fidedignamente, outras inspiradas nas antigas, para as quais tem surgido alguma procura. Esta revitalização de artefactos não se tem restringido só às formas, mas também aos acabamentos em vidro. Esta curiosa faceta da atual produção mafrense enquadra-se numa das tendências características da modernidade tardia, em que o desencanto com o mundo leva ao refúgio na nostalgia de um passado idealizado, em que as noções de *tradição* e *autenticidade* ganham outro contorno. Aqui, claramente o artefacto ganha esse significado.

Os circuitos de mercado também mudaram e se diversificaram. O comércio atual incide nas encomendas feitas diretamente às olarias por estabelecimentos de restauração, lojas de artesanato ou empresas de decoração e até designers de interiores, difundidas por todo o país, em especial nas zonas turísticas, nalgumas feiras nacionais de artesanato, venda direta ao público

e ao turista pontual que visita as olarias locais no circuito Mafra-Ericeira. Nos últimos anos, o comércio eletrónico começou também a ter algum incremento sob influência das gerações mais jovens, e algumas olarias já têm o seu *website* e realizaram exportações.

Ainda no segundo quartel do séc. XX, um outro tipo de produção que derivou da olaria tradicional, foi o surgimento do figurado de barro, do qual o Mestre José Franco foi o seu notável precursor. Hoje, sob influência da obra de Mestre José Franco, o figurado de barro tem proliferado, com diversos barristas em atividade. Não obstante, o figurado também está sujeito às forças de mercado; às encomendas de colecionadores e ao tipo de obras que os barristas percebem que *se vendem melhor*, justificando-se assim, por exemplo, a proliferação de certas figuras. Sem dúvida que, perante os condicionalismos de mercado, esta versatilidade do autor poderá constituir um fator de restrição à sua liberdade criativa, mas por seu turno, os barristas mafrenses souberam contornar, criando imagens inéditas para essas coleções.

Apesar do panorama acabado de traçar é de reiterar que a olaria artesanal mafrense, apesar das novas conjunturas geradas pelos processos da globalização, tem conseguido afirmar a sua identidade e hoje, desempenha ainda um papel de relevo no património cultural concelhio. Porém, o seu maior desafio reside na continuidade desta indústria, nomeadamente na formação das gerações vindouras.

g) Montemor-o-Novo

O caso da cerâmica Montemorense é uma das mais *suis generis*, uma vez que ocorre o seu desaparecimento total em meados do século XX e se dá o seu renascimento de uma forma inovadora e muito criativa depois do 25 de Abril de 1974, pouco vulgar em Portugal, transformando-se num centro de grande visibilidade internacional.

Nas pesquisas realizadas em documentação municipal encontram-se elementos que, por ocasião da realização de uma exposição de olaria de Montemor, ilustram a sua evolução ao longo dos tempos.

A Arqueologia trouxe a descoberto a produção de contas de colar em cerâmica avermelhada e com pedras, assim como outras peças mais peculiares como é exemplo, uma máscara (MNCAST[3/05]0195).

Referências documentais e dados arqueológicos traçam a atividade oleira em Montemor-o-Novo desde, pelo menos, o século XIV. Terá sido no século XVI que este centro oleiro alentejano atingiu a sua época áurea colocando-o ao nível de outros grandes centros de produção cerâmica tais como Estremoz, Évora ou Lisboa. Viria a ser suplantado no século XVIII pelo centro oleiro de Caldas da Rainha e, a partir daí, começou a perder fulgor até desaparecer por completo, em meados do século XX. Para a técnica montemorense em si, não é ainda possível traçar a data da sua origem. Contudo, as evidências arqueológicas aproximam-na do século XV, tendo esta antiga produção caracteristicamente montemorense cessado atividade no século XVIII.

É conhecida a presença de um oleiro, em 1387, habitante da vila intramuros, podendo, no entanto, especular-se se possuiria a sua oficina no mesmo local da sua habitação ou não. No

entanto, por norma, os mestres de olaria estabeleciam a sua atividade industrial junto das periferias dos centros urbanos devido à poluição que produziam durante o processo de cozedura das peças cerâmicas. Dessa forma, sabe-se que, durante o século XVI e posteriores, os oleiros estabeleciam as suas oficinas no arrabalde, mais especificamente na Rua dos Oleiros, atual Rua de Santo António, e na sua contígua - Rua do Pedrão. Sabe-se que o barro era extraído de algumas zonas específicas, particularmente e de entre outras, da encosta da vila intramuros (extração essa que a Câmara viria a proibir em 1657, com direito a multa de 1.000 reis), assim como do Rossio. A importância que Montemor-o-Novo adquiriu como centro de produção oleira viria a resultar numa classe oleira com um significativo poder económico no seio da comunidade, manifestando-se na posse de propriedades rústicas e urbanas. Este poderio financeiro originaria verdadeiras “dinastias de oleiros” em Montemor, de que é exemplo a família Álvares e/ou Alves, com referências documentais que a ligam, através de cerca de duas centenas e meia de anos, ao ramo da olaria.

A cerâmica de Montemor, que seria aclamada pela sua frescura, possuía várias características que lhe eram inerentes e que atribuíam a sua especificidade, face aos demais centros oleiros da região alentejana, tais como: o cheiro, o aspeto grosseiro e a coloração. Excetuando a última, as duas primeiras características enunciadas estavam intrinsecamente relacionadas com os elementos não plásticos na pasta cerâmica: os fragmentos de quartzo e/ou feldspato. A frescura e o cheiro característico que as pedras atribuíam à água faziam com que a época de maior procura destas peças, tendo em conta o clima alentejano, fosse o verão.

Eram ainda peças, que pela sua capacidade de se renovar, nunca eram consideradas velhas. Quando as pedras da superfície deixavam de se ver, as peças eram raspadas de modo a que a camada exterior voltasse a ter o aspeto grosseiro original, mas característico, e as pedras voltassem a aparecer, como é descrito por Duarte Nunes de Leão, na sua *Descrição do Reino de Portugal*, em 1610.

A indústria oleira local seria suficiente tanto para abastecer as habitações e locais de atividade laboral e produção, como são exemplo as adegas ou os lagares, assim como para exportar para fora da antiga vila. Aliás, durante o reinado de D. Manuel I, Montemor-o-Novo ter-se-á assumido como importante centro de exportação de cerâmica podendo este facto ser comprovado pela maneira como a própria família do rei ostentava os púcaros de Montemor nos seus pertences. Em 1507, em Beja, são inventariados os bens da falecida infanta D. Beatriz, mãe de D. Manuel I, onde constavam, de entre o seu abundante património pessoal, trinta e nove púcaros de Montemor. A filha de D. Manuel I, a imperatriz D. Isabel, mulher de Carlos V de Habsburgo e mãe de Filipe II de Espanha, possuía 17 púcaros de Montemor, assim como um jarro grande também de Montemor no seu inventário de bens de 1525.

No inventário de bens de 1573 da filha de D. Isabel, D. Joana de Áustria, também é referida a presença de peças de cerâmica montemorense. Esta relação da cerâmica de Montemor com a casa de D. Manuel I, com alguma certeza, terá aberto as portas comerciais de algumas capitais europeias, caso de Madrid. Em território nacional, Lisboa era um importante ponto de venda. O

Algarve poderia igualmente ser uma região importante de exportação, algo evidenciado com a presença de cerâmica de Montemor no interior de um poço-cisterna tardo-medieval, escavado em Silves.

Finalmente, na referida documentação ainda consta que, ao longo dos anos, em Montemor-o-Novo, as escavações arqueológicas desenvolvidas na antiga vila no interior da muralha, assim como fora do recinto no Convento de São João de Deus, revelaram alguns exemplares desta antiga técnica oleira montemorense. Particularmente, o acervo em exposição é todo pertencente a campanhas arqueológicas do Castelo de Montemor-o-Novo referentes aos anos de 2005, 2007 e 2009. A campanha mais profícua em cerâmica de produção local foi a de 2009, mais concretamente o espólio resultante de um silo cujos materiais se situavam cronologicamente entre o século XIV e XV. São daí resultantes, das peças em exposição, o jarro e os dois cântaros pequenos identificados com os n.º de inventário: MNCAST [7/09] 0117; MNCAST [7/09] 0118; e MNCAST [7/09] 0119.

Inspirado no que foi referido antes e na sequência de um levantamento realizado em 1990, formaram-se as associações Oficinas do Convento e MARCA-ADL, tendo sido identificados na região antigos telheiros em diversos estados de conservação, e verificada a existência de possibilidades de transmissão dos conhecimentos e práticas tradicionais às novas gerações, bem como tendo sido elaborado um projeto de recuperação de um telheiro existente na Encosta do Castelo de Montemor-o-Novo.

O mesmo é gerido pela MARCA-ADL e Oficinas do Convento desde 1997, na sequência de um protocolo entre estas entidades e a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, com o objetivo de criar dinâmicas de desenvolvimento local a partir de saberes-fazeres tradicionais, estimulando utilizações inovadoras no panorama contemporâneo. Desde aí mantém uma produção regular de produtos de construção – tijolo, tijoleira, pavimentos, revestimentos – e de cerâmica decorativa – azulejo, mosaico – de venda ao público, a partir de técnicas tradicionais. Os materiais e processos utilizados privilegiam a sustentabilidade ambiental, alimentando assim uma dinâmica económica sem resíduos poluentes.

Em resumo, o Telheiro funciona também como um polo de investigação artística e produção escultórica. Destacam-se os três Simpósios Internacionais de Escultura em Terracota (1996, 1998 e 2001), que permitiram avançar para a cerâmica de grande formato, estabelecendo uma relação direta com a arquitetura tradicional e com as matérias cerâmicas do lugar, pontuando o espaço público. Assim o Telheiro da Encosta do Castelo constitui parte do património edificado da cidade de Montemor-o-Novo e representa uma atividade tradicional da região. A sua preservação e dinamização contribui para cuidar a identidade cultural da região, enquanto elemento vivo de memória. O seu espaço pode assim ser visitado, objeto de estudo no âmbito de diversas áreas disciplinares, representando por isso uma referência para escolas, instituições, associações, empresas, entre outros.

Posteriormente à requalificação e reestruturação do Telheiro foi criado o *Centro de Investigação de Cerâmica* (nos Antigos Lavadouros Públicos de Montemor-o-Novo)” e em Março de 2015, no



Laboratório de Terra, nascem as *Oficinas da Cerâmica e da Terra*, que se dividem nestes dois novos espaços em conjunto com o *Telheiro da Encosta do Castelo*. O Centro de Investigação Cerâmica e o Laboratório de Terra abrem possibilidades para o desenvolvimento de novas propostas na área da formação, investigação, materiais cerâmicos e de construção e trabalho junto da comunidade.

Constata-se que o Telheiro conta com um longo historial de atividades e projetos desenvolvidos no âmbito da cerâmica e arquitetura. Nos últimos anos a atividade tem-se centrado na produção de tijolo-de-burro e tijoleira de forma artesanal e na investigação e desenvolvimento de materiais em terra crua, paralelamente à contínua formação e pesquisa de novas formas artísticas ligadas à escultura e design. O investimento realizado permite dotar o Telheiro de novas funcionalidades ou melhorar as condições existentes, únicas em contexto nacional, e por isso, também uma nova denominação: *Oficinas de Cerâmica e da Terra, Arte e Arquitetura*. O espaço dos antigos lavadouros foi convertido por forma a albergar atividades centradas no trabalho de escultura, produção de revestimentos cerâmicos para arquitetura, bem como no acolhimento de residências e formação artísticas. Foi possível montar o Laboratório de Terra permitindo reforçar a atividade para a investigação e desenvolvimento dos materiais em terra crua, como a taipa, adobes e BTC (bloco de terra comprimido).

Todo este projeto assenta na utilização de recursos locais, métodos artesanais e a aposta no cruzamento transdisciplinar de ideias que contribuem para a sustentabilidade do próprio projeto, e dos seus produtos. A experimentação está na base deste espaço como forma de desenvolver novas ideias e novos materiais ou objetos, originando atualizações contemporâneas de processos e técnicas vernaculares.

Por forma a garantir uma qualidade de excelência dos nossos produtos e atividades, para além da parceria com o Município de Montemor-o-novo, e com a MARCA – ADL, conta-se com outros parceiros ao nível do ensino superior e investigação, a saber: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Évora, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Instituto Superior Técnico, VICARTE e Laboratório Hércules.

Neste sentido este projeto tem em funcionamento as seguintes áreas:

Oficinas Experimentais – nos programas de formação, tem tido particular importância a resolução de lacunas a nível nacional, recorrendo-se sempre que se traduza numa mais-valia para os participantes, ao convite a artistas estrangeiros, como por exemplo Nina Hole (Dinamarca) e Arnie Zimmerman (USA) cuja experiência contribuiu para valorizar e abrir novas possibilidades para a criação artística, ou para beneficiar e introduzir novas técnicas no local de trabalho, como a construção de um forno de sal – grés de Sal, orientado pelos ceramistas Annemette Hjortshøj e Claus Domine Hanssen (Dinamarca), ou ainda de Elsa Gonçalves (Portugal) com a construção de um forno de alta temperatura.

Residências – têm vindo a ser criadas novas valências introduzindo a cerâmica de alta temperatura, e permitindo dar resposta a projetos de artistas (portugueses e estrangeiros), que

aqui residem ou vêm fazer residência para produção das suas obras ou grupos em contexto escolar como por exemplo a Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa e Escola Secundária Artística António Arroio para realização de Oficinas práticas ligadas às tecnologias.

Uma outra vertente das orientações do trabalho responde às preocupações com a qualidade do espaço habitado e as relações entre o meio rural e o meio urbano. A recuperação do Rio Almansor, e de um dos seus moinhos, o do Ananil, serviu de mote para desenvolver o programa Projecto RIO (2004-2005), destacando-se nele as seguintes ações:

Projetar o Rio, que partiu de um convite aos sócios da Associação e a estudantes de artes, para criarem obras num contexto e território específicos, do qual resultaram um conjunto de 16 obras usando diversas disciplinas, fotografia, instalação, documentários, vídeos de arte, performances, pintura e desenho. As obras foram apresentadas no Moinho do Ananil, no Rio Almansor, na várzea, no Castelo e na Galeria Municipal, constituindo-se como ponto de partida para reflexões sobre património, memória e lugar.

h) Óbidos

Pela sua excelente localização junto ao mar e como os braços da Lagoa chegavam ao morro, estas terras desde sempre foram habitadas, o que se confirma pela estação do Paleolítico Inferior do Outeiro da Assenta. Aqui se formou um castro celtibero, voltado a poente. Sabe-se que aqui comerciaram os fenícios, e hoje com mais propriedade que os Romanos aqui se estabeleceram, sendo provável que a torre sul do Facho, tenha tido a sua origem numa torre de atalaia de construção romana, como posto avançada da cidade de *Eburobrittium*, grande urbe urbana encontrada e em fase de trabalho arqueológico.

Em 11 de Janeiro 1148, o primeiro rei, D. Afonso Henriques, apoiado por Gonçalo Mendes da Maia, tomou Óbidos aos árabes, após o cerco de Novembro anterior. O Cruzeiro da Memória é um singelo monumento da época, mais tarde restaurado. Óbidos pertenceu ao pentágono defensivo (dos cinco castelos), do centro do reino, idealizado pelos Templários. Com a oferta de Óbidos como prenda de casamento de D. Dinis a sua esposa D. Isabel, a Vila ficou pertença da Casa das Rainhas, só extinta em 1834, e por aqui passaram a maioria das rainhas de Portugal, deixando grandes benefícios. D. Catarina mandou construir o aqueduto e chafarizes. A reforma administrativa de D. Manuel I deu a Óbidos em 1513 novo Foral, sendo esta época muito intensa em requalificações urbanas. O terramoto de 1755 fez sentir-se com intensidade na Vila, derrubando partes da muralha, bem como alguns templos e edifícios, tendo ainda alterado alguns aspetos do traçado e do casco árabe e medieval. Também Óbidos foi palco das lutas da Guerra Peninsular, tendo aqui sido a grande batalha da Roliça, que no tempo pertencia ao “termo” de Óbidos. Mais recentemente a Vila foi palco da reunião preparatória da Revolta do 25 de Abril, ficando assim ligada ao corajoso e heroico movimento dos capitães.

Não existindo um estudo académico que proceda ao levantamento e análise detalhada na área da cerâmica no Concelho de Óbidos, juntam-se dados que foram sendo recolhidos, como evidência.

Segundo uma fonte bibliográfica, consta do século XVII uma medalha circular, feita no-Pinhal de Óbidos, que representa a Sagrada família, de autoria atribuída à pintora Josefa de Aiala, mais conhecida por Josefa de Óbidos. Face a esta prova, será sempre possível que outros trabalhos em barro da Josefa de Óbidos. Nas suas pinturas Josefa também representava objetos em cerâmica, o que podia significar que ali similarmente, os mesmos fossem produzidos.

No concelho também sempre se produziram objetos simples em olarias para abastecimento do mercado local, mas nas últimas décadas com o eclodir do turismo, a cerâmica artística teve um grande desenvolvimento tanto do lado da produção local como da venda.

No que diz respeito à presença da cerâmica em Óbidos, numa perspetiva mais contemporânea, há a destacar o seguinte:

A Verguinha de Óbidos. Conta a história que Josefa de Óbidos, numa das suas incursões a Itália, terá de lá vindo com esta ideia de decoração, que ao chegar a Óbidos tratou de imediato de estabelecer. A verguinha é feita do barro da zona, chamado de barro branco, cor que obtém pela cozedura a que é sujeito. As peças trabalhadas como se de cestos de verga se tratasse, levam cerca de 3 ou 4 horas de trabalho no total espalhadas por cerca de 5 dias. Sofrem uma primeira cozedura a 950º até a chacota (peça) adquirir o tom branco na cozedura e após um banho de vidrado vão novamente ao forno a 1050º, que vai por uma última vez ao forno a 800º para cozer a pintura da decoração. Esta tradição secular é bastante apreciada pelas gentes que visitam a terra.

As telhas de Óbidos. São também já conhecidas as telhas decoradas de Óbidos, aproveitamentos das telhas que são retiradas dos telhados antigos, com cerca de 80 a 100 anos e que são pintadas (normalmente em azul e amarelo) e vidradas, conferindo-lhes um ar tipicamente rústico muito apreciado.

A cerâmica na região de Óbidos não tem, neste momento, a mesma expressão que teve há alguns anos. No que diz respeito à cerâmica industrial, há que enunciar três empresas que trabalham no ramo; na freguesia da Usseira, na zona industrial de Gaeiras e na freguesia de Amoreira, respetivamente. Relativamente à cerâmica artística e artesanal, tendo em conta que Óbidos é um local turístico e o seu produto apetecível a quem visita, elencam-se aproximadamente 14 artesãos que trabalham por conta própria. Mais recentemente, têm-se instalado, tanto na vila como no restante concelho, vários produtores artísticos de cerâmica, incluindo produtores de azulejos, que têm um papel dinamizador da cerâmica junto do vasto público de turistas que diariamente visita a vila.

Desde finais de 2014 foi fundada em Óbidos a OCA - Óbidos Ceramic Academy, pelo artista Thomas Schitteck, no Espaço Ó, com o intuito de promover a azulejaria artística contemporânea, no contexto da tradição nacional desta vertente artística. Tem como objetivo formar crianças, jovens e adultos, em contexto educativo ou não. Ao nível do contexto escolar, o projeto abrangerá alunos desde o Jardim-de-infância até ao ensino superior, integrados em projetos coletivos escolares, os quais poderão desenvolver projetos individuais quando desperto o talento e interesse nesta área artística.

Com estas atividades, a OCA contribuiu para o alargamento do conceito e dinâmica criativa de Óbidos no panorama nacional e internacional, adicionando a vertente artística de qualidade ao espetro das ofertas de turismo cultural.

i) Redondo

Autores sem professarem os determinismos geográficos, julgam que a vila de Redondo nasce e se desenvolve derivado, em grande medida, à sua localização central no contexto das povoações circundantes.

Situada sobre uma pequena elevação, na extremidade nascente de uma ampla e fértil planície, a escassa distância da Serra d'Ossa, a vila de Redondo surge no cruzamento de vias naturais de ligação Este-Oeste e Norte-Sul, que interligavam as povoações de Estremoz e Monsaraz, ou a zona de Évora a Vila Viçosa, Alandroal ou Juromenha e daí a Olivença.

A forte influência da questão geográfica determinou a estreita ligação à terra e à agricultura, que desempenhou sempre um papel fulcral na economia local.

A fundação da vila de Redondo, em 1319, resultou da reorganização da geoestratégia do reino, levada a efeito por D. Dinis, quando a fronteira meridional se encontrava já consolidada. O perigo externo vinha agora de Leste, de Castela. Em 1297, o Tratado de Alcanices vinha redefinir todo o espaço fronteiriço, revelando a necessidade de assegurar a fronteira negociada com Castela através de um vasto programa de reforço das linhas de defesa e do repovoamento da raia.

Todo o que é, ainda hoje, o núcleo principal da vila está já plenamente definido nos finais do séc. XVII. O aglomerado estende-se agora do cerro do Castelo até ao "Rocio", numa zona baixa; encontram-se já perfeitamente estruturadas as Ruas de Évora, Rua do Sobreiro, Rua do Poço Novo entre outras.

O séc. XVIII introduzirá, ou confirmará, novas tendências urbanísticas, conferindo uma nova centralidade à vila através da transferência da instituição camarária para o dito "Rocio", em meados do século. Essa nova centralidade, introduzida pela construção do edifício da Câmara, levará, já na segunda metade do séc. XVIII, a uma subdivisão desta área com o aparecimento do Terreiro do Passo e o "Rocio Largo" ou Largo.

Assim, chegados ao início do século XIX com a quase totalidade da vila consolidada, o seu desenvolvimento ao longo deste século acabou de modo bastante compassado, tendo em conta o atribulado momento da vida do país. São escassos e difíceis de localizar novos alargamentos efetuados ao longo deste século, sendo possível identificar alguns novos arruamentos já dos finais da centúria, que deverão corresponder à expansão nos limites Norte e Sul da vila.

Ainda que o aglomerado urbano não conheça uma grande expansão na segunda metade do século passado, é, no entanto, acometida de uma profunda remodelação do edificado. Será também agora que surge o Teatro reforçando a centralidade do Largo. O séc. XX conhecerá a continuação da expansão dos limites Norte e Oeste, conhecendo novo impulso a expansão em áreas distintas destas últimas com edificação de bairros sociais na segunda metade do século, nomeadamente Bairro António Festas, Bairro do Calvário e Bairro da Enxertia.

A tradição cerâmica (olaria) na vila do Redondo perde-se nos tempos. A atividade cerâmica na vila de Redondo foi comprovada em pesquisas arqueológicas, que identificaram um importante conjunto de cerâmicas neolítico-calcolíticas, proveniente do povoado de São Pedro, localizado no perímetro urbano da vila.

Alguns registos documentais contribuem para o conhecimento da produção cerâmica na vila, demonstrando a importância económica, social e cultural da atividade ao longo do tempo. Há referências de em 1392 se fabricarem cântaros, infusas, panelas, assados, caldeirões, púcaros; da existência de fábricas de tijolo, telha e louça de barro" (Carta de D. João, 1418); da produção de telha, tijolo e louça vidrada e não vidrada em 1516. Mercê dos registos escritos mais antigos é sabido que Redondo é já um importante centro oleiro em 1516, o foral manuelino mencionava uma corporação de oleiros e contemplava também uma regulamentação para o seu comércio.

As Taxas de Ofício de Oleiro de 1690 e 1740 indicam um vasto número de tipologias de loiça utilitária, nomeadamente, alguidares, alguidarinhos, alguidares de louça pez, assados, púcaras, quartas, infusas, cântaros, fogareiros, fogareiros de quatro aros, panelas, barris, barris de alforge, tijelas, tijelas de fogo, tijelas de comer do monte, assadores, talhadores, talhadores liquidares, frigideiras, vasos de manjerição, garrações de vinho, entre outros. Os oleiros, desde tempos imemoriais tinham direito a ir buscar o barro às terras em volta, porém, em 1725, os proprietários das terras pretenderam obrigá-los a pagar o barro, provocando uma crise séria - os oleiros entraram em greve - já que a economia da vila dependia em grande medida das olarias. À data apontava-se para cerca de 60 olarias e cerca de 350 pessoas ligadas à atividade.

A solução foi favorável aos oleiros, tendo sido deliberado que "ninguém pode impedir outrem de cavar barro para fazer louça". Segundo as Posturas Municipais, em 1726 "os oleiros constituíam uma corporação ou entidade jurídica", a quem "o município atribuía a obrigação de proverem o povo de louça e por isso lhes reconhecia o direito de extrair o barro" de algumas herdades, como era hábito, por estas estarem "em posse imemoral".

Em 1801 a autarquia do Redondo fez sair uma nova regulamentação sobre o comércio de olaria, mas também renovou o direito acordado em 1726, pelo qual os oleiros são obrigados, no Outono, a tapar os buracos que fizeram ao longo do ano. Os que não cumprissem com esta obrigação tinham de pagar uma multa e eram igualmente obrigados a pagar indemnizações aos proprietários por desgastes causados.

No Anuário Comercial de 1905 eram referidas no Redondo mais de uma dezena de fábricas, como as de António Vítor da Conceição, Caetano da Conceição Abrantes, Elias António Faleiro, Estevão José do Monte, Estevão José Zorrinho, Henrique José Perdigão, Isidoro da Conceição Gago, João Gomes Vilar, João Pacheco, João Pinheiro, José Francisco da Conceição, Luís do Monte Empina e Manuel Pacheco.

A produção cerâmica de Redondo até ao primeiro quartel do séc. XX, ainda com alguma pujança, dividia-se nos sectores ditos domésticos e de construção. Nos domésticos estava todo o tipo de loiça miúda, utilitária ou de "fogo" alguma já com elementos decorativos, mas também nas talhas e tarefas; na cerâmica de construção a produção recaía na abobadilha; tijolo; telha; manilhas;

sanitas; sífões; lambaz; tabique; adubinho e baldosas.

No início do segundo quartel do séc. XX e com a entrada em força do alumínio e outras matérias, a olaria dita tradicional começa a decair e “obriga” os oleiros a redirecionarem-se para uma olaria cada vez mais de cariz decorativo, e presume-se ser a primeira grande mutação nesta atividade, ainda por volta da década de 40 do séc. passado e por força de novas quezílias entre proprietários de terras e oleiros, a autarquia foi obrigada a publicar nova regulamentação sobre as obrigações e direitos dos oleiros, que é observável no Código das Posturas e Regulamentos do Concelho de Redondo de 1944.

A evolução da atividade até aos nossos dias, não têm sido a melhor, e o momento atual nesta área reflete alguns constrangimentos, mercê de alguma impreparação de alguns dos seus atores, na relação com um mundo cada vez mais globalizado, estruturalmente a própria interioridade e baixa densidade territorial verifica-se muito negativa, para a cerâmica local, associada também ao desaparecimento dos “almocreves” (classe comercial de venda da loiça típica de Redondo), sendo que a conjugação deste factos, resulta no definhamento desta atividade de outros tempos, no entanto há que reconhecer a resiliência e a adaptabilidade de alguns Mestres oleiros que teimam em perpetuar esta atividade tão ancestral e tão identitária de Redondo.

Atualmente estão em atividade 7 olarias; 2 ateliers de pintura / comércio e uma ceramista que no seu total empregam cerca de 32 pessoas.

Em 2009 a autarquia criou o Museu do Barro, “no merecido testemunho aos seus atores e enquanto instrumento de inquestionável importância na preservação e revitalização da olaria tradicional de Redondo, cujo reconhecimento extravasa fronteiras colecionando os mais rasgados elogios.

Resguardado pela intimidade que o Convento de Santo António lhe confere, o Museu do Barro convida a acompanhar o percurso histórico da olaria redondense, bem como apreciar e adquirir peças representativas das várias formas de trabalhar o barro. Para além da sua vertente museológica, oferece ainda uma vertente lúdica e pedagógica cujo objetivo passa pela sensibilização dos jovens, face a uma das tradições mais vincadas do concelho. Nesta lógica de formação de públicos, o Museu do Barro desmultiplica-se num ateliê de formação que atua em proximidade com a comunidade escolar assumindo o serviço educativo como uma das suas principais valências. A completar, como resultado de uma estratégia de descentralização, é possível ainda ao visitante percorrer as nove olarias do concelho, podendo assim acompanhar de perto e experienciar o intemporal trabalho na roda dando ainda, quem sabe, forma às suas próprias criações.

j) Reguengos de Monsaraz

O atual Município de Reguengos de Monsaraz teve a sua origem na vila de Monsaraz, sua sede até 1838. Esta região tem dos mais antigos povoados portugueses, sendo habitada desde os tempos pré-históricos por diversos povos que nos deixaram inúmeros monumentos megalíticos, posteriormente ocupada por romanos, visigodos, árabes, moçárabes, judeus e cristãos.

Após a sua reconquista definitiva aos almóadas ou árabes em 1232, D. Sancho II doou esta região à Ordem do Templo que ficou encarregue da sua defesa e repovoamento.

Só no reinado de D. Afonso III, Martim Anes, cavaleiro de confiança do rei, iniciou o repovoamento cristão da região, tornando-a sede administrativa, judicial e militar, através do foral de 1276.

Reguengos de Monsaraz é um concelho com história; este território é habitado há mais de 5000 anos, razão pela qual encontramos centenas de achados arqueológicos deixados pelos seus antepassados, sobretudo monumentos megalíticos. Monsaraz é uma das vilas mais antigas e sublimes de Portugal, com uma vista inesquecível sobre o Grande Lago Alqueva.

S. Pedro do Corval, o maior centro oleiro do país, conta, atualmente, com 22 olarias ativas. A qualidade da gastronomia e dos vinhos produzidos no concelho são outros marcos da nossa região. O concelho oferece, também, excecionais condições ambientais, que convidam à fruição das atividades ao ar livre, em contato com a natureza, tais como, passeios a pé ou a cavalo, de barco, pelos caminhos de terra batida, caça e pesca. Possui, no contexto regional, uma localização específica e privilegiada, que impulsionará, sem dúvida, o desenvolvimento e potencialidades acrescidas no domínio socioeconómico, contribuindo para a reestruturação produtiva deste território e, por conseguinte, para o desenvolvimento social e cultural.

O concelho de Reguengos de Monsaraz é um concelho predominantemente agrícola, o que influencia os modos de vida ligados à exploração da terra, a agricultura é essencialmente extensiva de cereais, olivicultura e vinha. Todo o concelho é conhecido pela sua produção vinícola. A região tem um clima mediterrânico, de verões quentes e secos e invernos curtos e chuvosos, que marcam a vegetação, a fauna, a paisagem e também as gentes deste território.

Fruto da sua localização, o concelho assume-se como polo de elevada importância e complementaridade de toda a área de influência do Grande Lago Alqueva constituindo-se, numa perspetiva estratégica, como a “porta” entre o mesmo e os eixos dos sistemas e subsistemas, nos quais está inserido.

Por outro lado, a sua localização numa região que, de forma sustentável, iniciou a criação de uma extraordinária concentração de grandes e complementares infraestruturas, que de forma direta ou indireta potenciarão a dinâmica logística, turística e urbana, nomeadamente, o empreendimento dos fins múltiplos de Alqueva, a articulação aos principais eixos nacionais e internacionais.

Pela proximidade à albufeira de Alqueva, pelo património cultural, megalítico e edificado, pelo seu artesanato e pelos seus vinhos, Reguengos de Monsaraz é hoje um concelho com enorme interesse turístico, o que tem levado a um desenvolvimento significativo nos últimos anos.

Perante o acima descrito, Reguengos de Monsaraz afirma-se como um espaço âncora entre o grande filão do turismo, do estar e do lazer e todo o restante potencial endógeno e exógeno que caracteriza a região e as suas ligações ao país e à Europa.

As primeiras referências acerca de São Pedro do Corval datam do princípio do século XVII, com a designação de Aldeia do Mato. Era um pequeno núcleo que se situava a poucos quilómetros de

Monsaraz, então a principal povoação do atual concelho de Reguengos de Monsaraz. É também de crer que o estabelecimento deste pequeno núcleo esteja relacionado com a riqueza dos solos em argila. Mais tarde, no século XIX, e com a passagem de sede de concelho de Monsaraz para Reguengos, a importância relativa da Aldeia do Mato cresceu com a valorização do eixo rodoviário entre as duas povoações, importância documentada com um crescimento populacional que só irá estagnar a partir de 1911. S. Pedro do Corval, até 1948 denominada de Aldeia do Mato, encontra-se numa posição geográfica favorável à arte oleira, pois tem ao seu redor mantos argilosos.

Podem ser encontrados vestígios da olaria desde os tempos pré-históricos. Em 1276, D. Afonso III, no seu foral afonsino, reconhece privilégios aos oleiros. No foral Manuelino, de 1512, também há referência à olaria de S. Pedro do Corval. Já em 1890, através dos inquéritos industriais para o concelho são encontradas referências a 38 locais de produção oleira.

No Anuário Comercial de 1905 aparecem as mais sólidas referências acerca das olarias de São Pedro do Corval. Assim, apresentava a Aldeia do Mato como um dos centros oleiros mais importantes da região, estando nele registadas trinta olarias e cinquenta e três oleiros, o que para uma pequena povoação era já um facto significativo da sua importância. Ainda segundo este Anuário Comercial, uma das principais causas do estabelecimento de olarias nesta região prendia-se com a existência de terrenos ricos em argila de boa qualidade.

S. Pedro do Corval é um dos exemplos, no Alto Alentejo, dos centros oleiros que nesta região se desenvolveram, aproveitando os recursos naturais e dando continuidade a tradições ancestrais. A aldeia localiza-se numa área de vale, fértil e de boa produção de azeite e citrinos, tendo também zonas de manto argiloso, de boa argila castanha, comum, dentro da grande divisão que podemos estabelecer entre zonas de caulinos, de argilas especiais refratárias e de argilas comuns ou barros vermelhos. A planura dos solos, aliada ao clima seco, propiciaram o surgir, no dizer de Orlando Ribeiro, da Civilização do Barro, provada na zona desde tempos pré-históricos, e com especial incidência durante a presença romana e árabe.

Presentes nos momentos cruciais na vida das comunidades (construção, armazenagem, refeições, culto), os testemunhos cerâmicos perduram por oposição a outros menos resistentes; assim se propicia o fato de a olaria alentejana ser uma arte herdeira de saberes diversos, provando a dinâmica das trocas de saberes, através da circulação de mestres e técnicas. Nas formas ainda hoje produzidas se encontra a presença dessa memória enquanto elemento permanente assegurada pelas mãos do mestre oleiro, sendo que as contingências dos ritmos civilizacionais também agora, a exemplo de outros contextos epocais, marcam a obra final que une o permanente e o contingente.

O século XX trouxe consigo um ritmo acelerado também no que respeita à olaria, sendo essencial encontrar-se, nos dias de hoje, uma matriz identitária que preserve e salguarde esta atividade que comporta em si uma dualidade tão complexa ao conjugar os domínios do património material e intangível. Nos anos 20, na imprensa regional faziam publicidade a algumas olarias, sendo 3 delas de talhas. Na década de 40, houve uma aposta na aplicação de tintas, em um

processo de enformamento mais exigente, de louça com melhores acabamentos; os grande potes continuavam a ser produzidos. Vinte anos depois, assinala-se a atividade de 24 olarias (uma de talhas); emergiram novas formas de decoração e uma maior aposta nas peças vidradas. Na década de 70, a proliferação de novas peças e uma decoração mais apurada, mercê da maior paleta de cores à disposição, regista gradualmente o primado das peças decorativas sobre as utilitárias.

A partir dos anos 90 o número de olarias existentes passa a ser variável entre as 20 e as 35 olarias, o que representa um número bastante significativo, tendo em conta a população residente.

Atualmente vive-se um momento negativo na olaria, uma vez que nos últimos anos assistimos ao encerrar de algumas olarias, assim como ao desaparecimento de aprendizes. No entanto, não se pode deixar de referir a importância da olaria para a economia local, pois são muitas as famílias que dependem desta atividade económica.

Atualmente existem cerca de 24 oleiros e 45 pintoras. No que diz respeito às pintoras e seu número será superior, uma vez que existem olarias que recorrem a pintoras que trabalham em casa, não tendo a sua situação fiscal regularizada, sendo, desta forma, difícil ter um número real. As olarias artesanais de Paulo Ramalho e Luís Ramalho Dias não possuem oleiros, mas empregam 2 Mestres de tijolos e 1 Mestre de tijolos, respetivamente.

Não obstante, este é um dos centros oleiros portugueses com mais pujança e pessoas a trabalhar, tendo recentemente sido criado numa antiga oficina, a Casa do Barro, como Centro Interpretativo da Olaria, que visa promover a olaria de São Pedro do Corval, assegurando a sua sustentabilidade, e preservar uma importante parte da cultura e história do Concelho. Tem ainda o propósito de divulgar e promover as suas gentes e tradições, proporcionando a todos os visitantes o conhecimento e a aprendizagem sobre a olaria e o barro. É um passo fulcral na preservação da arte oleira, que servirá de âncora a todos à atividade oleira, centrando informações que a todos sirvam e interessem, promovendo atividades diversas, tais como, “oficinas” para públicos diversos, palestras e a musealização do espólio corvalense.

k) Tondela

A região que hoje constitui o concelho de Tondela desde cedo foi ocupada pelo homem. Desde a presença vincada da cultura megalítica, à época dos metais, da ocupação romana à presença muçulmana, são variados os vestígios da presença destas culturas no território.

Com o cristianismo e a progressiva preponderância do clero, nos domínios espiritual, político e social, a sociedade do território organizou-se em torno de casais, igrejas, vilas e paróquias, que com a reconquista cristã dos reis afonsinos, cristalizou povoados, criou direitos de propriedade, cultivou terras, desenvolvendo-as.

A Terra de Besteiros – circunscrição administrativa, que se estendia do Caramulo ao Mondego - foi o embrião para que em 1515, D. Manuel I, criasse carta de foral ao concelho de Besteiros, englobando um conjunto de freguesias base daquele território, sendo Molelos a cabeça de

concelho. Outros concelhos, entretanto criados, gravitaram à sua volta. Em 1708, já Tondela figurava como cabeça de concelho.

Com a Revolução liberal de 1820, assistiu-se nas décadas seguintes a transformações políticas, administrativas, jurídicas e filosóficas, que pretendiam ensaiar novas experiências, quer no poder central, quer em ambiente autárquico.

Com a Revolução de Setembro (1836) e a publicação do Código Administrativo de 1836, é extinto o concelho de Besteiros e criado o de Tondela, englobando neste último os extintos concelhos do Guardão, Canas de Sabugosa, Mouraz, Sabugosa e São Miguel do Outeiro.

Molelos, desde épocas remotas, tem sido um importante centro produtor de artefactos de barro negro. As excelentes argilas de exploração de âmbito local e as crescentes necessidades do mercado levaram ao desenvolvimento de uma importante atividade artesanal, tornando os oleiros e a sua arte, uma notável escola para muitas gerações.

Cântaros, bilhas e moringues, padelas, assadores e fogareiros, bilhas de segredo, jarros, púcaros, talhas, alguidares e tendedeiras, chocolateiras, etc., fazem ainda parte do inventário tipológico, cumprindo, umas funções tradicionais, utilitárias, outras decorativas, estéticas, com padrões ornamentais de cariz popular.

As referências históricas documentadas sobre a existência de atividade relacionada com a arte do barro são abundantes e conferem a Molelos um lugar de destaque, quer na Beira Alta, quer nos territórios circundantes. Inúmeros autores e estudos revelam uma assinalável persistência e permanência desta arte na freguesia, com destaque:

- Da necrópole do Paranho, Raposeiras, Molelos, classificada da Idade do Bronze foram exumados das cistas escavadas, vasos cerâmicos de extraordinária beleza;
- O Foral de Besteiros, em 1515, de que por sinal Molelos era a cabeça do concelho, com Casa da Audiência e Pelourinho, continha referência à produção de “telha ou tejollo e outra obra e louça de barro”;
- Manuel Botelho Pereira, em 1630, refere que “o barro preto de Molelos, bem lavrado, é o mais cheiroso e fresco que se pode achar, assim para beber como para outro serviço”, provando a qualidade impar da matéria-prima utilizada;
- Em 1882, a qualidade da loiça de Molelos é reconhecida na Exposição de Cerâmica que decorreu no Palácio de Cristal, e um dos seus oleiros, Manuel Luís, é galardoado com um diploma de mérito;
- No museu Terras de Besteiros, na sala dedicada ao barro negro de Molelos, registam-se numa das suas paredes, os nomes de 454 oleiros, num período cronológico compreendido entre cerca de 1790 e a atualidade.

A produção era diversificada, vocacionada para as loiças utilitárias, tais como panelas, assadeiras, caçoilas, cafeteiras, púcaras, canecas, bilhas, pucarinhos, cântaros, assadores de castanhas, tijelas, terrinas, tudo quanto era útil na cozinha, do lar e de certos trabalhos agrícolas. Só depois se alterou.

Desde meados do século XX, um conjunto de vicissitudes afetaram a continuidade da existência de uma forte comunidade de oleiros em Molelos: a emigração na freguesia, o aparecimento e a concorrência de produtos alternativos de conservação dos alimentos, a mobilidade profissional e o envelhecimento dos oleiros.

Porém, na década de oitenta do século passado, uma nova geração de artesãos e artistas (6 olarias, 9 oleiros, brunideiras e aprendizes) com poder criativo e determinados em vencer, implantaram-se no mercado, procurando novas abordagens, com sofisticação de padrões estéticos, estilização de tipologias, com novos usos e conquista de territórios, com uma produção muito diversificada e em série. Com instalações racionalizadas, com métodos mecânicos, com melhor rendimento, deram às olarias de Molelos novo alento, não deixando morrer a arte.

Por sua vez, o poder autárquico envolveu-se com determinação no domínio da promoção deste seu artesanato. Iniciativas de índole diversa, no sentido de reforçar as referências históricas, culturais, científicas, técnicas e turísticas de tão importante e rico património concelhio, têm vindo a ser implementadas. Como nota de destaque nos domínios cultural e científico:

- a realização em Tondela das Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo (1992, 1995, 1997, 2000), encontro internacional de arqueólogos e investigadores da cerâmica de todo o mundo, que contribuíram para referenciar Molelos como centro de estudos e de pesquisa etnográfica, etnoarqueológica e arqueológica;
- a publicação das respetivas Atas das Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval desses encontros científicos (1995, 1998, 2003, 2008);
- As investigações e publicações sobre as olarias de louça preta, no âmbito etnográfico, histórico e arqueológico, editadas pelo município e por instituições de carácter científico.
- A existência do museu municipal Terras de Besteiros, inaugurado em 2010, e que conta no seu discurso museográfico, com uma sala exclusivamente dedicada à louça preta.

1) Viana do Alentejo

Viana do Alentejo, vila e sede de concelho do distrito de Évora, mergulha as suas raízes históricas nas suas gentes e tradições, sendo o seu património cultural um livro aberto de épocas e estilos. Conhecida em outros tempos por “Viana de *Foxem*” ou “Viana a par d’Alvito”, oferece a quem visita todo o esplendor e harmonia da região em que se insere, seja através das suas paisagens, da sua gastronomia ou do seu património.

Situada a 27 km da cidade de Évora, é ponto de encontro de antigos caminhos romanos (Alcácer do Sal, Évora e Beja) e um convite aberto à descoberta da tradição da sua olaria, da arquitetura dos seus monumentos e do seu património.

A presença do homem nesta zona remonta para épocas anteriores, tal como nos comprova a Anta do Zambujeiro (Neolítico) na freguesia de Aguiar. Os celtas *Gallos* terão sido os primeiros a povoar esta região, por volta do ano de 300 a.C., e poderão ter sido eles que atribuíram o topónimo *Vienne* que, a confirmar-se, estará por detrás do atual topónimo da vila. Não obstante, o nome de *Viana de Focem* ou *Foxim* surge pela primeira vez na historiografia de Viana do Alentejo, uma vez que alguns autores adjudicam a origem do topónimo a uma génese mourisca.

O período romano traça um trajeto temporal com a área e a envolvência do Santuário Mariano de Nossa Senhora D'Aires como cenário: a civilização romana deixou a sua marca territorial através de um *vicus* nas imediações da Herdade de Paredes, datável do século II.

A atestar a presença árabe nas imediações de Viana por essa altura encontramos dois elementos: na portada do Santuário de Nossa Senhora D'Aires uma inscrição em latim, cujos primeiros versos referem que, expulso o mouro da terra, um lavrador enquanto trabalhava a terra, terá descoberto a imagem que foi colocada no altar, apontando para a ocupação mourisca nas imediações; já em 1743, aquando da divulgação do achado da necrópole nas imediações do futuro Santuário de Nossa Senhora D'Aires, um dos relatos identificou uma das sepulturas como pertencendo a um mouro.

No século XIII, a paisagem era demarcada evidências da presença dos Mouros, juntamente com as pelejas travadas com os Cristãos em pleno período de Reconquista Cristã. Entra-se no período medieval da história de Viana do Alentejo com a entrega da então *Viana de Foxem* a D. Gil Martins Riba de Vizela, cavaleiro do período de D. Afonso III.

Em termos construtivos, este período é encumeado pela construção do Castelo de Viana do Alentejo. Classificado como Monumento Nacional pelo Decreto de 16/06/1910, compreende no seu interior um conjunto arquitetónico composto atualmente por três elementos distintos: recinto amuralhado, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Anunciação e Igreja da Misericórdia de Viana do Alentejo. Com algumas fontes históricas a colocarem a génese desta estrutura no reinado de D. Dinis (1279-1325), o mesmo período da outorga do primeiro Foral da vila alentejana (1313), embora investigações mais recentes parecem apontar para uma construção posterior.

Com cinco torres cilíndricas e duas portas de acesso, abrigou na sua disposição os primitivos Paços do Concelho, o primeiro cemitério da vila e a primitiva Igreja Matriz, consagrada a Santa Maria de *Foxem*. Esta remonta as suas origens ao período do povoamento primitivo da vila. O seu fundador terá sido o já referido D. Gil Martins, Alferes-Mor de D. Dinis, uma vez que a documentação já nos indicia a existência de benesses, visto que em 1269 há notícia das negociações, ainda no tempo de D. Afonso III, entre D. Gil Martins e o então bispo de Évora, D. Martinho, sobre os dízimos atribuídos à diocese, os quais atingiam $\frac{1}{4}$ das rendas de Viana.

O século XVI, por volta de 1519, vai trazer ao Castelo de Viana do Alentejo uma nossa fisionomia, com uma campanha de obras que se traduziu na construção dos dois espaços religiosos e em alterações no muro existente, através de trabalhos de um dos mais promitentes arquitetos da região, Diogo de Arruda.

A data de fundação da primitiva ermida, que deu origem ao atual Santuário, perdeu-se na escrita da história. Nesta temática de fundo, duas teses esgrimem argumentos: uma primeira atribui a sua fundação à Ordem do Templo, sustentando a sua teoria na presença da Cruz de Cristo na capela-mor; uma segunda, de acordo com uma inscrição em latim, atribui a sua fundação ao lavrador Martim Vaqueira, que por piedoso voto terá ordenado a construção na sua Herdade de Paredes.

Ponto de encontro de fé das várias populações alentejanas, numerosos grupos de peregrinos afluíam na sua fé ao Santuário, provenientes de terras como Alvito, Alcácer do Sal, Vidigueira, Cuba, Beja, Torrão, Montemor-o-Novo, Évora e Vila de Frades, nos períodos festivos de setembro e outubro. Rapidamente à vertente religiosa se uniu a vertente económica ao evento, com as primeiras barracas e com a venda de gado, a principal atividade económica da feira de então. A cada vez maior afluência de crentes, peregrinos e romeiros, bem como de comerciantes, levou não só à assinatura do alvará de 27 de setembro de 1754, assinado por Marquês de Pombal, com a Chancelaria de D. José I, que instituiu a feira franca de Nossa Senhora D'Aíres, mas também à substituição do templete quinhentista pelo atual santuário, ainda no reinado de D. João V, período de enorme incremento religioso, que, desta forma, pretendia suprir mais eficientemente as necessidades dos romeiros. Esta devoção tem reflexo na *Casa dos Milagres*, que constitui em si mesmo um museu de arte popular do mais singular que se pode encontrar em Portugal.

A vila de Viana do Alentejo foi palco de guerras e batalhas que toldaram mentalidades e incendiaram paixões: com a Guerra da Restauração já nos seus últimos momentos, foi autorizado o abate de árvores nos Matos do Zambujal para a construção de bivaques destinados às tropas inglesas e francesas, nossas aliadas no conflito. A 28 de outubro de 1864 travou-se, nas imediações da vila, o Combate de Viana do Alentejo, entre as tropas cabralistas e as tropas populares da Patuleia.

No decorrer do século XIX, Viana do Alentejo preconizou algumas inovações no campo socioeconómico, nomeadamente a Instituição do Asilo de Infância para filhos de trabalhadores rurais a 20 de outubro de 1866, a instituição da União Vinícola e Oleícola do Sul (a primeira adega cooperativa do país) entre 1893 e a Criação da Caixa Económica Popular.

Foi já em finais do mesmo século que o concelho de Viana do Alentejo sofreu as vicissitudes dos conturbados tempos de então: em 1895 foi incorporado, ainda que a título provisório, no concelho de Évora, acabando por ser restaurado em 1898, segundo Decreto de 13 de janeiro.

O concelho é composto por três freguesias. É digno de registo que, a seu tempo, todas as freguesias que compõem atualmente o Município de Viana do Alentejo já tenham sido sede de concelho próprio.

Alcáçovas, conhecida em período romano como *Castraleucos* (Castelos Brancos), foi desde sempre uma vila que respirou a sua história através das suas casas senhoriais e do seu património arquitetónico-religioso, como por exemplo a Igreja Matriz do Salvador e as capelas de S. Pedro e S. Geraldo.

A olaria e o trabalho do barro em Viana do Alentejo não fogem às demais características da olaria tradicional portuguesa: situavam-se nas imediações dos terrenos argilosos, de forma a terem acesso constante à matéria-prima, sendo o barro vermelho o mais abundante na região. Para aquelas que se encontravam mais afastadas do local de extração, o transporte do barro até à oficina era feito por carroças puxadas por burros; apresentam estruturas patriarcais no âmbito de uma pequena económica de cariz familiar, onde os trabalhos se encontravam divididos por sexo e idade, e o ofício de oleiro era passado geracionalmente; um processo de produção que

tinha o seu início com a ida ao terreno e a extração do barro, o seu transporte para a olaria, dando início à preparação, modelagem e cozedura; as peças produzidas são de inspiração diversa: supostamente, o moringue teria sido uma importação da Índia e das Américas; o alguidar, a aljofaina e a almotolia dos árabes; dos gregos e dos romanos, outras tantas formas, mantendo sempre o seu carácter utilitário.

A decoração assenta no que é local, com combinações simples e complexas de formas e feitios vários, sendo tanto figurativa como geométrica, reproduzindo, através de uma paleta cromática assente em azuis, verdes, amarelos e castanhos, as práticas ligadas ao campo e aos seus afazeres, a indumentária, as paisagens e o património locais.

A primeira referência escrita à olaria de Viana do Alentejo surge em 1255, quando D. Afonso III concedeu aos oleiros de Viana autorização para a recolha do barro na Herdade dos Baiões, mediante o pagamento de uma contribuição ao fisco, contribuição essa feita em loiça.

Em 1890, operavam em Viana do Alentejo 37 oleiros divididos por 17 olarias, com pretensões de fabrico. Estes oleiros, com o fim do dirigismo do Antigo Regime, consubstanciado nos preços fixados administrativamente e no controlo das quantidades e da qualidade das peças a dispor nos mercados, começam a demonstrar um forte espírito comercial e concorrencial, ao substituírem as antigas entidades reguladoras do mercado e ao passarem a comercializar diretamente nos mercados e feiras regionais.

O século XX, marcado pelo fim da União Vinícola e Oleícola do Sul e por uma tentativa de apoio financeiro à Escola de Olaria Médico de Sousa, foi o prenúncio do fim, onde o número de aprendizes já diminuía em larga escala.

As raízes da olaria em Viana do Alentejo remontam ao período romano, conforme evidenciado pelas cerâmicas romanas encontradas na década de 70 (com possíveis ligações às *uillae* romanas de S. Cucufate, na Vidigueira) do século XX, no Monte da Romeira, e a investigação sobre a olaria tradicional portuguesa levada a cabo pelo Ecomuseu Municipal do Seixal, no âmbito do projeto museológico da olaria romana da Quinta do Rouxinol.

No âmbito do projeto *Levantamento Arqueológico do Alentejo*, financiado e promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, no ano de 1975, foi identificada, em área próxima do regolho da barragem de Alvito, uma estação arqueológica situada nos limites do concelho de Viana do Alentejo. Situados no Monte da Romeira, foram identificados pela equipa de arqueólogos testemunhos materiais de uma possível *villa* romana, com necrópole anexa e ligação a uma linha de água presente nas imediações. Do material recolhido pela equipa foram reconhecidos vários tipos de cerâmica, com especial incidência para a cerâmica *sigilatta*, que constituiu a grande base da recolha realizada, bem como algumas peças de cerâmica comum.

Os materiais cerâmicos de *Terra Sigilatta Hispânica*, inspirados nos motivos decorativos da *Sud-Gálica*, apresenta uma decoração um pouco mais descurada na componente figurativa. Já as peças de cerâmica comum, que tudo indica que sejam de produção local, dão-nos o nome de *Ilarus* como o nome de um possível oleiro que tenha trabalhado na circunferência que hoje

corresponde, grosso modo, à vila de Viana do Alentejo. Trata-se de loiça de carácter intrinsecamente utilitário, típica dos quotidianos do período a rondar os séculos III/V.

A exposição temporária *Quinta do Rouxinol – uma olaria romana na Quinta do Rouxinol (Corroios/Seixal)*, inaugurada a 19 de março de 2009 no Museu Nacional de Arqueologia, remete-nos para o sítio arqueológico da olaria romana no Seixal e para as suas estruturas e acervo como um ponto de partida para uma reflexão mais abrangente.

O grande foco da investigação junto dos oleiros de Viana do Alentejo incidiu sobre os métodos e técnicas de cozedura locais. Os pontos de contacto entre a olaria romana da Quinta do Rouxinol e a olaria tradicional de Viana do Alentejo prendem-se com a arquitetura dos fornos da Quinta do Rouxinol e os fornos tradicionais de Viana, as chamadas “fornecas”. A arquitetura comum a estas duas estruturas atribui-se à existência de duas câmaras comunicantes adjacentes (no nível inferior encontramos a câmara de combustão, onde se colocava a lenha a arder para cozer peças; num nível superior, a câmara de cozedura, onde se colocavam as peças que se pretendiam cozer), dispostas na vertical, cuja comunicação era feita por uma grelha de tijolo refratário.

Uma vez que a investigação arqueológica não apresentou indícios materiais da existência de cobertura nos fornos, assumiu-se que, à semelhança das “fornecas” alentejanas, os fornos da olaria romana do Rouxinol, não possuíam uma cobertura (em abóbada). Partindo deste princípio, indagou-se junto dos oleiros de Viana sobre possíveis soluções para esta situação, uma vez que, para cozer, a câmara de cozedura tem que se encontrar devidamente calafetada, de forma a conseguir concentrar o calor na sua estrutura e, assim, permitir a cozedura. A técnica dos “cacos” de loiça, utilizada durante gerações nas “fornecas”, foi a técnica utilizada na proposta de reconstituição de forno romano da Quinta do Rouxinol durante a realização do Ateliê de Arqueologia Experimental, que se realizou no Seixal a par do Seminário Internacional sobre a Olaria Romana no Seixal.

O contributo da olaria de Viana do Alentejo também se manifestou na elaboração da “cadeia operatória do trabalho do barro”, estabelecida através de métodos comparativos com outras realidades oleiras. Presente na exposição temporária, *A olaria tradicional portuguesa* assentou o seu discurso numa simples premissa: do período romano até aos nossos dias, a olaria em Portugal seguiu uma linha de evolução contínua, assente na reprodução manual de formas utilitárias e passagem geracional dos conhecimentos empíricos traduzidos em rotinas de produção. A partir deste elemento, poder-se-á inferir que a olaria tradicional de Viana do Alentejo segue a mesma cadeia de processos que outras olarias no nosso país.

Mesmo encontrando as raízes da olaria tradicional de Viana do Alentejo no período romano, é certo que a sua maior manifestação foi aquando da criação da Escola de Olaria Médico de Sousa. Em 1893, António Isidoro de Sousa fundou uma escola para apoiar a olaria vianense. Aquele que foi o grande dinamizador da primeira adega social de Portugal, já referida neste documento, organizou, à semelhança das grandes exposições de então, uma apresentação de produtos cerâmicos da indústria local. Nesta mostra estiveram presentes figuras do poder público de âmbito nacional. António Isidoro de Sousa utilizou a sua influência e a sua posição social para

chamar à atenção dos grandes homens de Portugal de finais do século XIX as práticas oleiras da vila de Viana do Alentejo, bem como da necessidade que havia em as salvaguardar na memória coletiva.

Assim, a mando do então ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Dr. Bernardino Machado, é criada oficialmente, a 28 de outubro de 1893, uma oficina/escola onde se ensinavam praticamente todos os processos relativos aos ofícios do oleiro, forneiro de loiça e pintor cerâmico. Sendo uma das primeiras escolas industriais do país, foi dado pela população o nome de *Escola Médico de Sousa* (pai de António Isidoro de Sousa), em sinal de gratidão e respeito.

O currículo escolar da oficina/escola de olaria era inicialmente constituído por três disciplinas: Olaria, Desenho e Moral. Com a introdução das disciplinas de Português e Matemática, a escola industrial de olaria vianense adquire um vínculo à Escola Gabriel Pereira e começa a privilegiar um ensino técnico, assente no currículo mais assertivo e completo. O intuito de fabrico com intenção de venda, uma das bases da criação e da sustentação da escola de olaria, ganha uma outra relevância, com a introdução das faianças decoradas (neste caso, o azulejo e a técnica do vidrado, tão presente nos típicos alguidares de Viana do Alentejo) no *portfolio* da olaria vianense. A escola de olaria teve um mérito direto: acesso imediato a todos aqueles que quisessem aprender o ofício. O aprendiz iniciava a sua aprendizagem bastante cedo (6/7 anos), mas para iniciar o processo tinha que se colocar sob as ordens de um mestre oleiro. Muitos oleiros fechavam o saber da sua mestria no seu círculo familiar mais próximo, o que dificultava o acesso a quem não tivesse já raízes no trabalho do barro. Com a criação da escola de olaria, o acesso aos métodos e técnicas de trabalho é democratizado, enfraquecendo, assim, o laço hereditário deste ofício geracional. As turmas eram um reflexo dos difíceis tempos de então: eram compostas muitas vezes por alunos recrutados pelos próprios professores, que iam de porta em porta procurar jovens que estivessem interessados em aprender o ofício da vila. Frequentemente tinham que convencer os pais destes jovens a autorizarem-nos a ingressar na Escola, pois já trabalhavam para ajudar no sustento da família. Não é, então, de estranhar que num período anterior ao 25 de abril de 1974 encontremos turmas compostas por raparigas e rapazes: o número de alunos seria tão baixo que a única solução para constituir uma turma seria agrupá-los. Da escola industrial ao ensino preparatório, do trabalho do barro às letras do espírito, a preparação do indivíduo para a vida ao ensinar-lhe um ofício, uma profissão que lhe garantisse o seu sustento (e da sua família), esteve sempre subjacente na educação em Viana neste período.

Até meados do século passado Viana foi um dos mais importantes centros oleiros do Alentejo. Em 1956 aqui laboravam 101 oficinas onde se produzia predominantemente, louça utilitária que abastecia toda a província, desde as terras do litoral até às da raia. A matéria-prima local abundava e era de boa qualidade, fator determinante para que a atividade tivesse um progressivo desenvolvimento, tanto mais que as gentes locais de localmente haviam o saber-fazer desta arte. Por norma, neste tipo de indústrias artesanais, cada núcleo produtivo tinha composição quase exclusivamente familiar, cabendo ao chefe da família os trabalhos de roda e enformamento e à mulher e filhos, as restantes tarefas da olaria. Só em condições muito especiais se recorria a mão-

de-obra estranha, com exceção para os mestres que, trabalhando à jorna, davam colaboração regular e rotativa a várias olarias.

Na memória coletiva ficaram os mestres Caciano Pereira, Lagarto e Estrela que muito contribuíram, não só para a formação de inúmeros jovens oleiros, como para a afirmação de Viana como reputado centro oleiro alentejano.

Em laboração encontram-se hoje três oleiros, que se traduzem em duas famílias (Agostinho e Lagarto). A inexistência de aprendizes e o facto de dois dos três Mestres já se encontrarem em idade de reforma são elementos que apontam para uma breve extinção da arte em Viana do Alentejo.

m) Viana do Castelo

Viana do Castelo, elevada a cidade por D. Maria II (1848), situa-se na Foz do rio Lima, no litoral norte de Portugal; constituindo um cenário natural de indescritível beleza e de riqueza patrimonial natural, histórica, monumental e artística.

Já no mesolítico o território, a que hoje corresponde o concelho de Viana do Castelo, registava ocupação humana. No cimo do monte de Santa Luzia, a citânia do mesmo nome, sentiu as influências da romanização e ainda era habitada no século IV da nossa era. Desta citânia derivaram os povos que desceram à base do monte durante a romanização.

O núcleo urbano que está na origem de Viana do Castelo foi fundado em 1258, por Foral de D. Afonso III, que lhe concedeu a categoria de vila, chamando-lhe Viana da Foz do Lima, com o objetivo de criar um aglomerado urbano de expressão mercantil, marítima e piscatória, junto à foz do rio. A intensa atividade comercial e a forte ligação marítima lançaram as bases do desenvolvimento da povoação que fez da vila de Viana, no século XVI, um importante entreposto comercial e um dos portos mais movimentados do país.

O porto de Viana constitui, nos séculos XVI e XVII, mercê das circunstâncias históricas proporcionadas pelos Descobrimentos e pelas condições excecionais de ordem geográfica, em que se integrava, um fenómeno paradigmático de oportunidade e manifesto triunfo. Cedo se transformou no motor da sociedade e economia da região nortenha do País bem como uma poderosa vila portuária, cujos contornos abrangia os dois Atlânticos, Norte e Sul.

Na segunda metade do século XVIII, surgiu a Fábrica de Louça de Viana, beneficiando de um conjunto de medidas Pombalinas (alvará de 1770), que visava intensificar a produção de cerâmica artística em Portugal e estabelecia medidas de proteção para as fábricas nacionais.

Em 1774, João Araújo Lima e Carlos Araújo Lemos (guarda-livros), foram os fundadores da tão celebrada Fábrica de Darque ou de Viana, designações equivalentes. Dois fatores teriam sido determinantes para a criação daquela fábrica na margem oposta à de Viana, onde se situa a freguesia de Darque. Por um lado, os abundantes barreiros de Alvarães, no antigo concelho de Barcelos, tão perto de Viana; por outro, as excecionais condições da barra do Lima, que facilmente legavam Viana a outros portos do sul do reino e do norte da Galiza e ainda com qualquer outro porto banhado pelas águas do mar.

A fábrica empregava o barro de Alvarães, misturado com o barro e areia de Lisboa. Em março de 1775, edificou-se, na Meadela, no sítio dos Arcos, no rio da Poupeira, o moinho para o vidro. A escolha do pessoal, a boa matéria-prima, uma habilíssima direção técnica animaram desde logo os negociantes vianenses que se tinha posta à frente da empresa e em breve, a louça vianense se tornou conhecida e apreciada; a modelagem especial e o tipo geral dos exemplares induzem-nos a supor que a sua direção estava confiada a mestre estrangeiro, sem dúvida francês. Quanto às primeiras produções, é muito possível que assim sucedesse, pois não é raro encontrar peças que atribuídas ao primeiro período de Darque, com a faixa característica de Ruão. A não ser assim, há como uma hipótese que parece ser verosímil: ter sido o primeiro mestre de Darque fornecido pela Real Fábrica do Rato”.

Houve a necessidade de estabelecer etapas de produção, sem rigor cronológico, devido a falta de datação nas peças, porém correspondendo a estádios de laboração e a um percurso evolutivo e distintivo de aperfeiçoamento técnico e artístico, presente na qualidade da pasta, do esmalte, da modelação, da decoração e, ainda, pela forma das respetivas marcas.

1º Período (1774 -1790) – Fase inicial ou de arranque – Em geral, o esmalte é branco levemente anilado, bem ligado, sendo boa a modelação: o colorido em azul finamente executado e sombreado. Mas a par de peças de uma beleza notável, surgem outras mal desenhadas com figuras toscas, que, além de pouco cuidadas, são estampadas. A decoração, de algumas peças deste período, inspira-se em motivos das porcelanas chinesas, pintadas em tons de azul e vinoso com a marca “Vianna” ou “Uianna”.

2º Período (1794 -1830) – Período Áureo – Nesta época atinge-se a plenitude técnica e decorativa. A pasta é mais fina e consistente, sendo os pratos leves e desempenados: o esmalte de tom lácteo é brilhante e bem ligado. A decoração é delicada com motivos vegetais e geométricos sendo raras as composições figurativas. As marcas V simples seguidas de um ponto, vírgula ou asterisco, sublinhadas ou não a azul, vinoso e amarelo foram aplicadas no fundo dos objetos. Outras marcas possessórias aparecem em algumas peças com nomes próprios ou monogramas.

3º Período (1830 - 1855) – Período de declínio. Os objetos com decoração estampada procuram imitar a louça Inglesa, concorrente e mais barata. Assim, produziram-se objetos cerâmicos de usos diversos, bem executados alguns, mas uma decoração simplista.

Durante os cerca de 80 anos em laboração, a fábrica ultrapassou vicissitudes várias, incluindo as invasões francesas, mas manteve-se em contínua laboração e os inúmeros objetos produzidos, comercializados em todo o país, também ultrapassaram fronteiras, exportando através da barra de Viana para a Galiza e Brasil. Extinguindo-se a fábrica de Viana em 1855.

Nesse mesmo ano foi fundada a fábrica de Louça de Vilar de Mouros. Os irmãos Bento e José Maria Alvarinhas, dois operários que trabalharam na extinta fábrica de Viana, oriundos de Vilar de Mouros, associaram-se a Domingos Luís de Chelo, outro vilarmourense e decidiram abrir uma fábrica de louça fina na sua freguesia. A fábrica terá laborado até cerca de 1920, tendo sido durante quase setenta anos a única fábrica de faiança do Alto Minho.

Foi já na primeira metade do século XX, em 1945 que é fundada no lugar da Senhora da Ajuda, Meadela a fábrica de Louça com a denominação comercial “Cerâmica de Viana” com o objetivo de retomar as tradições ceramistas vianenses. Entre os sócios figurava José Rosa Araújo, Maria de Lurdes Carteador e António de Araújo Soares. Nesse mesmo ano, a fábrica passou a ter a designação de Fábrica de Louça de Viana, Lda. Em 1949, a fábrica foi vendida à firma Jerónimo Pereira Campos, Filhos.

É sob a orientação do engenheiro João Dias Coelho, vindo da Fábrica da Vista Alegre, que se começam a utilizar novas técnicas de produção e a produzir-se louça em grés fino com pintura sob o vidrado.

Foi nesta altura que António Pedro, artista de espírito multifacetado e aberto a quase todas as experiências da criação artística, realizou obras notáveis em grés, contribuindo para o sucesso artístico da empresa. Mais tarde, sob a direção do Eng.^o Lencart e Silva e com os artistas, Armando Veríssimo e Augusto Alves, conseguiu aliar-se a qualidade e beleza da louça decorativa com o sucesso comercial da mesma. Também o escultor Laureano Ribatua preservou a prevalência dos critérios artísticos, verificando-se uma aposta em novos desenhos. Deste modo, a tradição das peças de decoração original aliou-se, harmoniosamente, com novas propostas.

Outras iniciativas industriais, na área da cerâmica surgiram no Concelho de Viana, no século XX. Em 1942, na freguesia de Lanheses, José Martins Agra, Manuel Araújo e Palmira Sequeira da Silva, fundaram a fábrica José Agra C^a. para fabrico industrial de telha e tijolo. Produzindo também, experimentalmente, louça decorativa. A O.A.L. - Olaria Artística de Lanheses - deu lugar em 1983, à Olaria de Lanheses, uma sociedade por quotas denominada “Agras e Dias Limitada” com novos objetivos e nova orientação técnica.

Surge ainda outra unidade fabril a DEVICA – Fábrica de Cerâmica de Alvarães, sendo o seu proprietário Álvaro Rocha, prestigiado ceramista, professor, pintor e escultor que também assumiu a direção artística, produzindo cerâmica contemporânea e utilitária com pastas de grés. Em 1974 uma pequena fábrica de nove operários iniciou a atividade com o nome de Firma ALFE-Fábrica de Porcelanas e Faianças.

Em 1994, na freguesia de Carvoeiro, surge nova unidade industrial com verdadeira dimensão empresarial, designada Fábrica de CERÂMICA Vianagrês, adquirida pelo grupo Sobreiro, que entregou a direção artística ao Pintor vianense Rui Pinto, mantendo-se em funcionamento em 2016.

Da forte tradição cerâmica de Viana do Castelo emergiu a necessidade de criar cursos superiores nesta área. O Instituto Politécnico de Viana do Castelo reajustou a sua oferta formativa adequando-a às necessidades de formação da região criando licenciaturas em Engenharia Cerâmica e Cerâmica Artística preparando técnicos para os quadros das várias empresas das regionais.

Realça-se a importância dos museus de Viana do Castelo que acolhem nas suas coleções as cerâmicas, os azulejos, os bordados e os trajes regionais identitários da sua cultura.

No Museu de Artes Decorativas de Viana do Castelo, instalado num palacete do século XVIII, sendo detentor de uma das mais importantes coleções do país, alberga uma excecional coleção de faiança portuguesa, composta por cerca de um milhar e meio de peças, dos séculos XVII, XVIII e XIX, com especial destaque para as peças produzidas na Fábrica de Louça de Viana e para a designada louça azul das Olarias de Lisboa e Coimbra. O acervo em causa é de grande interesse museológico, de importância patrimonial e simbólica, já que constitui os vestígios materiais de uma memória que se pretende conservar e valorizar. A qualidade e singularidade de algumas peças da coleção é reconhecida por instituições museológicas nacionais e internacionais, consequentemente têm sido requeridas para integrar exposições no território nacional e no estrangeiro.

n) Vila Nova de Poiares

A nível histórico, as origens de Poiares remontam à pré-história, dados que se verificam pelos vestígios de um Dólmen (Serra de São Pedro Dias), da influência Romana (Ponte Romana no lugar de “Murcella” – atualmente Mucela) e Muçulmana (lendas e topónimos de que são exemplo, Moura Morta, a Toca da Moura ou as Mouras Encantadas).

A documentação antiga refere a existência de Castros ou Crastos, que viriam a servir para vigiar o tráfico fluvial ou para refúgios dos povoadores. É neste preciso contexto, que surge a Albergaria de Poiares, prova física que marca a importância destes caminhos, que forneciam apoio a peregrinos e a viajantes das Beiras. Mais especificamente a Albergaria de Poiares, teve a sua fundação pela mão da Rainha D. Dulce e o Rei D. Sancho I. Ainda no mesmo período surge outras construções pertencentes a entidades religiosas como o Mosteiro de Lorvão, Mosteiro de Santa Cruz e Universidade de Coimbra, tendo o território de Vila Nova de Poiares ficado sempre associado à gestão por estas entidades, sendo a última a de maior relevo.

O concelho nasceu em 1836, tendo sido suprimido por duas vezes e restaurado definitivamente a 13 de janeiro de 1898, data em que se comemora o feriado municipal, tendo posteriormente sido elevado à categoria de Vila em 1905.

As paisagens naturais do vale rodeado por rios (Mondego, Alva e Ceira), a gastronomia de excelência (Chanfana, Negalhos e Bucho Recheado) e o artesanato ancestral (cerâmica em “barro preto”, palitos floreados, ceiras, tecelagem, cantaria e peças decorativas em pedra) são as principais referências turísticas deste concelho que têm sido fundamentais para a atratividade turística, a par de um dos mais importantes parques industriais da região, dividido em dois polos, cada um com cerca de 70ha, que acolhe cerca de 100 empresas, empregando mais de mil trabalhadores e com um volume de faturação anual de largas dezenas de milhões de euros, predominantemente voltado para o setor da exportação.

As primeiras evidências documentais da existência de oleiros em Vila Nova de Poiares surgem nos registos paroquiais da segunda metade do século XIX. Nos registos paroquiais da Freguesia de Santo André de Poiares foram encontrados os registos de 57 oleiros, 49 do sexo masculino e de 8 do sexo feminino. Praticamente todas as mulheres eram-no em conjunto com seus maridos.

A louça preta do Olho Marinho era vendida nos mercados de Góis, Lousã e Serpins e a grandes feirantes para revenda. Este ofício foi o sustento económico de muitas famílias.

A produção de barros pretos de mesa de Olho Marinho para efeitos de alimentação (caçoilos, travessas, bilhas do segredo, entre outros) deve-se em grande medida à sua relação com a gastronomia em geral, e em particular, com a Chanfana de Vila Nova de Poiares.

Ao contrário do que muita gente pensa, os artefactos de barro negro não devem a sua cor à matéria-prima mas sim ao processo de fabrico. Um forno de lenha é constituído essencialmente por duas zonas, separadas por uma grelha de pedra ou tijolo; na parte inferior, a fornalha, serve para se acender o lume, na parte superior dispõe-se a louça de molde a que o calor se distribua por igual. Quando se quer fazer louça negra tapa-se o forno por cima – que é por onde o olhar experiente do oleiro observa a cor das peças, de molde a determinar quando a operação está concluída – enquanto se acrescenta com rapidez, fetos e ramos verdes por que adquire a cor negro-chumbo característica. Na região existem a funcionar dois centros importantes de “barros negros”: Molelos, no concelho de Tondela e Olho Marinho, em Vila Nova de Poiares.”

Em Olho Marinho, Silvino Simões Correia e seu filho Fernando, oleiros de louça preta também “brunida” – tarefa geralmente assegurada pelas mulheres da família, continuam a produzir a bom ritmo caçoilas, tachos e assadeiras. Numa área em que os pratos que honram a festa, seja ela a do santo padroeiro ou se um casamento são o cabrito assado no forno ou a chanfana, percebe-se por que razão que nesta olaria não falte o trabalho.

Durante o Séc. XX Vila Nova de Poiares contou ainda com três cerâmicas de grande importância para o desenvolvimento económico do Concelho: a Cerâmica Santa Rita, a Ceramiguel e a Inducerâmica.

Da Cerâmica Santa Rita que laborou na primeira metade do século passado, é possível observar as suas ruínas. Sabe-se que houve intenção e fabricar artigos em grés e de fazer exportações para o Brasil, estando sob alçada de uma sociedade familiar, denominada como “Casa dos Moinhos”.

Após o encerramento desta cerâmica, abre a Ceramiguel, que laborou até à década de 80. Dedicava-se inteiramente à produção de material para a construção civil, nomeadamente o tijolo. Posteriormente, surge a Inducerâmica que laborou até ao início do Séc XXI. Sendo uma unidade moderna e de grande produção, foi forçada a fechar portas, fruto da enorme crise que se abateu na área da construção civil.

Face à atual conjuntura, a autarquia Já com perspetivas de garantir e perpetuar no tempo uma das artes características de Vila Nova de Poiares – Olaria Preta – a ADIP, com o apoio do IEFPP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) levava a cabo uma Escola Oficina, em 1998, de Olaria/Barros Pretos, frequentada por 12 formandas. Todavia, algo mais havia a fazer, enquanto o número de elementos ligados a diversos sectores artesanais, era ainda significativo. Surge, então, o Centro Difusor de Artesanato e Recursos Endógenos de Vila Nova de Poiares (1999), com o objetivo de contribuir para a criação de um quadro de apoio e visando estimular uma dinâmica própria dos artesãos do concelho, promovendo a formação de novos agentes, continuadores da

atividade e consequentemente das tradições, invertendo a tendência de desertificação das atividades artesanais.

O Centro Difusor de Artesanato e Recursos Endógenos tem as suas instalações na ADIP, onde possibilita desde a sua abertura, a exposição de artesanato, trabalho ao vivo e venda direta de artesanato.

As feiras e eventos de exposição e venda de artesanato têm sido uma constante, durante os últimos anos, dando a conhecer a nível nacional a riqueza artesanal do Concelho.

Destaque ainda para o processo de certificação do Barro Preto de Olho Marinho, um projeto de parceria entre a ADIP, a Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares e o CRAT - Centro Regional de Artes Tradicionais, cujo objetivo principal assenta na recuperação, requalificação e desenvolvimento da atividade artesanal em causa, proporcionando condições para que a produção sobreviva, se desenvolva e alcance um plano economicamente viável, aliando as valências tradicionalmente observadas a medidas inovadoras e imprescindíveis à recuperação e desenvolvimento da produção.

Neste momento existem dois oleiros a produzir olaria em barro preto.

2. AptCC – Criação de uma associação de âmbito nacional

Face à expressividade e o peso que a atividade cerâmica tem tido na economia nacional e a forte tradição histórica e cultural em Portugal, a criação da AptCC teve como antecedentes um projeto que visou o turismo industrial relacionado com a cerâmica. Esse projeto foi lançado no início da primeira década deste século, antecipando objetivos idênticos aos da AptCC, embora fosse estendido à dimensão empresarial e a todas as outras entidades com interesses ligados à cerâmica nas suas várias vertentes. Tratou-se da criação do projeto as *Rotas da Cerâmica em Portugal* – Turismo industrial, científico e cultural, dinamizado pelo CENCAL sob a égide do programa comunitário EQUAL, e com o apoio direto de diversos outros organismos que se interessaram na época pela iniciativa, acabando por reunir cerca de 300 participantes ativos.

O objetivo principal do projeto www.rotasdeceramica.pt fora o de identificar e promover entidades relacionados com a cerâmica, que pudessem ser visitadas pelo público promovendo e transferindo as boas práticas. Outro dos objetivos do projeto era estimular a realização de atividades relacionadas com a cerâmica, nomeadamente visitas e exposições, bem como a participação mesmo em atividades produtivas nas empresas, oficinas e museus.

Esta rede deveria funcionar com outras entidades e motivos de atração turístico/cultural, nomeadamente de raiz gastronómica, habitacional ou residencial, histórica, ambiental, desportiva, museológica, etc., podendo combinar idealmente num produto turístico “à medida”, organizado ou auto-organizado e sugestivo para o visitante.

O projeto ficou em suspenso por falta de continuidade no financiamento, em 2006, mantendo-se apenas em termos de partilha de informação na base virtual seu *site* e nas redes sociais.

De certo modo, esta experiência contribuiu para que o lançamento da AptCC tenha uma viabilidade acrescida e possa potenciar o conhecimento e as oportunidades criadas pelas Rotas da Cerâmica na década anterior.

A criação da AptCC tem por princípios subjacentes o empenho dos seus membros na defesa, valorização e divulgação do seu património cultural e histórico cerâmico, que reside na atividade cerâmica, nas suas demais dimensão e vertentes. É uma associação que se rege, nos termos da lei geral, tendo por fim a realização de interesse específicos, comuns aos membros que a integram, sem fins lucrativos e independente de qualquer outra associação. Igualmente, a AptCC visa manter relações de cooperação e colaboração com outras associações nacionais e estrangeiras que tenham objetivos semelhantes.

A criação da associação portuguesa partiu de um desafio lançado no final de 2015, por representantes das associações italiana e espanhola, um deles, também coordenador do agrupamento europeu e que recebeu receptividade de alguns dos municípios contactados na altura. Realizaram-se posteriormente já diversas reuniões com a participação de várias cidades e vilas interessadas na concretização da associação, representadas pelos respetivos municípios, estando já aprovada a versão final dos estatutos da futura AptCC, em processo de ratificação pelos executivos camarário e assembleias municipais, para depois ser submetido ao Tribunal de Contas, junto com o Estudo de Viabilidade Económico-Financeiro.

As cidades e vilas envolvidas no arranque da associação são: Alcobaça, Aveiro, Barcelos, Caldas Rainha, Ílhavo, Mafra, Montemor-o-Novo, Óbidos, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Tondela, Viana Alentejo, Viana Castelo e Vila Nova de Poiares.

As bases pelas quais a AptCC se rege estão definidas no documento fundador, os Estatutos.

Segundo o ponto 2º do artº 2 do supra citado documento, são estabelecidas três categorias de associados; nomeadamente, Municípios Fundadores, Municípios Associados e Associados Honorários.

A Associação tem âmbito nacional e sede no Centro de Artes, em Caldas da Rainha e terá como missão a concretização dos seguintes fins:

- A defesa, a valorização e a divulgação do património cultural e histórico cerâmico;
- O intercâmbio de experiências entre os associados, nomeadamente ao nível da conservação do património;
- O estabelecimento de parcerias entre cidades e vilas com vínculos tradicionais à cerâmica seja do tipo produtivo, cultural ou de outro âmbito;
- A promoção da criação artística e a difusão da cerâmica tradicional e contemporânea;
- A planificação e o desenvolvimento de uma política de divulgação e de comercialização da oferta cerâmica nos diversos centros de produção em território nacional;

- O incentivo de relações de cooperação e intercâmbios entre municípios associados que partilhem de realidades próximas, bem como com outras entidades particularmente relacionadas com a produção e a comercialização da cerâmica;
 - O incremento de programas de formação dentro da atividade cerâmica, tanto de carácter produtivo como cultural, garantindo a continuidade do sector nas áreas municipais aderentes à AptCC;
 - Impulsionar e facilitar, desde as instituições e administrações locais às europeias, nos mais diversos níveis, as iniciativas que se mostrem pertinentes para o desenvolvimento da competitividade da atividade cerâmica;
 - Promover a consciencialização de empresários e das comunidades locais para a importância histórica e patrimonial da cerâmica, seja na vertente artesanal como industrial;
 - Evidenciar o potencial da sustentabilidade económica e social das cidades e vilas associadas a partir da cerâmica, que passa pela manutenção da tradição aliada à inovação;
 - Tomar em conta qualquer outra finalidade, que se enquadre na natureza intrínseca e nos interesses das cidades e vilas associadas, desde que acordado pela Assembleia da AptCC.
- o Para assegurar a realização do seu objeto a AptCC poderá, nos termos da legislação aplicável:
- Estabelecer estruturas organizacionais;
 - Facilitar o intercâmbio de informação e experiências sobre temas relacionados com as cidades e as vilas de cerâmica;
 - Criar uma rede de cidades e vilas de cerâmica com relevância para a sua promoção cultural, histórica, patrimonial, económica e turística dos Municípios associados;
 - Constituir um serviço de assessoria e assistência técnica para os seus associados;
 - Organizar e participar em reuniões, seminários e congressos, mostras e outros eventos;
 - Promover publicações em matérias próprias da sua competência;
 - Promover a pesquisa e comercialização de produtos turísticos e culturais relacionados com a AptCC;
 - Impulsionar a investigação científica própria, e mediante a participação de outras entidades e organismos;
 - Promover a criação de produtos e soluções inovadoras, nomeadamente de cariz tecnológico, que contribuam para o desenvolvimento do conceito das Cidades e Vilas de Cerâmica, enquanto eventual destino turístico de excelência.

- No âmbito dos objetivos a prosseguir, a Associação poderá ainda candidatar-se a fundos comunitários, a programas de financiamento extra comunitários, bem como a iniciativas mecénicas, de forma a financiar projetos desenvolvidos no âmbito da sua missão.

O principal e mais importante objetivo da constituição da Associação tem em vista criar um foco de atração novo e mais potente para os concelhos abrangidos, sob a égide da cerâmica enquanto herança, património e potencial económico e de criação de emprego. A maioria dos concelhos abrangidos pela Associação nesta fase inicial, e as exceções só servem para confirmar a regra, não dispõe de atrativos suficientemente fortes para atrair um turismo de qualidade e com poder de compra, que sirva de alavanca poderosa ao seu desenvolvimento.

Tal como noutros países europeus, e mesmo no resto do mundo, as cidades e vilas cerâmicas não estão nas mais importantes rotas do turismo, pelo que utilizam esta tradição produtiva, muitas vezes ancestral, para cativar e captar nichos do mercado turístico contemporâneo, que procura experiências e raízes históricas fora dos circuitos massificados.

Entrar nestes circuitos, beneficiar da sua experiência, partilhar dos resultados e dos intercâmbio com especialistas, pode ser uma ocasião que a entrada no Agrupamento Europeu pode proporcionar, bem como para aumentar o peso do setor junto das autoridades europeias, que são mais sensíveis a presenças organizadas e com dimensão.

3. Entidades congéneres europeias

Durante as últimas duas décadas noutros países europeus têm sido lançados alguns projetos de muito interesse para a preservação do património histórico e cultural da cerâmica, para além das iniciativas de empresas, museus e ceramistas.

Em Itália, um dos países pioneiros também neste âmbito, foi criada, em 1999, a *Associação Italiana das Cidades Cerâmicas*. Esta iniciativa decorreu de uma legislação específica existente, aprovada pela Câmara dos Deputados e Senado, que criou uma proteção legal especial para a cerâmica artística e tradicional, defendendo-a da concorrência internacional.

Esta legislação aparentemente semelhante à que existe noutros países, caso da Denominação de Origem, tem uma abrangência e competência muito maior em prol da defesa e conservação das características técnicas e produtivas, naquilo que é englobado no “mercado artístico e tradicional”, aprovado pelo Conselho Nacional de Cerâmica italiano, nomeado diretamente pelo Presidente da República Italiana sob proposta do Ministério da Indústria, Comércio e Artesanato, que preside, englobando especialistas representantes de vários ministérios, das regiões, das cidades dos produtores ligados à cerâmica artística e tradicional.

Esta Marca de Qualidade, vigente em Itália para o mercado da cerâmica, garante a genuinidade da decoração, forma, técnica e estilo, transformando-a em património histórico e cultural correspondente a cada local ou região, abrangendo a inovação inspirada na tradição.

Estas denominações são tuteladas a nível local ou regional através das câmaras de comércio, indústria ou artesanato, segundo as disposições emanadas do Conselho Nacional da Cerâmica,

que mantém um registo dos produtos de cerâmica artística e tradicional e de cerâmica de qualidade.

Este Conselho para além de tutelar as normas vigentes para a produção artesanal e artística, promove diretamente a cerâmica no país como no estrangeiro, através de inúmeras vias, incluindo exposições e outras manifestações de divulgação da produção cerâmica nacional.

Já em 1997 tinha sido criado o mercado nacional da Cerâmica Artística e Tradicional, que passou a beneficiar da possibilidade de utilização de um símbolo gráfico exclusivo integrando o conjunto das cidades, que se constituíram em associação em 1999, reconhecidas por aquela produção e que totalizam quase quatro dezenas em toda a Itália.

Posterior e sucessivamente, foi alargada esta iniciativa, primeiro a França, em 2003, depois a Espanha e Roménia em 2007, abrangendo a partir de 2016 mais de uma centena de cidades cerâmicas na Europa.

No âmbito do alargamento da rede ao nível europeu, o conjunto das associações definiu como objetivo alargar o âmbito a mais países europeus com tradição cerâmica, como Alemanha, Polónia, República Checa, Hungria, Eslováquia, Reino Unido, Portugal, Holanda e Turquia.

Com base nestas experiências em Janeiro de 2014 foi constituído o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial das Cidades Cerâmicas e o acrónimo **AEuCC**.

Este agrupamento é considerado como um instrumento jurídico europeu inserido na Estratégia EU 2020 para incentivar o crescimento inteligente, sustentável, inclusive, no âmbito de uma política de coesão económica, social e territorial. Possui um conteúdo diretamente dirigido à cooperação territorial, com o objetivo específico de facilitar e promover a cooperação transfronteiriça, transnacional ou Inter-regional (entre todos os 28 países da UE).

O *AEuCC* foi constituído assim para desenvolver a cooperação territorial e transnacional no campo da cerâmica artística e artesanal, especialmente para incrementar a coesão social e económica desenvolvendo projetos e serviços a favor de todas partes interessadas do sector cerâmico.

Os objetivos do *AEuCC* são entre outros os seguintes:

- a) Desenvolver projetos e ações conjuntas;
- b) Promover a herança cultural, artística e etnográfica;
- c) Promover o turismo com base na cerâmica;
- d) Desenvolver novos produtos, design, processos, novos materiais e marketing;
- e) Promover a formação profissional e competitividade;
- f) Organizar e patrocinar eventos internacionais (conferências, exposições, feiras, etc);
- g) Realizar atividades de promoção (UE e eventos em grande escala);
- h) Promover os processos de produção, eficiência e poupança energética, ambiente e qualidade de vida, redução da poluição;
- i) Realizar análises e estudos: desenvolvimento económico e emprego, inovação, novas tecnologias, práticas comerciais, internacionalização, clusters, patentes, propriedade industrial;
- j) Promover a criação de novas associações nacionais de cidades cerâmicas;

k) Promover a identidade europeia.

A título de exemplo têm sido desenvolvidos estudos e projetos nas seguintes áreas: ARGINET (Culture): 5 cidades, € 400.000 (concluído); CERAPLAN (INTERREG Europe): 7 parceiros, € 1.585.000; CERasmus (ERASMUS+), em preparação; Ceramic Platform (Creative Europe), em preparação; Geo localização (with OriGIn); Redução do Chumbo, um lobby na UE (com CeramUNIE); EU Street of Ceramics (com a rede UNIC); o portal web ceramic; Observatório económico para Arte Cerâmica & Craft; “Buongiorno Ceramica!”, Ceramics Open EU Day; elevar a cerâmica europeia como Património Imaterial da Humanidade (UNESCO)

Há um evento lançado em Itália que merece ressalva e que se pretende estender a toda a Europa, pois apresenta um potencial enorme para todos os consortes europeus, o “Buongiorno Ceramica!”. A sua primeira edição, que se realizou de 29 a 31 de maio 2015, foi um sucesso cuja primeira edição, envolvendo 37 cidades de tradição cerâmica antiga, mais de 300 eventos no território nacional e 5.000 pessoas na sua organização em todo o país. O principal objetivo foi para chamar a atenção do público e dos meios de comunicação social para a cerâmica e valorizar as dimensões da cerâmica artística e artesanal italiana.

Em 2016 o “Buongiorno Ceramica!” repetiu-se no primeiro fim-de-semana de Junho. Entre os 300 eventos estiveram a abertura dos ateliers, oficinas e museus, com trabalho de ceramistas ao vivo, “espetáculos” de cozedura cerâmica ao vivo, iniciativas de ligação da cerâmica à cozinha italiana, realização de “laboratórios” e workshop para adultos e crianças, exposições e mostras de cerâmica bem como concertos com instrumentos musicais de cerâmica.

É esta iniciativa que pretendem seja alargada no futuro a toda a Europa, incentivada em cada país pela respetiva Associação Nacional.

4. Impactos / Resultados alcançados

Estando ainda a constituição da AptCC ainda em fase embrionária, para além das diligências feitas pelos Municípios Fundadores do sentido da criação da Associação, apenas há a assinalar:

- Elaboração e aprovação dos estatutos da AptCC;
- Divulgação do lançamento da AptCC nos meios de comunicação social;
- Presença de representantes da AptCC no Festival Internacional de Cerâmica e Mostra de Mercado – ARGILLÁ, que se realizou em Faenza, Itália

II - Caracterização do território de intervenção abrangido pela AptCC

Os 14 concelhos fundadores da Associação ocupam uma área do território nacional de cerca de 5 mil quilómetros quadrados e 600 mil habitantes residentes em 2011, ou seja, respetivamente 5% do território e 6% da população do país.

Se todos os concelhos detentores de tradição e espólio cerâmico participassem na Associação, certamente que estes índices ultrapassavam a metade dos valores nacionais, tanto em termos de população como de área territorial. Em um levantamento realizado com base nas fontes históricas mais de uma centena de concelhos em Portugal está ligada a produção cerâmica, com

especial realce, como já foi dito no primeiro capítulo, para os principais centros populacionais, a começar pelas principais capitais do país e dos distritos.

Por tudo isto está criado o desafio de reunir na Associação um maior número de concelhos, ao conhecerem o potencial que a AptCC poderá suscitar, pelas relações que vai estabelecer com os países que já criaram ou estão em vésperas de criar uma associação congénere, como Itália, França, Espanha, Roménia, Alemanha, Polónia, República Checa, Áustria, e talvez Suíça.

É conhecida a importância que o turismo industrial ou de descoberta económica, como é apelidado em certos países, constitui para os países mais desenvolvidos, que tentam assim diversificar a sua oferta e valorizar os recursos endógenos de certas regiões que não estão na mira do turismo de massa ou do turismo de elite, que atrai os públicos mais endinheirados.

Os concelhos fundadores da AptCC estão distribuídos por todo o país continental (não tendo havido qualquer adesão das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, onde também existiram ou ainda existem alguns centros cerâmicos com características interessantes), havendo núcleos em todas as regiões com excepção do Algarve, onde já existem algumas manifestações para futuras adesões.

Assim na região norte aderiram Barcelos e Viana do Castelo, dois importantes centros cerâmicos, com uma grande tradição, reunindo um deles ainda hoje um importante núcleo produtor, tanto ao nível industrial como artesanal.

Na região centro também se reúnem alguns dos mais importantes centros cerâmicos ainda nos dias de hoje, como Ílhavo, Aveiro, Tondela e Vila Nova de Poiares, e que mostram o interesse que associação mostra para os mesmos.

Na Região de Lisboa e Vale do Tejo também aderiram ao projeto os principais centros cerâmicos ainda hoje em operação como Caldas da Rainha, Mafra, Alcobaça e Óbidos, em alguns casos mais ligados à produção industrial e noutros à produção artesanal ou criativa.

Finalmente, no Alentejo também aderiram desde a primeira hora alguns dos mais importantes centros cerâmicos ainda hoje a funcionar, no âmbito artesanal ou mais criativo, como Reguengos de Monsaraz, Redondo, Viana do Alentejo e Montemor-o-Novo.

Faltarão certamente alguns ainda hoje importantes centros cerâmicos tradicionais do nosso país, alguns convidados e que não deram a sua adesão num primeiro momento, outros que só já depois do arranque do projeto manifestaram o seu interesse em aderir e que por razões operacionais ficará a sua adesão para um segundo momento.

Se bem que nuns concelhos aderentes a taxa de desemprego seja inferior à média nacional, noutros tal não acontece, pelo que este projeto poderá constituir uma oportunidade para a criação de novos empregos e para o desenvolvimento de relevantes atividades criativas e de conteúdo económico, que irá beneficiar as populações no seu todo.

Esta iniciativa que presentemente é fomentada em diversos países europeus, constitui uma oportunidade única para enriquecer a imagem destes concelhos e valorizar a sua herança e espólio histórico e envolvendo os saberes dos seus habitantes em tempos passados, e que chegaram em muitos casos até nós pela transmissão familiar na área da atividade cerâmica.

5. Missão

A AptCC terá por missão promover e incentivar o desenvolvimento económico, turístico e patrimonial do territórios abrangido pelos concelhos participantes, contribuindo para o reforço da identidade cultural e memória coletiva.

6. Visão

A AptCC pretende ser uma Associação de referência, a nível nacional, focalizada na defesa, preservação e promoção do património associado à atividade cerâmica. A sua atuação deverá ser impulsionadora da iniciativa privada e do desenvolvimento local.

7. Valores

Os valores subjacentes à ação da Associação são:

- a) Orientação para resultados;
- b) Ética e responsabilidade social;
- c) Transparência;
- d) Confiança;
- e) Subsidiariedade;
- f) Valorização e solidariedade;
- g) Criatividade e inovação;
- h) Cooperação;
- i) Sustentabilidade;
- j) Qualidade e profissionalismo;
- k) Excelência.

8. Atividades a desenvolver

Do em conta a missão e as atribuições da AptCC, será elaborado um plano anual de trabalho que terá um conjunto de atividades, destacando-se as abaixo enunciadas:

- 1. Informação / comunicação
 - a) Realização de ações de divulgação e aconselhamento sobre os programas e linhas de apoio a investimentos e projetos.
- 2. Animação territorial
 - a) Identificar os promotores de projetos;
 - b) Apoiar potenciais ideias e projetos;
 - c) Valorizar o turismo e o património local.
- 3. Capacitação
 - a) Apoiar a preparação de dossiers de candidatura;

- b) Apoiar a execução de projetos;
 - c) Realizar ações de formação para comunidades.
4. Organização
- a) Acompanhar os projetos;
 - b) Procurar e maximizar financeiramente alternativas;
 - c) Dinamizar, orientar e apoiar promotores;
 - d) Promover, participar e organizar eventos e outras iniciativas.
5. Investigação / ação
- a) Realizar estudos de análise, diagnóstico e levantamento das necessidades na área de intervenção da Associação.
6. Cooperação
- a) Estabelecer protocolos de colaboração com as diferentes partes interessadas;
 - b) Participar em associações e redes nacionais e internacionais;
 - c) Participar em projetos de cooperação nacionais e internacionais.
7. Disseminação e Valorização
- a) Disseminar e valorizar boas práticas
 - b) Participar em certames de promoção turística, económica e patrimonial.

9. Impacto

A atividade da Associação trará significativos impactos no âmbito do desenvolvimento das regiões com atividade cerâmica, nomeadamente:

- a) Atrair e impulsionar novos investimentos;
- b) Promover novas oportunidades de negócio;
- c) Fomentar a criação de emprego,
- d) Diversificar as economias locais;
- e) Incentivar e apoiar o empreendedorismo e a iniciativa local;
- f) Melhorar a qualidade de vida das comunidades locais;
- g) Qualificar e valorizar as pessoas, as organizações e o território de intervenção em uma perspetiva de sustentabilidade;
- h) Promover parcerias e atividades de cooperação;
- i) Produzir conhecimento de apoio à intervenção;
- j) Divulgar os produtos que saiam da Associação.

III – Pressupostos

O presente estudo baseou-se num período de quase um ano (2016), em que os municípios de Alcobaça, Aveiro, Barcelos, Caldas Rainha, Ílhavo, Mafra, Montemor-o-Novo, Óbidos, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Tondela, Viana Alentejo, Viana Castelo e Vila Nova de Poiares trabalharam em conjunto através de uma plataforma intermunicipal sem personalidade jurídica, o que constituiu uma dificuldade no acesso a protocolos de cooperação com outras entidades públicas e privadas bem como a candidaturas a eventuais financiamentos.

10. Regras e Procedimentos

Importa referir que a criação de uma organização com personalidade jurídica (associação de Direito Privado, sem fins lucrativos) é condição essencial para a participação direta de entidades privadas, bem como para aceder e beneficiar os apoios europeus, na medida em que, as candidaturas têm de ser submetidas por uma entidade com personalidade jurídica própria.

11. Proveitos / Rendimentos

Constituirão proveitos da AptCc:

1. As quotizações dos associados – o valor das quotas corresponderá a 800 € por ano. Prevê-se o aumento de dois associados por ano;
2. Contribuições extraordinárias;
3. Inscrições em conferências, encontros, oficinas e estudos que venham, a ser organizados pela Associação;
4. Os montantes de cofinanciamentos atribuídos por via de candidaturas;
5. Venda de publicações e artigos promocionais produzidos pela Associação.

12. Investimento

A AptCC funcionará em instalações cedidas pelo Município de Caldas da Rainha (ver anexo 1), que assegura, também, as despesas de funcionamento. As instalações em causa são as do Centro de Artes, que têm pessoal afeto, pelo que a cedência em causa, assim como as despesas de funcionamento já existem e não acresce despesas ao Município de Caldas da Rainha.

Contudo, será necessário criar material informativo sobre a Associação e os seus propósitos, bem como sobre todos os seus membros, o que deverá ter um custo inicial.

Considera-se, igualmente, o desenvolvimento do *website* da Associação, bem como outros elementos de comunicação nas redes sociais, como fazendo parte do plano de investimento necessário ao desenvolvimento da sua atividade.

Eventualmente, a criação de uma sinalética para aplicar nas cidades e vilas participantes deve ter um custo inicial, cabendo depois a cada município membro da AptCC a sua difusão no concelho, segundo uma estratégia correspondente à estratégia global definida pela Associação nos seus programas anuais.

13. Reserva de Tesouraria

Foi definido como Reserva de Tesouraria, o valor de 250 €.

14. Atividade da AptCC

A atividade da AptCC centra-se, em linhas gerais, na defesa e valorização do património cultural, histórico e urbanístico, relacionado com a cerâmica, e desenvolvendo a sua ação ao nível da conservação e promoção turística deste património. Os rendimentos da Associação provém maioritariamente das quotas dos seus associados, pelo que a atividade se circunscreverá aos gastos permitidos pela angariação de quotas. No entanto, no âmbito dos seus objetivos, poderá candidatar-se a fundos comunitários, a programas de financiamento, bem como a iniciativas mecenasáticas, de modo a financiar projetos no campo da sua atividade.

A candidatura a programas de financiamento é uma oportunidade a que a Associação irá recorrer sempre que possível, no sentido de captar investimento para este património, permitindo que o mesmo seja valorizado e promovido. O envolvimento da Associação em candidaturas apenas se prende com a contribuição em género ou espécie, como a imputação de recursos humanos dos municípios afetos à Associação, não representando aumento da despesa pública.

No caso de projetos financiados por fundos europeus, a componente não financiada será assegurada pelos sócios, em conformidade com o investimento territorial.

15. Equipa Técnica

A equipa técnica será garantida pelos associados fundadores, que afetarão recursos humanos já existentes à AptCC, alocando parte das horas de trabalho, ou de outras entidades colaboradoras, na base de protocolos estabelecidos e aprovados pela respetiva Assembleia Geral, não importando qualquer custo para a Associação, nem acrescentando despesa aos próprios associados (ver anexos 2- 15).

A AptCC irá desenvolver a sua atividade recorrendo à equipa técnica designada. Porém, o processo de decisão é da responsabilidade dos corpos sociais da mesma. Para levar a cabo as suas atribuições e para o cumprimento das metas e objetivos propostos, poderão ser criados grupos de trabalho cuja dimensão será adaptada em função do trabalho a desenvolver e também por via de afetação de recursos humanos dos associados, não importando custos à AptCC.

Sempre que houver interesse e para a realização de projetos específicos, poderá recorrer-se a voluntários.

No âmbito da atividade normal da Associação, são previstos os seguintes rendimentos e gastos:

16. Rendimentos

RECEITAS CORRENTES		
Descrição	Valor Unitário	Total
Quotas (14 sócios fundadores)	800	11 200
Quotas (14 sócios fundadores)	800	11 200
Inclusão de 6 sócios novos	800	4 800
Venda Publicações	500	500
Total		16 500
Quotas (14 sócios fundadores)	800	11 200
Quotas de 6 sócios	800	4 800
Quotas de 4 sócios novos	800	3 200
Venda Publicações	1 000	1 000
Total		20 200
Quotas (14 sócios fundadores)	800	11 200
Quotas de 10 sócios	800	8 000
Quotas de 2 sócios novos	800	1 600
Venda Publicações	1 000	1 000
Total		21 800
Quotas (14 sócios fundadores)	800	11 200
Quotas de 12 sócios	800	9 600
Quotas de 2 sócios novos	800	1 600
Venda Publicações	1 000	2 000
Total		24 400
Quotas (14 sócios fundadores)	800	11 200
Quotas de 14 sócios	800	11 200
Quotas de 2 sócios novos	800	1 600
Venda Publicações	1 000	3 000
Total		27 000

17. Despesas

DESPESAS CORRENTES					
Anos	Descrição	Valor Unitário	Total	Receitas	Reserva
2017	Material de expediente AptCC	250	10 000	11 200	1 200
	Documentação de promoção AptCC	3 000			
	Atividades e deslocações	3 000			
	Organização do site e da página de FB	2 000			
	Sinalética	1 000			
	Diversos	750			
2018	Material de expediente AptCC	250	14 000	16 500	2 500
	Documentação de promoção AptCC	1 000			
	Atividades e deslocações	2 000			
	Organização do site e da página de FB	2 000			
	Sinalética	1 000			
	Exposição itinerante Cidades e Vilas Cerâmicas	6 000			
	Publicações	1 000			
	Diversos	750			
2019	Material de expediente AptCC	250	14 000	20 200	6 200
	Documentação de promoção AptCC	1 000			
	Atividades e deslocações	2 000			
	Organização do site e da página de FB	2 000			
	Sinalética	1 000			
	Exposição itinerante Cidades e Vilas Cerâmicas	6 000			
	Publicações	1 000			
	Diversos	750			
2020	Material de expediente AptCC	250	18 000	21 800	3 800
	Documentação de promoção AptCC	1 000			
	Atividades e deslocações	2 000			
	Organização do site e da página de FB	2 000			
	Sinalética	1 000			
	Exposição itinerante Cidades e Vilas Cerâmicas	6 000			
	Exposição AptCC Bruxelas e/ou Estrasburgo	4 000			
	Publicações	1 000			
	Diversos	750			
2021	Material de expediente AptCC	250	18 000	24 400	6 400
	Documentação de promoção AptCC	1 000			
	Atividades e deslocações	2 000			
	Organização do site e da página de FB	2 000			
	Sinalética	1 000			

	Exposição itinerante Cidades e Vilas Cerâmicas	6 000			
	Exposição AptCC outros países AeuCC	4 000			
	Publicações	1 000			
	Diversos	750			
2022	Material de expediente AptCC	250			
	Documentação de promoção AptCC	1 000			
	Atividades e deslocações	2 000			
	Organização do site e da página de FB	2 000			
	Sinalética	1 000	18 000	27 000	9 000
	Exposição itinerante Cidades e Vilas Cerâmicas	6 000			
	Exposição AptCC outros países AeuCC	4 000			
	Publicações	1 000			
	Diversos	750			

18. Fornecimentos e Serviços Externos

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Nº Meses	12	12	12	12	12	12

	Taxa IVA	CF	CV	Valor Mensal	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Subcontratos	23%									
Serviços especializados										
Trabalhos especializados	23%				9 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000
Livros e documentação técnica	23%					1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Material de escritório	23%				250	250	250	250	250	250
Artigos para oferta	23%									
Energia e fluídos										
Eletricidade	23%									
Combustíveis	23%									
Água	6%									
Deslocações, estadas e transportes										
Deslocações e estadas	23%									
Transportes de pessoal	23%									
Transportes de mercadorias	23%									
Serviços diversos										
Rendas e alugueres	23%									
Comunicação	23%									
Seguros	23%									
Royalties	23%									
Contencioso e notariado	23%									
Despesas de representação	23%									
Limpeza, higiene e conforto	23%									
Outros serviços	23%				750	6 750	6 750	10 750	10 750	10 750
TOTAL FSE					10 000	14 000	14 000	18 000	18 000	18 000

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
FSE - Custos Fixos	10 000	14 000	14 000	18 000	18 000	18 000
FSE - Custos Variáveis						
TOTAL FSE	10 000	14 000	14 000	18 000	18 000	18 000
IVA	2 300	3 220	3 220	4 140	4 140	4 140
FSE + IVA	12 300	17 220	17 220	22 140	22 140	22 140

19. Vendas e Prestação de Serviços

VENDAS	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Produto: Publicações	0	500	1 000	1 000	1 000	1 000
Quantidades vendidas						
Preço Unitário						
Produto: Merchandising						
Quantidades vendidas						
Preço Unitário						
TOTAL	0	500	1 000	1 000	1 000	1 000

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - MERCADO NACIONAL	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Serviço - Quotas dos associados	11 200	16 000	19 200	20 800	23 400	24 000
TOTAL	11 200	16 000	19 200	20 800	23 400	24 000

TOTAL VENDAS	2017	2018	2019	2020	2021	2022
TOTAL VENDAS	0	500	1 000	1 000	1 000	1 000
IVA VENDAS	23%	0	115	230	230	230

TOTAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2017	2018	2019	2020	2021	2022
TOTAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	11 200	16 500	20 200	21 800	21 800	21 800
IVA PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	0%	11 200	16 000	19 200	20 800	23 400

TOTAL VOLUME DE NEGÓCIOS	11 200	16 000	19 200	20 800	23 400	24 000
---------------------------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

IVA	0	115	230	230	230	230
------------	----------	------------	------------	------------	------------	------------

TOTAL VOLUME DE NEGÓCIOS + IVA	11 200	16 115	19 430	21 030	23 630	24 230
---------------------------------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

IV – Resultados previsionais

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Vendas e serviços prestados	11 200	16 115	19 430	21 030	23 630	24 230
Subsídios à Exploração						
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associados e empreendimentos conjuntos						
Variação nos inventários da produção						
Trabalhos para a própria entidade						
CMVMC						
Fornecimento e serviços externos	12 300	17 220	17 220	22 140	22 140	22 140
Gastos com o pessoal						
Imparidade de inventários (perdas/reversões)						
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)						
Provisões (aumentos/reduções)						
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)						
Aumentos/reduções de justo valor						
Outros rendimentos e ganhos						
Outros gastos e perdas						
EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	-1 100	-1 105	2 210	-1 110	1 490	2 090
Gastos/reversões de depreciação e amortização						
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)						
EBIT (Resultado Operacional)	-1 100	-1 105	2 210	-1 110	1 490	2 090
Juros e rendimentos similares obtidos						
Juros e gastos similares suportados						
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-1 100	-1 105	2 210	-1 110	1 490	2 090
Imposto sobre o rendimento do período						
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-1 100	-1 105	2 210	-1 110	1 490	2 090

V – Análise Económica e Conclusões

78

A análise dos dados obtidos permite antecipar um desempenho positivo da AptCC, com todos os indicadores de análise positivos.

Para a concretização da atividade normal da Associação está assegurada a viabilidade da mesma, nos pressupostos definidos inicialmente.

O desenvolvimento de projetos financiados por entidades externas, designadamente, fundos europeus, requererá que a componente da despesa nacional seja assegurada pelos sócios através de transferências financeiras para a Associação.

A constituição da Associação Portuguesa de Cidades e Vilas Cerâmicas, não acresce despesa pública aos municípios fundadores e apresenta viabilidade no seu funcionamento. A sua constituição apresenta ainda as seguintes vantagens:

- a) Potencia e facilita a captação de apoios e financiamentos para o desenvolvimento de projetos de promoção da AptCC, de manutenção das estruturas reabilitadas. De capacitação das pessoas e das comunidades envolvidas, essenciais à transformação de AptCC num motor de desenvolvimento do território dos catorze municípios;
- b) Possibilita a parceria com diversas entidades privadas e públicas, titulares deste património, tendo em vista a sua manutenção, reabilitação, sustentabilidade económica e promoção turística industrial;
- c) Potencia o trabalho em parceria com outras entidades nacionais e internacionais com interesse para o crescimento da Associação e o desenvolvimento de atividades de natureza cultural e turística em torno do património da AptCC.

Face aos pressupostos enunciados, estabelece-se como metas anual a angariação do maior número de concelhos que se queiram juntar aos fundadores, de forma que ao fim de 5 anos o número de sócios possa ter duplicado.

Haverá provavelmente projetos de maior custo que poderão levar ao cofinanciamento das próprias autarquias, como da criação de uma mostra com a presença de todos os membros da Associação, que poderá fazer itinerâncias pelo país e mesmo pelo estrangeiro, dando informação sobre cada cidade ou vila cerâmica portuguesa bem como mostrando alguns exemplares de cerâmica tradicional com aquela origem e de produção contemporânea.

Tudo isto deverá resultar da elaboração e aprovação dos primeiros documentos estratégicos da Associação a concretizar depois da sua criação e com base nas linhas de ação traçadas pelos dirigentes que serão eleitos.

Uma das áreas que inevitavelmente será crucial, mas que caberá à AptCC um papel de dinamizador e incentivador, será da formação e incentivo ao empreendedorismo na área da produção cerâmica nos respetivos concelhos, uma vez que se não for privilegiado esta dimensão estará inviabilizado o projeto a curto/médio prazo.

Daí que seja importante delinear uma estratégia a médio prazo, em consonância com as autoridades nacionais e europeias, para o fortalecimento e incentivo às áreas de formação de

jovens e de cooperação com os centros cerâmicos internacionais que apresentem melhores resultados ou que sejam experiências de referência.

Será também fundamental a participação das cidades e vilas cerâmicas portuguesas em iniciativas transnacionais, como feiras, exposições, concursos e outras iniciativas, que lhe tragam massa crítica e permitam o incremento da internacionalização da cerâmica portuguesa.

A criação de condições locais para a captação do turismo industrial ou de descoberta económica para Portugal, com a estruturação de iniciativas como cursos abertos, residências artísticas, oficinas temáticas, visitas a empresas e oficinas/ateliers em percursos históricos, é fundamental para a AptCC, uma vez que será um dos caminhos para se promover e ganhar visibilidade a nível internacional. Uma interação das iniciativas anteriores com os museus, palácios e arte pública, é determinante para o êxito da Associação e o incremento da sua atividade.

Tal como noutros países, a Associação deverá financiar o marketing global da operação, com vista a mobilizar a comunicação social para o efeito.